

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE MEDICINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE  
E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

ÂNGELA MARIA DIAS NOGUEIRA SOUZA

**ENTRELAÇAMENTO DE SABERES: as alternativas  
construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo!**

Belo Horizonte

2013

Ângela Maria Dias Nogueira Souza

**ENTRELAÇAMENTO DE SABERES: as alternativas construídas  
pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo!**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Silveira

Belo Horizonte

2013

S731e Souza, Ângela Maria Dias Nogueira.  
Entrelaçamento de saberes [manuscrito]: as alternativas construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo. / Ângela Maria Dias Nogueira Souza. - - Belo Horizonte: 2013.  
119f.  
Orientadora: Andréa Maria Silveira.  
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.  
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Violência. 2. Problemas Sociais. 3. Drogas Ilícitas. 4. Civilização. 5. Socialização. 6. Adolescente. 7. Dissertações Acadêmicas. I. Silveira, Andréa Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: WA 420

Ao Robson, companheiro, interlocutor direto, crítico e incentivador, que muito contribuiu nesta difícil tarefa de ser mulher, mãe, trabalhadora e pesquisadora. Meus filhos, Ana Caroline e Guilherme Sávio, adolescentes, que tão cedo aprenderam fazer suas escolhas com as responsabilidades que a vida exige. Foi neste núcleo familiar que encontrei o refúgio necessário para ler, refletir e escrever; recebendo o socorro com a informática nas horas mais inusitadas. Muito obrigada pelo amor, carinho e compreensão nas ausências. Amores da minha vida, a vocês dedico este trabalho!

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem me ensinado o valor das aprendizagens que a vida nos ensina. Aos meus irmãos, pela convivência da irmandade fraternal.

À Andréa, que soube com tamanha habilidade valorizar meus saberes profissionais e contribuir com a aquisição de novos conhecimentos. Agradeço sua disponibilidade, generosidade e sutileza nas pontuações necessárias e, acima de tudo, pelo respeito na condução deste trabalho.

Aos professores Walter Ernesto Ude e José de Sousa Miguel, pela leitura cuidadosa do primeiro texto, pelo diálogo afetuoso, pelas contribuições e incentivos para a continuação da pesquisa.

Aos colegas da disciplina Fronteiras do Pensamento e a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), onde tudo começou.

Aos colegas e professores e coordenação do curso “Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina – UFMG”, pelas discussões e reflexões sobre uma temática nada fácil, mas necessária: a violência.

À minha querida diretora Kátia Simões, pelo incentivo no iniciar da caminhada e por me fazer acreditar que era possível conciliar trabalho e vida acadêmica. Ao diretor, Henrique, que lutou para que as duas instituições contribuíssem com a flexibilização necessária para a frequência às aulas do curso. E à diretora Michele Duarte, pelas longas discussões e contribuições na construção desse projeto.

Às colegas de trabalhos Naiara, pelo tom de leveza ao trabalho e pela ajuda com a psicanálise. Sem nossas discussões eu teria “enlouquecido”. Núbia pelo carinho e incentivo nos momentos difíceis, pelas vezes que precisei tomar emprestado o seu “Af” Ana Carolina, pelo carinho. E Nádia, minha incentivadora número um, historiadora mais sonhadora e realista que conheço, pelos locais mais “apropriados” que me levou para refletir sobre psicanálise.

Às supervisoras do Programa Fica Vivo!, Fernanda, Michelle e Renata, pelas discussões que contribuíram para afagar minhas angústias diárias, principalmente naqueles momentos nos quais não nos vislumbrávamos dias melhores.

Aos supervisores da política de prevenção à criminalidade, pelo compartilhamento das reflexões sobre a política e construção do trabalho conjunto.

Aos oficinairos do CPC Cabana, especialmente Marcus Vinícius e Janeth, minha

eterna gratidão.

Aos gestores, técnicos e estagiários que trabalharam no CPC Cabana e, principalmente, àqueles que de certa forma contribuíram para esta pesquisa, Fídias, Luciana, Marcos, Fabiana e Franciele.

Aos gestores da política, técnicos e estagiários do Programa Fica Vivo!, pelas nossas calorosas discussões sobre as questões que nos afetam.

Aos jovens do programa que muito me ensinaram sobre a vida árdua de um jovem pobre e morador da periferia de Belo Horizonte.

Que quer dizer “cativar”?

É uma coisa muito esquecida - disse a raposa. – Significa “criar laços?”....

Exatamente – disse a raposa. – Tu não és ainda para mim senão um garoto inteiramente igual a cem mil outros garotos. E eu não tenho necessidade de ti. E tu não tens necessidade de mim. Não passo a teus olhos de uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. E eu serei para ti única no mundo.

**(Antoine de Saint- Exupéry)**

## LISTA DE SIGLAS

Comissões Locais do Centro de Referência da Assistência Social	(COL/CRAS)
Comissões Locais do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro	(COL/PAIR)
Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade	(CPEC)
Centro de Prevenção à Criminalidade	(CPC)
Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública	(CRISP)
Departamento Penitenciário Nacional	(Depen)
Diretoria de Promoção Social da Juventude	(DPSJ)
Educação de Jovens e Adultos	(EJA)
Fundo Nacional de Segurança Pública	(Fnsp)
Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco	(GEPAR)
Micro Empreendedor Individual	(MEI)
Organização não Governamental	(ONG)
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	(OSCIP)
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	(PMBH)
Superintendência de Atendimento ao Menor Infrator	(SAREMI)
Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos	(SEJDH)
Secretaria de Estado de Defesa Social	(SEDS)
Sistema de Informação de Mortalidade, do Ministério da Saúde	(SIM/MS)
Secretaria Municipal de Educação	(SMED)
Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas	(SUASE)
Universidade Estadual de Minas Gerais	(UEMG)
Universidade Federal de Minas Gerais	(UFMG)
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	
Campanha Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte	(URBEL)



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>    PROJETO: ENTRELAÇAMENTO DE SABERES: AS ALTERNATIVAS CONSTRUÍDAS PELOS JOVENS DO PROGRAMA FICA VIVO!.....</b>	<b>12</b>
1 Objetivo geral.....	12
1.1 Objetivos específicos.....	12
2 Procedimentos Metodológicos .....	12
3 Hipótese .....	12
4 Coleta de dados.....	13
5 Procedimentos para realização da pesquisa.....	13
6 Pesquisa de campo .....	14
7 Número de entrevistados .....	15
8 Roteiro de entrevista .....	15
<b>    TEXTO I - SABERES JUVENIS ATRAVESSADOS PELA CRIMINALIDADE VIOLENTA: ENTENDENDO O CONTEXTO E DELINEANDO O OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>17</b>
1 Introdução .....	17
2 Violência e educação na sociedade contemporânea.....	18
3 Violência e globalização: novos contextos, outros desafios.....	27
4 Juventude brasileira e criminalidade violenta: jogando um holofote .....	33
5 Construindo saberes: os jovens e a criminalidade violenta.....	38
6 Considerações finais .....	41
Referências .....	43
<b>    Texto II - JOVEM DA PERIFERIA TEM DIREITO DE FICAR VIVO! .....</b>	<b>49</b>
1 Introdução .....	49
2 Contextos e mudanças conceituais: de projeto piloto à institucionalização.....	49
3 O desafio das oficinas: dialogar, refletir, agir.....	59
4 Rede de proteção: os direitos dos jovens em questão .....	62
5 Atendimento psicossocial: qual é ponto?.....	64
6 A arte de praticar a liberdade e fazer escolhas.....	66
Referências .....	72
<b>    TEXTO III - ENTRELAÇAMENTO DE SABERES: AS ALTERNATIVAS CONSTRUÍDAS PELOS JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA FICA VIVO! .....</b>	<b>75</b>
1 Introdução .....	75
2 Informações preliminares sobre os jovens entrevistados.....	77
3 Entrelaçando saberes, construindo saídas .....	78
4 Fica Vivo! na Cabana do Pai Tomás: da Guerra ao conflito .....	80
5 Os jovens e seus grupos: a luta por uma identidade .....	86
6 Obediência aos mais velhos: o rompimento de uma tradição .....	93
7 Transitando na rede .....	95
8 Família: amparo e proteção.....	100
9 Espaços públicos: participação e regulação .....	102
10 Considerações finais .....	107
Referências .....	109
<b>CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>Anexo I: Consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa.....</b>	<b>116</b>

## INTRODUÇÃO

Na sociedade ocidental, a temática da violência foi incorporada pela área da saúde na década de 1960, por meio das discussões da pediatria acerca da violência contra crianças e suas repercussões para o crescimento e desenvolvimento infantil. Na mesma época, o movimento feminista trouxe para a pauta de discussão a violência contra a mulher. A partir dos anos 1980, o tema ganhou maior vigor, entrando definitivamente para agenda dos formuladores de políticas de saúde, com o crescimento da mortalidade por causas externas (MINAYO, 1999).

No Brasil, o tema entrou na agenda das políticas públicas de saúde de forma fragmentada e progressiva, ganhando força através das reivindicações dos movimentos em prol da democratização do país, das instituições de defesa dos direitos, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das organizações internacionais com grande poder de influência. Alguns fatores também contribuíram para o aumento da preocupação do setor da saúde com as questões de violência, tais como: a ampliação da consciência do valor da vida e dos direitos de cidadania; o aumento dos gastos com assistência às vítimas de violência, as dificuldades para ofertar serviços de saúde nos territórios marcados pela violência e o amplo espectro de transtornos físicos e mentais decorrentes da exposição à violência. Nesses locais marcados pela violência foi possível detectar o aumento dos conflitos envolvendo jovens, sobretudo os negros, do sexo masculino, como vítimas e/ou autores de violência e que tem, como principal causa de morte, o homicídio (MINAYO, 1999; WAISELFISZ, 2011).

Os esforços das políticas da saúde nas últimas décadas para a construção e implementação de ações para a redução da mortalidade das crianças se mostraram bem eficazes. Porém, as crianças que conseguiram sobreviver estão morrendo em sua plena juventude. Com relação às mortes dos jovens é necessário um esforço conjunto e integrado, articulando várias instituições e campos de saberes para conhecer o problema. Somente ações conjuntas podem contribuir para a construção de instrumentos que sejam capazes de intervir na cultura da criminalidade violenta e interromper o fenômeno.

Em nossa sociedade, ainda é muito forte o olhar enviesado que se tem sobre as pessoas que são identificadas como criminosas. Acredita-se que essas pessoas

quebraram o contrato social e por isso, devem ser temidas, afastadas do convívio social, podendo ser até mesmo banidas da sociedade, porque são anormais e desumanas. São consideradas incapazes de fazerem algo de bom em prol da sociedade e pretendem somente praticar crimes. Em função disso, esses jovens não têm direito a uma segunda chance. Este olhar separa a sociedade em duas categorias: de um lado os civilizados e de outro, os bárbaros. O encontro com estes jovens envolvidos com a criminalidade nos possibilitou vários questionamentos sobre a vida deteriorada pelas violências diárias que estão submetidos. Além disso, este pensamento hegemônico e dicotômico é limitado para dar conta de toda a complexidade que envolve os jovens e a criminalidade violenta na sociedade contemporânea.

Propomos neste trabalho fazer um estudo da violência, articulando a temática da prevenção à violência com a segurança pública. Nosso foco será o envolvimento dos jovens com a criminalidade, analisando-o sob a ótica da Teoria das Relações, do sociólogo Bernard Charlot (2000). Este autor sugere que se faça uma leitura positiva do público a ser pesquisado. Fazer uma leitura positiva não é enxergar outras habilidades que as pessoas possuem em outras situações, segundo o autor, “É ler de outra maneira o que é lido como falta” (CHARLOT, 2000, p. 30). Analisar através da carência e da falta é pensar o sujeito como objeto incompleto. É necessário, portanto, mudar a lógica da leitura do público, substituindo a falta pelas suas reais dificuldades e, assim, ao invés de vitimizá-los, trazê-los para o âmbito dos direitos.

Na teoria das relações, a antropologia e a sociologia crítica se encontram com a psicologia, a pedagogia e a psicanálise para compreender como o sujeito apreende o mundo e como ele se constrói e se transforma por meio desta apreensão. É estudar o próprio sujeito enquanto se constrói por apropriação no mundo (CHARLOT, 2000).

O objetivo desta pesquisa é estudar como são estabelecidas as relações dos jovens do programa Fica Vivo! com a criminalidade. Pretendemos também, capturar o movimento que os jovens fazem ao se envolverem com as atividades criminosas e verificar se eles constroem saídas para permanecerem vivos.

Na produção desta dissertação foi atendida a orientação do programa de mestrado de construção de artigos que podem ser lidos separadamente, mas que de certa forma estão interconectados. O primeiro texto, “Saberes juvenis atravessados pela criminalidade violenta: entendendo o contexto e delineando o objeto de estudo”, tem um caráter de revisão bibliográfica e procura problematizar a questão da violência na sociedade contemporânea, que deve ser entendida como um fenômeno complexo da

vida moderna. No Brasil a violência aliada às drogas é, talvez, a questão mais emblemática do contexto que assola a infância e a juventude pobres das periferias dos grandes centros urbanos. A presença de crianças e jovens envolvidos com a criminalidade coloca em xeque as representações sociais sobre violência e o imaginário sobre infância e juventude, construídos pela sociedade moderna, com os quais ainda operam as políticas públicas. Ao longo do texto é possível perceber nosso esforço de trabalhar com autores que ajudam a desconstruir o pensamento hegemônico e reconstruir outras formas de leitura que incluam vários saberes como tentativa de desvendar a realidade e elaborar respostas que façam a diferença na vida desses sujeitos.

O segundo texto “Jovens das periferias têm o direito de ficar vivo!”, faz uma análise histórica do programa através de pesquisas documentais, utilizando relatórios das equipes técnicas, textos metodológicos e científicos e diversas pesquisas que tiveram como foco avaliá-lo. Esta parte se fez necessária, porque nas entrevistas os jovens foram trazendo elementos sobre os efeitos do programa em suas vidas. Então surgiu a necessidade de fazer esta leitura, para verificar como uma política que teve como modelo um programa de Tolerância Zero, no qual estava colocado como principal foco a repressão, se modificou ao longo dos anos, se transformando em um programa mais próximo da redução de danos, que leva em consideração a regulação e a emancipação dos jovens. Através de sua trajetória, desde a fase inicial de projeto piloto ao programa institucionalizado, foi possível constatar diversas mudanças que se fizeram necessárias, principalmente após a inclusão da comunidade e dos jovens no planejamento, execução e avaliação das atividades.

No terceiro texto “Entrelaçamento de saberes: as alternativas construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo!”, procuramos entender o contexto da criminalidade violenta na região da Cabana do Pai Tomás, em que os jovens estão inseridos e como eles constroem seus saberes para a convivência na comunidade. O texto foi construído a partir da análise das entrevistas com os jovens, que ao discorrerem sobre os seus processos de sociabilidade no contexto da criminalidade violenta, relatam também, suas participações em atividades do programa e sobre os efeitos do programa em suas vidas. Após o exame das entrevistas sentimos a necessidade de ler os relatórios elaborados pelas equipes técnicas para verificarmos como se deu a entrada do programa naquela comunidade. Esta leitura dos registros foi muito importante para a compreensão do contexto, que norteou a construção das ações voltadas para os jovens que participam

das atividades do programa, desde a implantação do Centro de Prevenção à criminalidade.

## **PROJETO: ENTRELAÇAMENTO DE SABERES: AS ALTERNATIVAS CONSTRUÍDAS PELOS JOVENS DO PROGRAMA FICA VIVO!**

### **1 Objetivo geral**

- Compreender o processo de sociabilidade do jovem no contexto da criminalidade violenta.

#### **1.1 Objetivos específicos**

- Entender que saberes são importantes para os jovens envolvidos com a criminalidade na convivência comunitária.
- Verificar como estes jovens interagem com as ações do programa Fica Vivo!, procurando analisar como estas ações interferem em suas vidas.

### **2 Procedimentos Metodológicos**

A população estudada é formada por jovens que possuem entre 18 a 29 anos, pertencentes a um dos grupos de jovens que participam ou já participaram das atividades do Programa de Controle de Homicídios, localizado na região do aglomerado da Cabana do Pai Tomás. Foram realizadas entrevistas individuais, em profundidade, nas quais foram exploradas informações sobre a trajetória de vida na criminalidade e os saberes construídos e utilizados na vida cotidiano desses jovens.

### **3 Hipótese**

Este estudo tem por hipótese que os saberes dos jovens das periferias são atravessados pela criminalidade violenta desde a infância. Estes atravessamentos são fundamentais no processo de sociabilidade dos jovens na criminalidade violenta e se transformam em obstáculos para uma mudança de trajetória de vida.

#### **4 Coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas com jovens vinculados ao Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) Cabana do Pai Tomás. Os jovens entrevistados deveriam estar recebendo atendimento ou terem sido atendidos individualmente pelos técnicos do programa. Para os fins desta pesquisa, esses jovens foram denominados “jovens inseridos nas redes locais do tráfico de drogas”. A entrevista foi orientada por roteiro, no qual se explorou o processo de socialização desses jovens no contexto da criminalidade violenta, a construção do processo de aprendizado, seus valores, suas crenças e suas relações com a criminalidade. Foi também investigado como esses jovens interagem com as ações do programa Fica Vivo! e se estas ações interferem em suas vidas.

A realização deste estudo foi autorizada pela Coordenação Geral do Programa Controle de Homicídios, assim como o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

#### **5 Procedimentos para realização da pesquisa**

- Reunião com os técnicos do programa do Centro de Prevenção à Criminalidade, para explicar o objetivo da pesquisa e solicitar uma reunião com os oficinairos.
- Consulta ao Banco de dados do CPC para seleção dos jovens a serem entrevistados. Foram selecionados jovens de 18 a 29 que fizeram ou fazem atendimentos individuais pela equipe técnica do Programa e receberam algum tipo de encaminhamento para a rede de proteção social.

- Foi coletada a autorização dos jovens por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I).
- Agendamento dos encontros com os jovens para realização das entrevistas individuais.
- Transcrição das fitas.
- Análise das entrevistas.
- Devolução dos resultados da pesquisa para a coordenação do programa.

## **6 Pesquisa de campo**

A pesquisa de campo se dividiu nas seguintes etapas:

- Reunião com Equipe do Programa Fica Vivo!, do Centro de Prevenção a Criminalidade – CPC, da comunidade Cabana do Pai Tomás – Belo Horizonte, para apresentação da proposta da pesquisa;
- Consulta ao banco de dados do CPC para identificação de jovens que atendem aos critérios de inclusão para participação na pesquisa. Esta consulta teve como objetivo verificar: nome do jovem, idade, região que mora, oficina que realiza e trajetória pelo programa (período de tempo que ele frequenta as atividades do programa, números de atendimentos realizados pela equipe técnica, encaminhamentos feitos pelas equipes às instituições parceiras, demais instituições que ele passou);
- Consulta a documentos e textos institucionais sobre a política de prevenção à criminalidade de Minas Gerais;
- Leitura e análises dos relatórios elaborados pela equipe técnica do Centro de Prevenção à Criminalidade;
- Devolução para equipe local e demais funcionários e direção do Programa Fica Vivo! dos principais resultados;
- Foi ainda realizada pesquisa bibliográfica nas bases do Portal Scielo e Portal da Capes, utilizando as palavras chave: violência, criminalidade, tráfico, juventude, civilização, socialização e saberes juvenis (*Violence, drug traffic, youth, civilization, Socialization and juvenile knowledge*);

- As entrevistas foram realizadas no Centro de Prevenção à Criminalidade onde funciona o Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo!.

## **7 Número de entrevistados**

O número de jovens entrevistados foi definido pela técnica de saturação. Assim, foram entrevistados cinco jovens do sexo masculino. Vale ressaltar que apesar de termos entrevistados uns vinte jovens, poucos aceitaram participar formalmente desta pesquisa devidos às formalidades acadêmicas exigidas.

## **8 Roteiro de entrevista**

1-Cite-me algumas coisas que você aprendeu ao longo de sua vida e que são de utilidade para sua convivência na comunidade.

a- Quem ensinou?

b- Como e onde aprendeu?

2- Algo que aprendeu, mas não é importante para você hoje?

3- Algo que considera importante, mas que você ainda não aprendeu?

4- Coisas que você ainda gostaria de aprender?

5- Você já participou ou participa de alguma ação do programa Fica Vivo!?

6- Os técnicos do programa já fizeram algum encaminhamento para a rede (cursos profissionalizantes, emprego, escola, saúde, tratamento para dependência química e alcoolismo).

a- Você buscou estes serviços? Caso esta resposta seja positiva perguntar ainda:

b) O que foi para você a busca destes serviços?

c) Ficou quanto tempo?



## Sobre o grupo <sup>1</sup>

- a- Idade que iniciou no grupo.
- b- Como entrou? Quem incentivou? Quem não incentivou?
- c- O que vocês precisam ensinar a quem chega?
- e- Como se aprende/ensina as tarefas?
- g- Como saber se o jovem aprendeu?
- h- Quando você passa por um situação difícil você conversa sobre esta experiência com seus colegas do grupo? (abordagem da polícia, prisão, ser ameaçado por um grupo rival).
- i- O que você precisa saber para se dar bem no seu grupo?
- j- Que locais os membros do grupo frequenta, juntos e separados?

---

<sup>1</sup> Todos os jovens entrevistados participam ou já participaram ativamente de um ponto de vendas de drogas, também chamados de “Boca de fumo” ou simplesmente “Boca”. Para fins desta pesquisa eles serão denominados de jovens inseridos nas redes do tráfico de drogas no varejo na região da Cabana. Dois deles participaram de um grupo que acabou porque seus membros foram mortos ou presos. O “chefe” do grupo então juntou o restante dos jovens chamou outros jovens e surgiu este grupo que está atualmente na ativa. Os três jovens mais novos participam deste grupo. Denominaremos o grupo antigo de “Grupo Extinto” e o grupo atual de “Grupo Ativo”.

## **TEXTO I - SABERES JUVENIS ATRAVESSADOS PELA CRIMINALIDADE VIOLENTA: ENTENDENDO O CONTEXTO E DELINEANDO O OBJETO DE ESTUDO**

### **1 Introdução**

Em todas as sociedades, em todas as épocas e em todos os recantos do mundo, sempre existiram manifestações de violência. E o mal que resulta da violência sempre foi compreendido e controlado de maneira diferenciada, dependendo de como a cultura de cada povo lhe atribui sentido. Na sociedade contemporânea identificamos a violência sob as formas de “exploração, dominação e miséria”. No entanto, a violência não surge na história da humanidade com estas formas reconhecidas atualmente, embora acompanhe a humanidade desde sempre, adquirindo variadas significações em diversos períodos da história da humanidade (MARTUCCELLI, 1999; WIEVIORKA, 1997; ZALUAR, 1996). Nas sociedades tribais os povos ainda não tinham a ideia da divisão de classes, nem do lucro pelo trabalho, mas existiam outras formas de conflitos que eram resolvidos pelas guerras ou pela negociação (ZALUAR, 1996).

É necessário entendermos a violência dentro do contexto da sociedade contemporânea, considerando as percepções e representações atribuídas a este conceito. A violência perdeu sua legitimidade no espaço público. Sua representação é de um mal quase absoluto e, como tal, a sociedade deve combatê-lo. As correntes tanto políticas quanto intelectuais foram abolidas da discussão, sendo que tentavam compreender, justificar e teorizar a violência e sustentá-la no espaço público. Porém, na falta de um debate que dê conta de romper com este consenso da recusa da violência, ela se transforma em “objeto de percepções e de representações que funcionam por excesso ou por carência” (WIEVIORKA, 1997, p. 9).

As representações e as percepções da violência funcionam por excesso, quando a alteridade e as diferenças se transformam em fantasmas e medos. Além desse, seus

atores, os grupos religiosos, os imigrantes, os jovens e até moradores de certas localidades, como as pessoas que residem nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, são tidos como perigosos e, portanto, objeto de suspeitas que podem transformar em sinais de cegueira da sociedade contra si mesma. As representações e as percepções também funcionam por carência em duas situações. Primeiro, quando a violência é inscrita no prolongamento dos problemas sociais clássicos, não permitindo questionamentos sobre os instrumentos de dominação. Neste sentido ela é negada ou banalizada; tida como normal. E segundo, quando a violência é perpetrada por um grupo de pessoas ou indivíduos que possuem grande respeitabilidade e legitimidade da sociedade, nesta situação torna-se muito difícil enxergá-los como atores de violência (WIEVIORKA, 1997).

Na década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, a UNESCO tentou sem sucesso, construir um conceito único de violência que pudesse abarcar várias áreas do conhecimento (WIEVIORKA, 1997). Porém, como afirma Gonçalves (2003), não podemos trabalhar com a representação única da violência na sociedade contemporânea, pois mais importante que conceituá-la, é trazer alguns elementos que nos ajudem a refletir sobre este fenômeno.

O objetivo deste texto é discutir o envolvimento dos jovens da periferia com a criminalidade violenta, analisando o problema da violência de forma global, como traço característico da humanidade. A sociedade da era da informação, da tecnologia e do consumo vem gerando rápidas mudanças nos campos econômico, social e cultural, e conseqüentemente, novas formas de convivência. No Brasil, a violência aliada ao tráfico e ao uso abusivo das drogas é, talvez, a questão mais emblemática desse novo contexto. Enquanto a ciência se esforça para entender a morte de milhares de jovens vitimados, seja pelos confrontos armados ou pelo uso de drogas ilícitas, o problema se torna cada vez mais complexo, pelo surgimento de novas drogas no mercado e novas maneiras de uso e de circulação das drogas lícitas e ilícitas. Este quadro traz impacto e desafios às políticas públicas no âmbito dos programas de prevenção e do tratamento e reabilitação das vítimas de violência.

## **2 Violência e educação na sociedade contemporânea**

Segundo Elias (1939), é difícil conceituar o que vem a ser a civilização, mas podemos defini-la como a consciência que a população ocidental tem de si mesma: “É o orgulho de uma nação” (ELIAS, 1939, p.23). O que é considerado por uma nação como especial: “o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais” (ELIAS, 1939, p.23). A palavra civilização adquire diferentes significados para cada nação ocidental. Estas diferenças se referem às formas de interpretação da palavra e de se incluir certas áreas na referência ao termo. Na França e na Inglaterra a palavra *civilisation* inclui as áreas da política, economia, religião, técnica, moral e social. Já na Alemanha, somente as áreas intelectual, artística e religiosa são incluídas no termo que é designado pela palavra *Kultur*<sup>2</sup>. Apesar destas diferenças, devemos considerar que o conceito ‘civilização’ porta a marca de um povo ou de uma classe que compartilha uma tradição e situações particulares (ELIAS, 1939).

Civilização nos remete, portanto, à cristalização de uma história coletiva. Quando o indivíduo nasce, já encontra esta cristalização e faz uso das possibilidades ao seu alcance, sem saber o significado de como agir de uma determinada maneira. Isto é feito de forma natural, porque o indivíduo aprende a ver o mundo pela lente dos conceitos construídos e cristalizados pela sua cultura. A transmissão dos conceitos de uma geração para outra ocorre naturalmente, sem a consciência de todo o processo civilizacional. A sobrevivência dos conceitos continua enquanto a cristalização das experiências e situações porta um valor existencial para as próximas gerações. Quando a sociedade deixa de utilizar os conceitos, eles caem em desuso ou morrem, sendo que alguns podem apenas adormecer e voltar revestidos de um novo valor existencial em outras situações (ELIAS, 1939).

Entender o processo da civilização ocidental é importante para pensar a violência na sociedade contemporânea. Segundo Gonçalves (2003), a consciência da violência e a intolerância a ela são fenômenos bem recentes, que se desenvolveram na sociedade civilizada, quando a ferocidade foi substituída pela astúcia. Contudo, não podemos medir se a violência aumentou nos últimos tempos. Mas podemos afirmar que está havendo uma ampliação, reformulação e expansão da percepção do que é a violência. Hoje consideramos como ato violento a agressão física, a intimidação, o assédio moral e sexual, a negligência, a discriminação, a miséria, a exploração, dentre

---

<sup>2</sup> Kultur palavra alemã que significa cultura (ELIAS, 1939).

outros. A ampliação da percepção e a reformulação do conceito de violência se devem ao avanço da ciência e da tecnologia e à universalização dos valores democráticos. Além desses, a influência da mídia também colabora para esta mudança de conceito, porque expõe cotidianamente e de forma intensa as situações de violência, desempenhando, assim, um duplo papel: dar visibilidade e ao mesmo tempo contribuir para a sua banalização.

Partindo do pressuposto de que a violência é uma construção histórica e, portanto, dotada de racionalidade e produtora de sentido, os atos de violência não podem ser analisados isoladamente. Devem ser avaliados dentro do contexto da sociedade na qual eles são produzidos e perpetuados. A violência deve ser trazida para o campo social, devendo ser identificados os fundamentos estruturais do nosso sistema que a endossam e a justificam. Para compreender melhor a violência na sociedade brasileira faz-se necessária uma reflexão do lugar que a sociedade ocidental tem dado à violência em seu projeto de modernidade, ao longo da história (GONÇALVES, 2003).

Até a Renascença, a loucura e a violência ocupavam um lugar na sociedade juntamente com o caos e a desordem. As cenas do cotidiano eram retratadas nas obras de arte, porque nesta época ainda não se exigia que a vulgaridade fosse eliminada da arte. Então, mesmo de forma naturalizada as cenas ‘não belas’ eram retratadas. Posteriormente a sociedade passou a exaltar o que é belo e a vida cotidiana desaparece das obras de arte, porque a sociedade burguesa passou a exaltar a beleza e esconder a feiúra, a loucura, a deficiência, o erro, a violência, o crime (ELIAS, 1939; PINO, 2007). No século XVIII, por influência do racionalismo<sup>3</sup>, a violência e a loucura deixaram de ser uma experiência crítica da razão e se transformaram em uma manifestação do erro.

E por fim, no século XIX, a psiquiatria introduz o conceito de insanidade moral e, assim, a sociedade ocidental move a violência para o âmbito da irracionalidade, devido às falhas da razão e por seu caráter de perversão. Naquela sociedade não tem mais lugar para a violência e para a loucura. Portanto, foi necessário inventar instituições fechadas, como as prisões e os manicômios, que eram lugares onde podiam alojar as pessoas tidas como violentas e loucas. A cultura ocidental moderna passou a relacionar a violência à ideia de desordem, responsabilizando, parcialmente, aqueles indivíduos advindos das classes populares por este caos. Os marxistas, os movimentos

---

<sup>3</sup> Estamos chamando racionalismo a corrente da filosofia positivista moderna que se iniciou com o pensamento racional de Descartes.

sociais e os criminólogos ao questionarem a sociedade vigente com suas estruturas de dominação, tentaram inverter esta lógica, colocando a ordem social burguesa como a causa da violência. Neste sentido, a violência é uma maneira de desestabilizar a ordem e questioná-la (PINO, 2007).

Para discutir os sentidos da violência na sociedade contemporânea Gonçalves (2003) retoma alguns autores, como Georges Sorel e Coser, que atribuem à violência um valor positivo, quando se trata de uma manifestação de revolta social ou quando é utilizada como recurso de expressão, de alguns setores sociais em busca de melhores condições de vida. Isto é, a violência tem um valor positivo quando resulta em ações positivas. Neste sentido a violência é resistência, luta e identidade. Porém, estes sentidos positivos da violência oriundos da corrente marxista foram progressivamente sendo abandonados em detrimento do pensamento moderno.

Como afirma Baudrillard (1990), nossa sociedade se tornou pacificada. A única forma de lidar com a maldade é usando a profilaxia, a racionalidade calculada, o discurso do bem e a propagação das virtudes humanistas. Não há possibilidade de enunciar o mal, mas este metamorfoseou e se espalhou por toda a parte. Encarnou-se no outro que se tornou o desafio, a ameaça e o terror. Este é o revés da moeda: quem tem coragem de encarnar este mal, tem a fonte do poder.

Freud (2010) também era cético com relação à bondade humana e não acreditava que as técnicas da modernidade trariam a tão sonhada harmonia entre os homens. A felicidade plena apregoada pelos ideais da religião e da ciência são ilusões. O conflito é inerente à condição humana, pois no fundo das subjetividades há uma força destruidora e resistente à indiferença, colocando em xeque a conservação e a harmonia como principais características da cultura civilizada.

Para Bauman (1998) e Wacquant (2001), os sociólogos clássicos Max Weber e Durkheim acreditavam que a industrialização capitalista dissolveria os laços sociais tradicionais e neste lugar surgiriam formas racionalizadas e impessoais de identificação e de pertencimento, baseadas nas relações mercantis de ideais cívicos e abstratos. Essas formas de relacionamento levariam a civilização à convivência pacífica, à coesão social e à igualdade, sendo estes valores altamente democráticos. Porém, a história tem nos mostrado que esta racionalização da vida moderna não tem contribuído para diminuição da violência. Bauman (1998) ainda cita o holocausto como um exemplo desta racionalidade, pois as forças colocadas a serviço da administração alemã encontraram ampla justificativa nas teorias da eficiência da racionalização moderna. Os responsáveis

pelo planejamento e execução do holocausto não eram loucos, sádicos ou fanáticos. Eram pessoas normais, pesquisadores preocupados em encontrar respostas para os problemas da humanidade e bons funcionários públicos, que executaram com eficiência suas tarefas, dentro de uma organização minuciosamente planejada (ARENDDT, 2000).

A moral racionalizada retirou dos sujeitos suas responsabilidades diante de suas ações, na medida em que passou a ser medida por critérios técnicos rigidamente estabelecidos. A violência foi substituída pela racionalização burocrática, a raiva e a fúria pela obediência, a solidariedade pelos privilégios sociais e os impulsos naturais pelos padrões artificiais. Desse modo, as ações impulsionadas pela paixão foram condenadas e trocadas por uma hierarquia de responsabilidades, em que cada pessoa tem um papel a desempenhar conforme planejado, transformando a responsabilidade ética em responsabilidade técnica gerencial. A racionalização passou a fazer parte de um mecanismo em que agressores e vítimas se tornaram peças importantes de uma mesma engrenagem. A história do holocausto é muito importante para a nossa compreensão do modo moderno burocrático da racionalização. Não porque o holocausto foi determinado pela burocracia moderna, mas pelo fato da regra da racionalidade instrumental ser incapaz de evitar tal fenômeno (BAUMAN,1998).

Nesta mesma linha Losurdo (2010), argumenta que o genocídio da Segunda Guerra Mundial se serviu da eficiência industrial. Apesar da tendência em reprimir o fato como sendo de única e exclusiva responsabilidade da Itália e Alemanha, não podemos nos esquecer de que ele foi pensado, processado e executado na cultura ocidental. A tendência de tentar culpar estes dois países para absolver a civilização ocidental pode nos levar a equívocos e não nos ajuda a explicar e a compreender os fatos. Desta forma, a análise do genocídio da Segunda Guerra, é no mínimo uma tentativa de esconder os fatos para continuar colocando a cultura ocidental na plataforma de superioridade em relação às outras culturas. O autor cita outros holocaustos que aconteceram na época das colonizações, tais como o holocausto norte-americano contra os ameríndios, holocausto australiano e os holocaustos da época vitoriana tardia. Todos estes fatos não serviram para vacilar os defensores da cultura ocidental. Portanto, o holocausto da segunda Guerra mundial não pode ser analisado isoladamente como sendo um desvio ou um erro no percurso da civilização ocidental. Ele deve ser avaliado, retomando a cultura ocidental desde seus primórdios, na tentativa de se fazer uma linha do tempo, analisando todos os genocídios que aconteceram e que

ainda perpetuam em nossos dias atuais<sup>4</sup>. Baumann (1998), também nos chama a atenção para o fato de que o holocausto pode voltar a acontecer, por isso ele não pode ser visto como algo isolado da sociedade.

Certos usos dos mecanismos racionais para a explicação da violência deixam o indivíduo sem alternativa. Seja pela simplificação reduzindo a realidade a um único princípio ou pela polarização, que duplica a realidade como elementos antagônicos e irreconciliáveis. Esses mecanismos traduzem a racionalidade de uma razão que não dá conta de enfrentar os desafios das diferenças. A violência é uma racionalidade com suas razões para não se deter diante “de limites e de regras estabelecidas pela própria razão humana”, já que o problema da violência está vinculado, diretamente, às relações sociais e, portanto, o outro pode ser uma ameaça real ou imaginária à sua própria existência (PINO, 2007, p.769).

O projeto de civilização da modernidade ocidental tentou eliminar a violência da vida cotidiana das pessoas. Neste processo, segundo Bauman (1998), alguns teóricos como Hobbes, Locke e Rousseau foram fundamentais para ancorar as justificativas para as mudanças. Os argumentos destes pensadores foram essenciais para o convencimento da sociedade de que era necessária uma lógica diferente para fazer avançar o processo de civilização. O estado da natureza, em que cada indivíduo é seu próprio juiz, foi substituído pelo contrato social, em que os indivíduos fazem um pacto com o Estado para a garantia de sua segurança. Assim, a sociedade delega ao Estado poderes para resolver os conflitos, se necessário for, por meio do uso da violência.

O Estado, tomando para si a responsabilidade de conduzir e civilizar os povos precisava de meios eficazes para retirar a violência da vida diária dos indivíduos e para isso, a escola passa a ser o instrumento civilizador, capaz de construir a sociedade ideal, dócil e harmoniosa. Uma educação que vai estimulando a construção de um indivíduo

---

<sup>4</sup> Baumann (1998), o holocausto pode acontecer em qualquer lugar e momento da história. Por isso o genocídio da Segunda Guerra pode nos fornecer um *insight* de outros aspectos até então despercebidos da sociedade moderna. A proposta de Bauman (1998) é tratá-lo como um teste raro e de suma importância para desvendar as possibilidades ocultas da sociedade moderna. Sua história deveria ser encarada como um laboratório sociológico. Neste sentido, consideramos fundamental nos indagarmos se já não estamos vivenciando na sociedade contemporânea alguns holocaustos revestidos de outras roupagens. Como diz Ivone Caetano, juíza titular da Vara da Infância do Rio de Janeiro, justificando a necessidade da internação obrigatória de crianças e adolescentes dependentes de crack: “A Cracolândia é pior que o holocausto” (SALME, 2011). Tendo a concordar com a juíza, apesar de discordar dos seus métodos para tratar a questão. Como afirma Soares (2006), no Brasil está havendo um verdadeiro genocídio que se distribui desigualmente, tomando como principais vítimas letais os jovens pobres, negros e do sexo masculino. Este problema é tão grave que tem repercutido na demografia brasileira. Em alguns locais presenciamos um déficit de jovens do sexo masculino, um quadro que é típico de países que vivem em guerra.



com uma maneira de ver e permanecer no mundo civilizado, expulsando dele os inimigos que são identificados, como por exemplo, aqueles que não conseguem se encaixar neste modelo idealizado. Visto nesta lógica, o processo civilizador está indo no caminho certo, mas talvez não tão depressa quanto necessário. Cabendo, portanto, mais esforços de toda a humanidade, para se chegar à perfeição. Bauman (1998) nos alerta para estas interpretações enviesadas, tendo como finalidade salvar os ideais da racionalidade moderna que a sociologia ajudou a criar e perpetuar. Desta forma, a sociedade pune os perpetradores dos crimes, mas absolve toda a civilização ocidental. Portanto, são necessárias outras interpretações alternativas para darmos conta da fraqueza e da fragilidade da natureza humana revelada pelos eventos de barbárie presentes em nossa civilização.

Santos (2009), Losurdo (2010) e Bauman (1998) abordam questões elementares sobre o processo civilizador e a lógica de funcionamento da sociedade moderna como forma de perpetuar a supremacia da cultura ocidental no mundo. Esta maneira de pensar influencia e é influenciada pelo sistema educacional em todos os níveis, considerando a função da educação na sociedade moderna como a responsável pela construção e transmissão conhecimento.

Sobre estas idealizações da sociedade moderna, Arroyo (2004) pontua que as imagens de infância presentes na educação brasileira são fruto da forte influência dos ideais iluministas da nossa sociedade. As crianças são comparadas a plantinhas tenras, massinhas, moldáveis e fios maleáveis, que necessitam de jardineiros e artífices. Estas metáforas foram construídas dentro de um mundo idealizado da infância, que contribuíram para formação de um imaginário da pedagogia e de seus mestres. Arroyo (2004) vê com preocupação a rápida substituição das imagens de inocência da infância pela imagem da maldade e da violência. Neste contexto, muitos projetos tentam salvar a infância sem, no entanto, alterar os mecanismos a serviço da sociedade para a civilização. As crianças, os adolescentes e os jovens em situação de violência, principalmente aqueles que entram para o tráfico de drogas, são tidos como os desviantes da sociedade, são rotulados e selecionados como pobres em situação de risco social. Sujeitos que precisam de intervenções preventivas e corretivas e de projetos que visam reinseri-los na sociedade civilizada, através de ações socializadoras, pela via moralizadora do trabalho. Neste sentido, condenamos alguns para salvar a imagem da maioria ordeira. Esta lógica da educação descrita por Arroyo (2004) é a mesma

apontada por Bauman (1988) quando descreve sobre a condenação dos nazistas na sociedade ocidental para salvar o restante da civilização.

De acordo com Elias (1993), no século XIX as nações europeias chegaram à certeza de que eram sociedades plenamente civilizadas e saíram para outros continentes com o objetivo de civilizar os outros povos conhecidos por eles como os bárbaros. Este processo cunhado de neocolonialismo ou imperialismo foi perpetrado pelos europeus e norte-americanos até a Segunda Guerra Mundial. E segundo Losurdo (2010), após este período, uma única nação assumiu a função de impor sua ideologia em nome da civilidade: os Estados Unidos que se utilizam da linguagem do império e da ideologia da guerra para estender sua hegemonia mundo afora. Um tipo de império romano revestido de outras roupagens e com a pretensão mundial de garantir a paz e a civilidade na humanidade. Os governantes estadunidenses se acham no direito de guiar o mundo no caminho da liberdade, mesmo que nesta missão seja necessário o uso de violência para conformar os teleguiados bem resignados aos ideais ocidentais. Estes povos resignados são dispostos a desencadear uma guerra fratricida dentro de seu país colaborando com a ideologia da guerra no planeta (Losurdo, 2010).

Porém, Maffesoli (2009) considera que os porta-vozes do discurso oficial da civilização ocidental moderna não têm mais legitimidade social, mas o povo ainda não encontrou as palavras para expressar este descontentamento. Os fenômenos concretos, como as rebeliões, insurreições, abstenções ou recriações de novas formas de estar junto como o tribalismo, a valorização do presente e do lazer hedonista são formas de fazer um contraponto com este modelo moderno de convivência. Tudo isto indica uma saturação do contrato social que é uma característica primordial da modernidade.

De acordo com Santos (2010), o pensamento moderno denominado abissal<sup>5</sup> tem contribuído pouco para a compreensão da sociedade contemporânea e sugere outra modalidade de pensamento que faça um contraponto com o hegemônico. O pensamento pós-abissal é um movimento embrionário e para captá-lo é necessária uma sociologia das emergências, contra-hegemônica. O pensamento moderno ocidental é fruto de uma sociedade regida pela necessidade de bodes expiatórios, transformando os sujeitos em vítimas ou culpados, em que a intervenção pode ser justificada de forma arbitrária. Para

---

<sup>5</sup> Segundo Boaventura o pensamento abissal “consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, e estas últimas são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que o “outro lado da linha” *desaparece* enquanto realidade torna-se inexistente, incompreensível e é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo” (BOAVENTURA, 2010, p. 32).

romper com o que ele designa lógica do pensamento dominante da apropriação e da violência é necessário trabalhar com a perspectiva do acesso aos direitos, que se configura na lógica da regulação e emancipação do sujeito.

Bauman (1998) e Pino (2007) citam Durkeim (1937), que defende a ideia de não ser suficiente para diminuir os crimes, colocar seus autores na prisão. É preciso que todos os cidadãos compartilhem um forte sentimento comum de aversão ao crime. E é justamente aqui que entra a função da educação como instituição responsável pela socialização dos indivíduos. Porém, a educação da sociedade ocidental baseada na moral laica, mas influenciada pela religião cristã, focada no princípio do medo e castigo não foi capaz de fazer um contraponto com a violência racionalizada (PINO, 2007). Bauman ainda questiona se “a moralidade pode ser ensinada ou se ela reside na própria modalidade humana de existência” (BAUMAN, 2004, p.54). Ele acredita que responsabilidade moral nasce das expressões imediatas da vida que são disparadas pela proximidade ou pela presença imediata de outro ser humano. “A incerteza é a terra natal da pessoa ética e o único solo em que a moral pode brotar e florescer” (BAUMAN, 2004, p.54). A "Expressão soberana da vida", não é aceitar a condição como naturalmente dada, pois não é algo natural, porque brota da relação com o outro. Porém, não precisa de justificativa senão a própria humanidade. Também não necessita de agente externo, porque faz parte da autonomia do sujeito. A ação constrangida que Bauman (2004) chama de heteronomia, pode ser a ofensa, o ciúme e a inveja. Quando a pessoa age pela heteronomia é o outro que é acusado de ter dado origem ao fato. Desta forma o sujeito “sofre as ações dos outros em vez de ser um ator por direito próprio” (BAUMAN, 2004, p.54). Ele sempre sofre a ação e nunca é responsável pelos seus atos. As ações constrangidas precisam negar o tempo todo a sua autonomia. A moralidade ética é algo gratuito, espontâneo, pré-reflexiva e não precisa de motivos. Qualquer racionalidade para justificá-la a destrói porque a transforma no seu oposto a desumanidade (BAUMAN, 2004).

Os pensadores e os legisladores tentaram transformar a ética moral em “um código coeso de regras morais que pudessem ser ensinadas e as pessoas serem forçadas a obedecer. O vazio que não pode ser preenchido pela religião e que a ciência moderna fez um esforço enorme para regular, com um conjunto de regras racionais na tentativa de legislar a ordem e reprimir o caos foi em vão. Mas este conflito gerado pela contradição foi compreendido pela modernidade como aporia, ou seja, como um conflito ainda não resolvido, necessitando de mais esforços e tecnologias cada vez mais

avançadas (BAUMAN, 2006). Porém, este resto que escapa a qualquer tentativa de ser previamente regulado deve ser preenchido com a arte da responsabilidade, que é a nossa capacidade de viver na ambivalência de “chamar para nós a responsabilidade por essa vida e suas consequências” (BAUMAN, 1997, p.208).

### **3 Violência e globalização: novos contextos, outros desafios**

Para uma melhor compreensão da violência na sociedade contemporânea, faz-se necessária considerar as mudanças mundiais ocorridas nos últimos tempos, pois os efeitos da globalização da economia levaram a uma interdependência entre as economias nacionais. A mundialização dos mercados, os avanços tecnológicos, os investimentos e fluxos das economias, o crescimento e as trocas de mercadorias contribuíram para o enfraquecimento do Estado gerando novas formas de desigualdade, exclusão e miséria. A fragmentação cultural com a tentativa de homogeneização do planeta acarretou dois efeitos contraditórios: um de retraimento identitário contra uma cultura hegemônica transnacional norte-americana; e outra, de grupos que se apoiam em identidades culturais para participar da economia mundial e não para resistir a ela. A violência se insere neste contexto quase como um prolongamento destes processos. Desta forma, torna-se difícil enxergá-la e analisá-la (MARTUCCELLI, 1999).

De acordo com Wacquant (2001), os Estados Unidos possuem uma engenharia para levar suas ideias hegemônicas de ditadura sobre os pobres em qualquer lugar. Uma política de tolerância zero que se implantou naquele país e foi se estendendo pela Europa e América Latina, através de mecanismos de persuasão, como palestras e financiamentos de projetos. Os ideais de cidades seguras que se propagaram como relâmpago pelo globo através da guerra contra o crime e da tomada do espaço público têm como objetivo a limpeza das ruas. Uma ideologia que incentiva o encurtamento das políticas sociais e econômicas e fortalecimento do estado policial e penitenciário. Esta penalidade entendida como um “conjunto de práticas, instituições e discursos relacionados à pena” e, sobretudo a pena criminal, é uma maneira de demonizar a delinquência de rua (WACQUANT, 2001, p.9). A segurança é representada somente pela lógica da dimensão criminal. Esta proposta neoliberal encontra um terreno mais fértil em países recém industrializados, devido às grandes desigualdades sociais, bem como a fragilidade democrática, com instituições incapazes de minimizar os efeitos da

globalização, gerando novas formas de desigualdade, exclusão e miséria. As políticas que enfatizam o tratamento social da miséria, ancoradas numa visão de médio e longo prazo, guiada pelos valores da justiça social e a solidariedade, são substituídas pelo tratamento penal, de curto prazo, centrado em campanhas eleitorais e acontecimentos pontuais, que suscitam pânico pela divulgação maciça da mídia, tendo foco a população de baixa renda (WACQUANT, 2001).

O trabalho social e policial é regido pela mesma lógica de controle social e reeducação dos pobres. A pobreza é vista como decorrente do comportamento do pobre e causa da violência, mas não decorrente das barreiras sociais. Portanto, é o comportamento que deve ser mudado e não os mecanismos estruturais da sociedade. Desta forma, o Estado se isenta de suas responsabilidades e responsabiliza os indivíduos moradores dos locais denominados incivilizados (WACQUANT, 2001).

O Estado paternalista precisa de políticas que atuem sobre o comportamento individual, ou seja, uma política que dirija e ofereça uma orientação sobre a vida e obrigações dos pobres. O Estado age como um tutor moral e é inflexível para tirar o pobre de sua passividade, mediante a disciplina do trabalho e o direcionamento de sua vida. O pressuposto principal de fundo dessas políticas é de que os pobres precisam de apoio e que, para tanto, exigem estruturas que permitam às políticas sociais operarem como instrumento de vigilância e disciplina. O Estado paternal impõe um trabalho assalariado e desqualificado de baixa remuneração para os deserdados da classe trabalhadora, mesmo contra a sua vontade. A máquina a serviço da instituição carcerária que aprisiona os indesejáveis e perigosos contribui para aumentar a fragilização e a insegurança da população pobre. A missão é vigiar os pobres, punindo e neutralizando suas ações. Em alguns países se instala uma vigilância acirrada. Um panoptismo social a céu aberto, que permite a construção de categorias de pessoas e lares assistidos de acordo com critérios estabelecidos e observados pelos funcionários sociais, construindo assim, uma cartografia social permitindo identificar áreas que concentram populações mais vulneráveis (WACQUANT, 2001).

Os estranhos nos causam o terror. Mas não é o terrorismo e a sabotagem que acarretam medo aos governantes, mas a desordem que eles podem trazer. Logo, o verdadeiro perigo contra os estranhos é que eles desrespeitem a lei e a ordem. Se houver este desrespeito, nenhum serviço de inteligência e forças de segurança será capaz de conter os rebeldes. Para sustentar a lei e a ordem, a racionalidade muitas vezes se apoia na lógica da sobrevivência na qual a pessoa precisa resistir à destruição do outro. Uma

lógica da impotência frente aos fatos, que leva as pessoas a proclamarem: “ainda bem ainda não chegou a minha hora!”. Esta é a lógica da sobrevivência sustentada sob a égide do crime. Para as pessoas que vivenciam estas situações torna-se muito difícil entender a realidade e, mais difícil ainda, desarmar a armadilha homicida (BAUMAN, 1998).

Podemos tirar duas lições desta lógica vivenciada pela sociedade moderna durante o holocausto. A primeira nos serve de alerta:

É a facilidade com que a maioria das pessoas, colocadas numa situação em que não existe boa escolha ou que se torna muito cara, arranja uma justificativa para escapar ao dever moral (ou não consegue aderir a ele), adotando em vez disso os preceitos do interesse racional da autopreservação (BAUMAN, 1998, p.236).

A segunda nos serve de esperança:

Colocar a autopreservação acima do dever moral não é algo de modo nenhum predeterminado, inevitável e inelutável. Podemos ser pressionados a fazê-lo, mas não somos forçados a isso, de maneira que não se pode jogar a responsabilidade da ação nos que pressionaram para tal (BAUMAN, 1998, p.236).

O mais importante é que algumas pessoas conseguiram fazer a opção pelo dever moral. Este fato nos indica que mesmo diante de situações sobre as quais não temos boas opções, ainda é possível fazer uma escolha pela responsabilidade ética. No entanto, temos a consciência de que precisamos de um número considerável de pessoas que optem pela responsabilidade ética para desafiar a ordem dominante (BAUMAN, 1998).

Santos (2010), tomando como base as concepções abissais da epistemologia e da legalidade, afirma que o pensamento moderno criou categorias para distinguir os seres humanos dos seres sub-humanos. O campo do direito é um exemplo dessa lógica, chamando-a de cartografia jurídica, em que prevalece a dicotomia entre o legal e o ilegal: “Dicotomia que deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador” (SANTOS, 2010, p.34). Este pensamento tem a finalidade de separar o que deve ser valorizado do que deve ser marginalizado ou negado, criando categorias que permitem classificar os seres humanos, distinguindo-os como humanos e desumanos. No século XVI e XVII os índios não eram considerados como humanos.

Por isso, o jurídico justificou a invasão e a ocupação em seus territórios. Assim, como atualmente existem milhões de pessoas que sequer são candidatas à inclusão, porque fazem parte de uma categoria pertencente ao outro lado da fratura. Eles pertencem a um território impensável em termos jurídicos e políticos e, portanto, não necessitam da lei, dos direitos humanos e da democracia. Para esses a lógica que se aplica é da apropriação e violência. Essas pessoas invisíveis estão nas prisões, nas favelas, nos guetos, nas formas de discriminações sexuais e raciais, no tráfico de drogas e de órgãos, no trabalho infantil, dentre outros.

No Brasil, a ideologia estadunidense de tratamento penal foi facilitada pela própria estrutura de subordinação das relações econômicas internacionais, que conjugada ao enriquecimento das grandes indústrias em detrimento da desigualdade social e da pobreza em massa, contribuiu para o crescimento da violência criminal que e se transformou em um dos principais problemas das grandes cidades. A insegurança é agravada pela ineficiência das intervenções das agências responsáveis pela segurança pública que são orientadas pela violência. Esta forma de solucionar os problemas é baseada no uso da violência e faz parte de uma tradição nacional de controle dos pobres e miseráveis. Uma cultura da escravidão e dos conflitos agrários que foi reforçada nas duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra os subversivos se disfarçou em repressão aos delinquentes. Uma concepção hierárquica e paternalista de cidadania fundada na oposição cultural entre selvagens e cultos, com um recorte hierárquico de classe e de estratificação etnoracial presentes no sistema de justiça, que tende a tratar da mesma forma os trabalhadores marginais e pessoas que cometem crimes, de modo a garantir a manutenção da estrutura da classe e da ordem pública. As condições deterioradas das prisões remetem a depósitos de dejetos sociais, fazendo destes os campos de concentração para os pobres. A superlotação acrescida da falta de garantias mínimas de assistência jurídica, saúde e educação, juntamente com uma rotina de violência perpetrada pelas autoridades, com casos de tortura e mortes em massa, sem que ninguém se responsabilize por esta barbárie, servem para agravar a instabilidade e a pobreza das famílias e aumentar a criminalidade, principalmente nos centros urbanos (WACQUANT, 2001).

Um aspecto relevante neste contexto de violência na sociedade globalizada se refere à questão das drogas. As drogas substituíram o comunismo na ameaça à democracia mundial e como tal deve ser combatida. Entretanto, a guerra às drogas alimenta o seu consumo e o da indústria das armas que também o sustenta, sendo esta

uma forma de capitalismo selvagem, em que os meios para a obtenção dos lucros podem ser legais ou ilegais (PINO, 2007; PASSOS, 2011; SOUZA, 2011). De acordo com Soares (2010):

O tráfico internacional de drogas ilegais movimentou, em 2005, U\$320 bilhões, valor superior ao PIB de 88% dos países. Apesar dos custos bilionários, nem o consumo, nem os preços foram afetados. Os únicos beneficiários têm sido o tráfico e os setores da economia que lucram com armas, equipamentos militares e instrumentos de segurança. Além dos titulares políticos da moralidade dos costumes e dos governos que precisam de inimigos para promover a coesão ameaçada por crises e descrédito (SOARES, 2012, p.02).

Segundo Gomes e Bunduky (2013), o tráfico nacional de entorpecentes passou a ocupar a posição de crime mais encarcerador no Brasil, com 24% do total de prisões. Soares (2012) afirma que as drogas sempre ocuparam a pauta da justiça criminal brasileira. Contudo, há tempos vemos uma inclusão do tema na área da saúde e nos âmbitos da cultura e da política. A guerra às drogas é o indicador mais escandaloso do fracasso de uma política pública de segurança transnacional. Mas parece que os resultados não importam aos governos que implementam políticas de segurança pública fundamentadas nesta lógica. O Brasil tem hoje a 3ª maior população carcerária, com 540 mil presos e o maior índice de crescimento nos últimos anos, dentre todos os países.

No Brasil, a Lei 11.343/2006 proíbe a prisão do usuário de drogas, mas o consumo ainda é considerado crime<sup>6</sup>. A lei não define a quantidade que o usuário pode portar. Esta definição fica a cargo da discricionariedade da autoridade policial ou judicial que deverá considerar também, as condições em que desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, a conduta e os antecedentes de quem porta a droga (SOARES, 2012).

Nosso sistema de justiça criminal é seletivo incidindo mais sobre os jovens negros, pobres, do sexo masculino, com renda e escolaridade baixas. E se ainda carecemos de pesquisas no âmbito nacional sobre as condições das pessoas aprendidas por tráfico de drogas no país, alguns estudos locais nos dão a dimensão da seletividade

---

<sup>6</sup> A Lei 11343/2006, art. 28, considera crime adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. O supremo Tribunal Federal considera que a conduta não deixou de ser crime, mas deixou de ser punida com restrição de liberdade, pois a pena foi substituída por advertência, prestação de serviço comunitário e medida educativa.



do sistema de justiça criminal brasileiro. Os pesquisadores Boiteux e Wiecko (2009) detectaram que do total das pessoas apreendidas no Rio de Janeiro por tráfico, no período de 2006 a 2008, 80% eram jovens de 16 a 28 anos e não tinham antecedentes criminais. A maioria foi apreendida em flagrante, não portava arma, não se envolvia com violência, nem tinha ligação com organização criminosa. Outro estudo que vale ressaltar é sobre a utilização da prisão provisória e a lei de drogas na cidade de São Paulo, que demonstrou um uso sistemático da prisão provisória em casos em que se podiam propor outras medidas como prevê a Lei 11.343/2006 (Jesus *et al.*, 2011).

Na cultura ocidental aprendemos que os usuários de drogas são perigosos. Acostumamo-nos a temê-los, nos afastamos e os mantemos bem longe. Demonizamos a droga e seu usuário, e nele depositamos todo o mal que nos aflige. Esta reação não ajuda a tratar o problema, mas torna a droga mais instigante e mais desejada, um mistério a ser desvendado. A maioria das políticas públicas no Brasil reflete esta cultura de medo às pessoas que usam e vendem as drogas, pautadas na repressão e na exclusão. Porém, nos últimos anos têm surgido programas alternativos de cunho mais democrático para tratar o sujeito sem retirá-lo do seu meio, como as políticas de redução de danos (SOARES, 2012).

No entanto, ainda engatinhamos nas políticas públicas que sejam capazes de tratar os sujeitos como cidadão de direitos. Carvalho (2002), afirma que na década de 1980 o desejo de alcançar a cidadania era a questão mais importante para todos os seguimentos da sociedade brasileira. A palavra cidadania foi citada tantas vezes que passou a substituir a palavra povo. Todos os anseios foram colocados no conceito de cidadania. Havia certa ingenuidade de que a garantia dos direitos de liberdade e de voto era o caminho para se chegar aos outros direitos como segurança e emprego. Nesta época, a segurança urbana já despontava como um dos principais problemas a serem enfrentados pelos governantes nos próximos anos. Os caminhos da cidadania foram trilhados. Porém, os direitos políticos não foram pontes para se chegar aos direitos sociais. Para alcançar os direitos sociais, os caminhos a serem trilhados são outros. Os direitos civis exigem a garantia da vida em sociedade; os direitos políticos exigem a participação da sociedade no governo; mas os direitos sociais exigem participação na riqueza coletiva da nação.

Uma cidadania que combine liberdade, participação e igualdade para todos,

é um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível. Mas ela tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico (CARVALHO, 2002, p. 09).

Os governos autoritários têm fobia dos riscos e na tentativa de eliminá-los são capazes de utilizar todas as formas de violência. Entretanto, os governos democráticos assumem os riscos da violência (DADOUN, 1998):

Assume o maior risco restabelecendo o desafio crucial de uma multiplicidade de violências parcelares, necessárias e toleráveis, suscetíveis de, mais mal que bem, proporcionar mutuamente equilíbrio - aposta democrática (DADOUN, 1998, p.100).

Desse modo, a democracia é um sistema, em que os riscos e os questionamentos são desafios assumidos como parte do processo. Assim, é uma busca persistente por um equilíbrio consciente, de que esta harmonia é um desafio constantemente ameaçado, porque é sustentado pela lâmina afiada da própria violência.

#### **4 Juventude brasileira e criminalidade violenta: jogando um holofote**

O conceito de juventude enquanto um fenômeno social surgiu no século XX, baseado na sociologia funcionalista, preocupada com as disfunções e falhas no desenvolvimento do indivíduo no processo de socialização. Os jovens eram vistos ora como excêntricos e contestadores, ora como delinquentes ligados à criminalidade. A preocupação era com a integração dos indivíduos à sociedade moderna. O jovem passou a ser visto como àquele que não se integra, porque resiste aos padrões normativos e socializadores da sociedade. Este conceito de juventude é variável e foi se processando ao longo do tempo na sociedade ocidental como um período de transição entre infância e a vida adulta, em que ocorrem várias mudanças psicológicas, sociais e físicas. Este conceito se estruturou em ciclos de vida de forma autônoma, mas interdependente e hierarquizada. Um modelo de difusão dos novos mecanismos de ordenamento do mundo que ocorre, de cima para baixo, da aristocracia e da burguesia em direção às

classes populares e que se vincula, também, aos processos históricos de construção da democracia. Esta difusão é tida como lenta e progressiva e é na era industrial que há uma aceleração, quando o Estado toma para si a função de proteção dos indivíduos (ABRAMO, 1997; PERALVA, 1997).

No Brasil, até a década de 1980 não existiam estudos sobre a juventude. Juventude era sinônimo de estudante e quem podia manter seus filhos na escola era a classe média e a classe média alta. Os filhos das classes populares começavam a trabalhar muito cedo. Logo, passavam da idade infantil direto para a fase adulta e só ganhavam visibilidade enquanto delinquentes. A juventude brasileira recebia um tratamento bem diferenciado de acordo com classe social. Os filhos dos ricos e da classe média eram chamados de crianças e jovens. Os filhos dos pobres eram chamados de menores. Para estes, que necessitavam da intervenção do poder público, existia uma lei chamada Código de Menores, com medidas educativas que se destinavam a ressocialização dos jovens com desvio de conduta (PERALVA, 1997).

Analisando as políticas públicas para a juventude no Brasil, de 1995 a 2002, Sposito e Carrano (2003) verificaram que apesar das ações do governo federal não serem exclusivas para esta faixa etária, reconhecia-se na sua formulação que alguns problemas afetam a juventude, como saúde, segurança e trabalho. Esta população é convencionalmente conceituada de população em situação de risco social. Em geral, as ações destas políticas visavam combater os problemas sociais e em muitas formulações a própria condição juvenil se apresentava enquanto um problema em si mesmo.

A juventude como tempo de transição trabalhado pela sociologia pode nos afastar da experiência da verdadeira identidade do jovem, pois a identidade se constitui e se refaz através dos “relacionamentos que se estabelecem com os adultos e os conjuntos de ações das redes culturais da juventude” (CARRANO, 2007, p. 4). Para compreendermos a juventude na sociedade contemporânea é necessário desconstruirmos o modelo de juventude idealizado pelo mundo adulto burguês, construído a partir do século XIX (PERALVA, 1997).

É difícil construir um conceito que dê conta da complexidade das questões vivenciadas pela juventude na sociedade contemporânea. Deste modo, faz-se necessário trabalhar com uma noção de juventude na ótica da diversidade (DAYRELL, 2005; CARRANO, 2007). Os jovens não se adaptam às categorias que a ciência moderna tenta construir para compreendê-los, encaixá-los, estigmatizá-los e excluí-los. Os seres humanos são contraditórios e indivisíveis. Enquanto vivemos o impacto de um modelo

de sociedade que se decompõe, o jovem está vivendo um mundo novo e inteligível, que não se adapta em nossas categorias de análise (PERALVA, 1997). Mesmo tomando como referência os jovens moradores das periferias, existem várias formas de ser jovem e viver a sua juventude. Portanto, para este estudo fez-se necessário um recorte na juventude envolvida com a criminalidade. Jovens pobres, moradores das periferias das grandes cidades. Esta parcela de jovens é muito pequena, porém nos interessa refletir sobre esta forma de sociabilidade juvenil, que produz tamanha mortalidade entre eles e que acarreta sérios problemas para a saúde coletiva.

De acordo com dados do Sistema e Informação de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2008 morreram no Brasil 50.113 pessoas, sendo 15.284 indivíduos jovens. Estes dados são comparáveis a países que estão em guerra. Como afirma Soares (2004), uma guerra fratricida que está interferindo na demografia brasileira. Se fizermos um recorte de cor podemos verificar que enquanto o número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.650 no período de 1998 a 2008, o que representa uma significativa diferença negativa da ordem de 22,3%. Entre os negros, o número aumentou de 26.915 para 32.349, o que equivale a um crescimento de 20,2% (SIM, MS, 2008). Em 2010, a taxa de homicídio por cem mil habitantes no Brasil foi de 26,2%. Porém, se considerarmos somente a população jovem de 15 a 24 anos a taxa foi de 52,35%. Taxas altíssimas em termos de saúde pública, pois, para a Organização Mundial de Saúde a taxa tolerável é de dez por cem mil. De acordo com o Mapa da Violência 2011: os jovens no Brasil, os dados sobre as taxas de homicídios no Brasil mostram a dimensão da realidade enfrentada pelos jovens dos 15 aos 24 anos, faixa etária na qual os homicídios atingem o ápice. Se ainda fizermos um recorte mais específico, podemos perceber que a concentração maior é na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por cem mil jovens (WASELFSZ, 2011).

Segundo uma pesquisa do Observatório de Favelas de 2006, a maioria dos adolescentes (57,4%) ingressou na atividade do tráfico entre os 13 e os 15 anos e, em alguns casos (7,8%), a entrada ocorreu antes dos 12 anos, ou seja, em plena infância. A pesquisa mostrou ainda que 46% dos adolescentes desistiram da escola na faixa entre os 11 a 14 anos, sugerindo que há uma forte ligação entre a entrada dos adolescentes no tráfico e o abandono escolar (SILVA, 2006).

O Mapa da Violência 2011: os jovens no Brasil traçam algumas iniciativas que foram efetivas na estagnação dos níveis de violência homicida a partir de 2003.

Iniciativas que aliaram componentes repressivos, como a retomada de territórios dominados pela criminalidade, a melhoria da eficiência policial, a articulação das estruturas da segurança pública e ações preventivas, como a campanha do desarmamento e outras iniciativas estaduais ou municipais, com implantação de projetos alternativos para criminalidade e drogas (WAISELFISZ, 2012).

No Brasil, a política de encarceramento é hegemônica quando se trata de soluções para a redução da criminalidade. De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça, tendo como referência informações do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen), em 1990, o número de encarcerados era de 90 mil. Este número subiu pra 498.500 em 2010. Um aumento de 471% em 20 anos. Enquanto o crescimento da população brasileira neste mesmo período foi de 32%, o que demonstra que os principais investimentos na tentativa de diminuição das taxas de homicídios se fizeram pela segregação das pessoas nas prisões (GOMES E BUNDUKY, 2012). É preciso pensar que lógica é esta de encarceramento no Brasil? Estamos jogando os jovens nas prisões, mesmo sabendo que serão capturados pelas organizações criminosas. (Salla, 2003). Precisamos rever esta lógica que não resolve e agrava os problemas que a juventude pobre e negra das periferias vivencia.

Segundo Soares (2004), estamos presenciando um genocídio juvenil no Brasil e as maiores vítimas dessa violência letal são os jovens que tem pago com a própria vida a nossa insensatez coletiva. Esta mortalidade tem levado a um déficit demográfico de jovens do sexo masculino, experiência igualada a uma sociedade que vive em guerra. Para entendermos melhor a complexidade do problema é necessário um olhar mais regionalizado, em função da diversidade da sociedade brasileira. Porém, ele nos aponta os principais problemas nas grandes cidades: o crime organizado, os grupos de extermínio e o tráfico de armas e drogas. Soares (2004) questiona os mecanismos da sociedade ocidental para amenizar a violência e acredita que ainda é possível valorizar a vida humana protegendo-a de toda ameaça. Mas no Ocidente, não temos conseguido amenizar a violência através da educação, ou seja, pela difusão de valores e dos símbolos pertinentes de nossa cultura, restando-nos apenas a repressão e a punição das transgressões. No entanto, estas ações têm sido insuficientes, frustrantes e contraditórias (SOARES, 2004).

Gonçalves e Coutinho (2008), em uma pesquisa com jovens do Rio de Janeiro, verificaram que a família ocupa uma centralidade na vida dos jovens. Também chamou a atenção das autoras a forte idealização da família por esses jovens. Uma idealização

sustentada pela figura da mãe. Esta idealização deve ser compreendida tomando como referência o contexto sociocultural brasileiro, que forja uma subjetividade específica de lidar com os projetos coletivos. Projetos estes baseados na crença da generosidade e da necessidade de proteção absoluta. Esta situação é agravada pela fragilidade das instituições públicas que não se constituem como referência para os jovens.

Desamparada diante da tarefa de educar e sustentar os filhos, mas idealizada como pólo exclusivo de investimento, a própria família talvez tenda a reforçar a idealização que o jovem faz dela, restringindo as relações de alteridade e o reconhecimento das diferenças. (...) Assim como num círculo vicioso, a família idealizada idealiza a si mesma, mascarando os conflitos internos em seu próprio desamparo, o que leva, muitas vezes a depositar no jovem os problemas que ela insiste em elucidar (GONÇALVES e COUTINHO, 2008, p. 609).

Esta é uma situação enfrentada por muitos jovens envolvidos com a violência. A família e a sociedade se eximem de suas responsabilidades (GONÇALVES e COUTINHO, 2008). A solução passa necessariamente pelo tratamento da família e do jovem, mas também pela promoção das possibilidades de mudança que favoreçam o crescimento e o engajamento social dos jovens.

Arroyo (2004) aponta que a infantilização da violência na sociedade ocidental sinaliza para algo destrutivo de nossa civilização. “A revelação da violência das crianças também nos revela” (Arroyo, 2004, p.17), porque traz à tona a violência de nossa sociedade. Por isso antes de condenar os jovens é necessário compreender a sociedade em que vivemos, porque eles são vítimas do mal-estar de nossa civilização. A imagem das crianças nos limites da sobrevivência, na violência ou no tráfico é trágica e nos assusta. Entretanto, diante desta realidade não cabem posturas de condenação. Estas imagens devem nos incomodar e nos obrigarem a repensar a ética e os valores que inspiram a ciência, a tecnologia e o progresso:

Diante da barbárie com que a infância e adolescência populares são tratadas, o primeiro gesto deveria ser ver nelas a imagem da barbárie social. A infância revela os limites para sermos humanos em uma economia que se tornou inumana (ARROYO, 2004, p.17).

A imagem da infância que embalou os sonhos da pedagogia foi quebrada e se perdeu juntamente com a promessa não cumprida do paraíso por meio da modernidade. A pedagogia hoje precisa de parteiras para fazer renascer outras imagens mais reais de juventudes, adolescências e infâncias: “Imagens que nos fazem enxergar estes seres humanos em suas complexas trajetórias existenciais” (ARROYO, 2004, p.14). Ou como nos adverte Laurent (2007), ao introduzir a repressão sem antes ofertarmos políticas sociais capazes de proporcionar alternativas, corremos o risco de acirramento da autodestruição.

## **5 Construindo sabres: os jovens e a criminalidade violenta**

Vários teóricos defendem a existência de fatores determinantes para a entrada de um indivíduo no crime, tais como baixa escolaridade, desigualdade social, baixo índice de desenvolvimento humano e falta de infraestrutura. Beato e Souza (2003), Fernandes (2004), Soares (2004) e Zaluar (1997) argumentam que não há relação direta entre pobreza e criminalidade. Esses estudiosos afirmam que alguns fatores existentes em comunidades violentas contribuem para o aumento da violência, tais como desemprego, tráfico de armas e drogas e falta de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, lazer e serviços de apoio às famílias.

Apesar de os brasileiros conviverem com uma enorme desigualdade social, são poucos os pobres que entram para a criminalidade. É necessário, portanto, fortalecer as pesquisas que tomam por objeto de estudo os adolescentes e jovens que estão cometendo infrações e crimes, para entendermos os motivos pelos quais aumenta o número de jovens que cometem infrações e crimes (ZALUAR, 1997).

Soares (2006) vai além ao descrever que é necessário debruçarmos sobre o drama da juventude brasileira e esforçarmos para entendê-lo. Não na intenção de justificar o crime cometido, mas para compreender o fato. Este autor reconhece que é necessário colocar limite aos jovens por um lado. No entanto, por outro é preciso acreditar na possibilidade de mudanças desses seres humanos.

Enfim, alguns estudos que abordam a temática da violência e da juventude estão empenhados na solução da problemática relação da juventude com a violência e a criminalidade, na tentativa de compreender o fenômeno e construir um conhecimento

que contribua para a construção de alternativas possíveis. É neste contexto que esta pesquisa se insere.

Wacquant (2001) faz sérias críticas aos pesquisadores que ao trabalhar com as populações marginalizadas, elaboram certas denominações que acabam sendo utilizadas para construção de categorias estigmatizantes. Além disso, nos chama a atenção para o fato de que as pesquisas sociológicas devem evitar a lógica do julgamento contra ou a favor e se preocupar simplesmente em entender e explicar.

Charlot (2000), também nos chama à reflexão acerca das identificações com as quais trabalham as pesquisas. Quem são os sujeitos da pesquisa? Existem criminosos ou pessoas que cometem crimes? Existe a categoria bandido? É através de categorias que se deve trabalhar? Ou podemos decidir por outra lógica? A criminalidade existe ou é um fenômeno construído pela mídia? Como este objeto de pesquisa vem sendo construído no Brasil? É necessário atentarmos para o fato de que os termos, criminosos e bandidos, são identificações que poderão servir de linha mestra para os sujeitos. Qualquer pesquisa nesta área deve considerar a complexidade de lidar com estes termos, com o intuito de não servir somente para fortalecer estas representações sociais, reforçando a possibilidade do sujeito se definir e se comportar como tal. Não devemos ignorar o significativo mestre, mas a partir dele mapear outros, porque o sujeito não é apenas um criminoso, ou seja, uma pessoa que cometeu crime. Ele é um sujeito que tem nome, família, história, enfim vida social.

Charlot (2000) nos sugere fazer uma leitura positiva do público a ser pesquisado, trabalhando com a noção da relação com o saber para compreendermos como esses sujeitos constroem sua socialização. Fazer uma leitura positiva não é enxergar habilidades que as pessoas possuem em outras situações. “É ler de outra maneira o que é lido como falta” (CHARLOT, 2000, p.31). Analisar através da carência, da falta, é pensar o sujeito como objeto incompleto. Para este autor devemos:

Considerar que todo indivíduo é um sujeito, por mais dominado que seja. Um sujeito que interpreta o mundo, que resiste a dominação, afirma positivamente seus desejos e interesses, procura transformar a ordem do mundo em seu próprio proveito (CHARLOT, 2000, p.31).

É necessário, portanto, mudar a lógica da leitura substituindo a falta pelas suas reais situações e, assim, ao invés de vitimá-lo, trazê-lo para o âmbito dos direitos de



cidadania para entendermos como os sujeitos afetam e são afetados pelo contexto social em que vivem. Ou, como nos convoca Arroyo (2004), compreendermos como os jovens constroem sua humanidade num contexto com tamanha desumanidade. Trabalhar a noção da relação com o saber é compreender como se constrói uma relação com o saber que tenha a marca da origem social, mas não seja determinada por ela.

Sendo assim, este estudo pretende ultrapassar os limites de cada disciplina, devendo haver intercâmbio de questões, conceitos e resultados, porque nesta abordagem não podemos separar o sujeito do desejo e o sujeito social.

A noção da relação com o saber não é nova. Pode ser encontrada nos escritos dos pensadores da filosofia clássica, como em Sócrates quando afirma “conhece-te a ti mesmo”, em Platão e nos sofistas, no Cogito, de Descartes, e na fenomenologia de Hegel (CHARLOT, 2005, p.35). A relação com o saber científico foi tratada por Bachelard, em 1938, quando escreveu A formação do Espírito Científico. A expressão da relação com o saber foi citada nos anos de 1960, pelos psicanalistas, didatas e sociólogos da educação de uma vertente crítica. Mas foi em 1980 que a noção da relação com o saber se desenvolveu como um campo organizador de uma problemática e, somente na década de 1990, o conceito começou a ser utilizado nas pesquisas científicas (CHARLOT, 2005).

Para a psicanálise, a questão principal que se coloca é “saber como o desejo que visa o gozo imediato pode se transformar em desejo de aprender um determinado saber” (CHARLOT, 2005, p.37). Para a sociologia da reprodução social é necessário analisar como determinado sujeito se constrói neste contexto que ele herdou, considerando a história de sua construção e transformações, ou seja, como o sujeito se constrói apropriando de um mundo humano já existente. Isto “implica na coleta e análise de dados que levem em conta o sentido que o sujeito confere à sua história e suas atividades”. (CHARLOT, 2005, p. 40). Para a didática, a noção da relação com o saber permite lançar um novo olhar sobre as situações didáticas. Como se dá o confronto do eu empírico com o epistêmico? Como o sujeito se posiciona frente ao contrato didático? Como o “estabelecimento de certas formas de saber das relações como o mundo, com os outros e consigo mesmo permitem ter acesso a certas formas de saber?” (CHARLOT, 2005, p. 44).

E para encontrarmos algo em comum entre todas estas áreas, sem correremos o risco de confundirmos tudo com uma miscelânea é preciso considerar dois princípios. O primeiro que a noção da relação com o saber não pretende abordar um conceito que

traga respostas. Ao contrário, permiti problematizar as questões. O segundo, é que esta problematização deve considerar que o sujeito é humano, singular e social. O sujeito aprende para se apropriar de um legado e para agir no mundo e, é através desse movimento que esse sujeito se constrói e é construído. Movimento complexo e inacabado que denominamos educação: “Aprender pressupõe um processo triplo de hominização, singularização e socialização” (CHARLOT, 2000, p. 53).

Para verificarmos que sentido tem para o jovem das periferias uma forma de sociabilidade violenta, não precisamos construir categorias, mas identificar como os processos articulados, as operações e as relações contribuem com a construção dos saberes e das lógicas que organizam estes saberes. Sabemos que essas lógicas e processos são diferentes para os jovens de diversas classes sociais, porém dependem também da singularização de cada sujeito. Não é negar a correlação entre violência e pobreza, ou seja, desconsiderar a origem social dos jovens, nem afirmar que existe uma correlação determinista, em que um é causa e o outro a consequência. Mas, se atentar para o fato de que o sujeito tem uma posição objetiva que é a classificação exterior e uma posição subjetiva que depende de como o jovem pensa sobre o lugar que ele ocupa neste contexto e na sociedade de forma mais ampla (CHARLOT, 2000).

## **6 Considerações finais**

Os altos números de homicídios no Brasil são preocupantes. Diante dessa realidade a sociedade busca na política de segurança repressiva e no controle social algumas amarras para a juventude que, ao contrário de resolverem o problema, têm aumentado a criminalização e vitimização dos jovens. É importante nos atentarmos para as representações e as percepções de violência com a quais operamos, porque elas podem servir para justificar uma justiça punitiva de criminalização de certas categorias sociais. A problematização dos ideais de sociedade, educação, família, criança e juventude presentes em nosso imaginário social podem nos ajudar a desconstruir estes modelos edificados pela sociedade burguesa e a enxergar outras formas de convivência possíveis, assim com compreender a responsabilidade das instituições de fazerem-se presentes na vida desses jovens.

Se ainda carecemos de uma compreensão sobre as questões que afetam e são afetadas pela juventude da periferia envolvida com a criminalidade violenta, alguns questionamentos se fazem necessários, como um convite à construção de um conhecimento que consiga ser mais fiel à dura realidade enfrentada por estes jovens. O que sabemos desses jovens que lutam pela sobrevivência em um ambiente de total desumanidade? Estes jovens têm rostos? Um rosto que nos convoca a responsabilidade moral? Há somente o caminho do conhecimento hegemônico para compreendermos esta realidade ou existem outras trilhas sobre as quais podemos encontrar alternativas possíveis?

Diante deste contexto que desafia os gestores públicos e os pesquisadores torna-se importante investigar como os jovens das periferias com altos índices de criminalidade constroem seus laços sociais e seus saberes para sobreviverem. Como eles estabelecem seus contratos sociais com a comunidade local, as instituições e seus pares, considerando as novas mudanças nos campos econômico, social, cultural e, portanto novas formas de socialização do sujeito na sociedade contemporânea.

## Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da Juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5 e 6, p. 25-36 mai./dez. 1997.

ARENDT, Hanna. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de Mestre**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Violência nas Escolas: uma disputa entre imaginários de infância e de docência? In: Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas. Brasília. 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens Quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal**: ensaios sobre os fenômenos extremos; Tradução Estela dos S. Abreu. Campinas: Papirus, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli; Revisão técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEATO, Claudio Chaves.; SOUZA, Robson Sávio Reis. Controle de Homicídios: a experiência de Belo Horizonte. In: Segurança Cidadã e Polícia na Democracia. **Cadernos Adenauer**, Ano IV, nº 03, 2003. p. 51-74.

BOITEUX, Luciana; WIECKO, Elie. **Série Pensando o Direito**: Tráfico de drogas e constituição. Rio de Janeiro/Brasília. Nº 01, 2009. Disponível em: <<http://www.bancodeinjusticias.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Minist%C3%A9rio-da-Justi%C3%A7a-UFRJ-e-UnB-Tr%C3%A1fico-de-Drogas-e-Constitui%C3%A7%C3%A3o1.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Juventudes: as identidades múltiplas**. São Paulo Carrano. 2007. Disponível em: <[http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave\\_artigo.asp?cod\\_artigo=1086](http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1086)>. Acessado em: 12 fev. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Os jovens e o saber**: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização** – questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DADOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do homo violens. Tradução Pilar Ferreira de carvalho e Carmen de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: a história dos costumes. Apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1939.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e civilização. Tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor. 1993.

FERNANDES, Rubem César. Segurança para viver: propostas para uma política de redução da violência entre os adolescentes e jovens. In: NOVAIS, Regina e VANNUCHI, Paulo (Orgs.) **Juventude e sociedade**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. (1930-1936). In: **O mal-estar na civilização: novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 14-122.

GOMES, Luiz Flávio.; BUNDUKY, Mariana Cury. Crescimento da população carcerária ultrapassa vertiginosamente o da população nacional. Instituto Avante Brasil. **Instituto de Prevenção do Crime e da Violência**. Luiz Flávio Gomes e Maria Alice Banchini. 2012. Disponível em: <[www.institutoavantebrasil.com.br](http://www.institutoavantebrasil.com.br)>. Acesso em: 21 jun. 2012.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Infância e Violência no Brasil**. Paulo de Frontini, Rio de Janeiro: Nau Editora - FAPERJ, 2003.

GONÇALVES, Hebe Signorini; COUTINHO, Luciana Gageiro. **Juventude e Famílias: expectativa, ideais e suas repercussões sociais**. 2008. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v8n3/artigos/html/v8n3a04.html>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

LAURENT, Eric. Como criar as crianças. **La Nación**, 03 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.ebpl.org.br/pdf/2007/Entrevista>>. Acesso em: 14 set. 2012.

JESUS, Maria Gorete Marques. (Orgs.). **Prisão Provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down254.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

LOSURDO, Domenico. O ódio contra o ocidente & À guisa de conclusão: os decretos de excomunhão do aspirante a império mundial. In: **A linguagem do Império: Léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 243-284.

MAFFESOLI, Michel. **A República dos bons sentimentos**. Tradução Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo Social, Revista Social**. São Paulo, v. 11, n. 1. p. 157-175, maio, 1999.

MINAS GERAIS. **Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!** Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Programa-de-Controle-de-Homic%C3%ADdios-%E2%80%93-Fica-Vivo.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de Guerra às drogas. **Psicologia e sociedade**. v. 23, n. 1, p. 154-162. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a17v23n1.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

PERALVA, Angelina. O Jovem como Modelo Cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, maio-dez, 1997. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_04\\_ANGELINA\\_PERALVA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_04_ANGELINA_PERALVA.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2012.

PINO, Angel. Violência, Educação e Sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100. p. 763-785, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

SALLA, Fernando. **Os impasses da democracia brasileira**: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/portugues>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SALME, Flávia. 'Cracolândia é pior que holocausto'. Juíza titular da Vara da infância do Rio. **IG**, Rio de Janeiro, 02 jul. 2011. Caderno Último Segundo. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/cracolandia+e+pior+que+holocausto+diz+titular+da+vara+da+infancia+do+rio/n1596998320745.html>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010. p. 23-71.

SILVA, Jailson de Souza. Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro 2004-2006. **Observatório de Favelas**, 2006. Disponível em: <[www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas)>. Acesso em: 26 jul. 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES

Regina e Vannuchi, Paulo (orgs.). **Juventude e Sociedade**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.

SOARES, Luiz Eduardo. O futuro como passado e o passado como futuro: armadilhas do pensamento cínico e política de esperança. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). **Novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 121-35.

SOARES, Luiz Eduardo. **Palestra de Abertura da Conferência que celebra 58 anos da FIOCRUZ**. 2012. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=1017>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

SPOSITO, Marília Pontes.; CARRANO, Paulo Cesar. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003. Disponível em: <[w.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SOUZA, Robson Sávio Reis. PCC, prisões e perigos. **Revista Vox Objetiva**. Dez. 2012 ed. 42, p.24. Disponível também em: <<http://www.voxobjetiva.com.br/artigo/375/pcc,-prisoos-e-perigos>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 130-59.

ZALUAR, Alba. A Ordem Tribal: A Violência é de Todos. In: Alba Zaluar. **Da revolta ao Crime**. São Paulo: Ed. Moderna. 1996, p. 9-22.

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Rev. bras. Ci.** São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php/lng\\_pt](http://www.scielo.br/scielo.php/lng_pt)>. Acesso em: 12 jan. 2012.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil. **São Paulo: Instituto Sangari**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso: 12 set. 2012.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo social**. São Paulo, maio. 1997, p. 5-41. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol09n1/o%20novo.pdf>>



Acesso em: 22 jul. 2012.

## **Texto II - JOVEM DA PERIFERIA TEM DIREITO DE FICAR VIVO!**

### **1 Introdução**

Esta parte do trabalho de pesquisa teve como objetivo fazer uma leitura histórica do programa Fica Vivo!, por meio da ótica dos direitos. Foram utilizados documentos institucionais, relatórios das equipes técnicas, textos metodológicos e científicos, procurando detectar como se deram as mudanças, principalmente, após a inclusão da comunidade em algumas ações do programa e dos jovens no planejamento, execução e avaliação das atividades.

O Programa de Controle de homicídios Fica Vivo! é uma política pública de segurança de Minas Gerais, voltada para atender os jovens, com idade entre 12 a 24 anos, negros, pobres, com baixa e escolaridade, desempregados e moradores das periferias urbanas, que registram altos índices de criminalidade. O programa teve início após a execução e avaliação de um projeto piloto, elaborado por um grupo de pessoas preocupadas com crescimento da criminalidade no estado, que culminava com o grande número de mortes, sendo os jovens as principais vítimas. A inspiração do projeto veio do programa Cessar Fogo, de Boston nos Estados Unidos, dando ênfase ao enfrentamento da criminalidade provocada por gangues juvenis. Ao longo dos anos o programa foi sofrendo mudanças significativas. A repressão e a assistência, que tinham como objetivo o controle e garantia da lei e da ordem, foram cedendo espaço para o acolhimento, a liberdade e a participação, tendo como finalidade a regulação e a emancipação dos jovens.

### **2 Contextos e mudanças conceituais: de projeto piloto à institucionalização**

A partir da implantação do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996, uma nova concepção de segurança pública foi se institucionalizando no Brasil. A elaboração do programa demandou mobilização e consultas amplas a

ONGs, movimentos sociais, entidades representativas de organizações profissionais e centros de pesquisa. Um dos principais aspectos do programa se referia à melhoria da segurança pública, tendo em vista o aumento da violência e dos crimes a partir da década de 1980. Tal demanda da sociedade trouxe para a agenda da segurança pública uma série de novos atores sociais para além das organizações policiais. A partir de então, consolida-se gradualmente uma nova concepção da segurança pública, tendo como referência a efetivação dos direitos humanos e os princípios democráticos (ADORNO, 2000, p. 143).

Em Minas Gerais, foi criada em 1998, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos. Para avançar na implantação de políticas públicas de promoção de direitos, este órgão tratou de articular, a partir de 2001, um fórum interinstitucional intitulado: Direitos Humanos e Segurança Pública. Composto por dezenas de entidades da sociedade civil e do Estado, o fórum produziu uma série de encaminhamentos no sentido de ampliar as interfaces entre dois campos historicamente distintos: de um lado, os profissionais e operadores da segurança pública e, de outro, os militantes de direitos humanos (SEJDH, 2001).

Uma das ações do Fórum Interinstitucional, conforme verificamos no Programa Mineiro de Direitos Humanos de 2001, em seu item 2.14.25, que trata das ações de articulação entre segurança pública e promoção de direitos, tem a seguinte diretriz:

(...) Reunir mensalmente, sob a coordenação da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, as entidades de defesa, proteção e promoção dos direitos humanos com órgãos da segurança pública, visando acompanhar e implementar políticas públicas no sentido de combate à criminalidade e violência, promoção da paz e construção da cidadania (SEJDH, 2001).

Um dos eixos de discussão e encaminhamento de propostas do Fórum Interinstitucional tinha como articulador o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG). Assim, dado o crescimento da criminalidade violenta em Minas Gerais, produziu uma série de diagnósticos da situação, como estudos que comprovavam o grande aumento dos homicídios em Belo Horizonte, principalmente entre os jovens.

A partir deste diagnóstico, o CRISP coordenou a elaboração do projeto de controle de homicídios inspirado no programa Cessar Fogo, de Boston nos Estados Unidos. Este projeto piloto foi executado pelo CRISP em parceria com as polícias, agências públicas municipais, associações comunitárias e outras organizações não governamentais. O programa Cessar Fogo utilizou como metodologia a chamada Solução de Problemas, também conhecida como IARA (Identificação, Análise, Resposta e Avaliação), no enfrentamento à criminalidade violenta provocada por gangues juvenis na década de 1990, na cidade de Boston - Estados Unidos.

O método de Solução de Problemas foi desenvolvido por Herman Goldstein e enfatiza a importância da identificação e delimitação precisa do problema que se quer solucionar e de uma análise detalhada de suas origens, causas e influências, a fim de propor respostas mais eficientes e adequadas (...) O projeto Cessar Fogo fundamentou-se em três elementos estratégicos centrais: 1- O primeiro consistiu em um ataque direto ao tráfico ilícito de armas, que mobilizou diversas agências envolvidas no controle e tráfico de armas (...) 2- O segundo elemento estratégico do plano foi a utilização de estratégias dissuasórias de ação, com um foco especial nos indivíduos que foram considerados ofensores crônicos, com grande histórico de comportamento violento. Esta estratégia, denominada como “pressionando os alavancas” (*pulling levers*) consistiu em dirigir ações e mensagens específicas no sentido que o uso da violência, especialmente a que envolve armas, não seria tolerado. 3- A terceira estratégia, complementar às anteriores, consistiu na oferta de outros serviços para potenciais delinquentes através de igrejas, voluntários que atuavam como educadores de rua e diferentes grupos comunitários (BEATO et al., 2003).

O que estimulou o CRISP a coordenar a elaboração de um projeto para o controle dos homicídios em Minas Gerais foi o aumento do número de mortes violentas entre jovens no início da primeira década do novo século e a verificação de uma paralisia dos setores tradicionalmente encarregados da execução das ações de repressão e prevenção aos homicídios. O contexto de recrudescimento da violência preocupava e deixava escancarado o fracasso dos modelos reativos de enfrentamento ao crime e necessidade de inovações que pudessem ter algum efeito neste cenário (BEATO, 2003).

As principais ações do projeto piloto foram o mapeamento das áreas mais violentas e o diagnóstico de suas vulnerabilidades sociais. A análise espacial da ocorrência dos homicídios revelou que não se tratava de uma explosão da criminalidade, mas de uma implosão, já que o fenômeno concentrava-se em determinadas regiões da cidade, especificamente, nas vilas e favelas onde vítimas e autores compartilhavam o

mesmo espaço. Muitos homicídios eram resultantes de conflitos entre jovens que moravam em regiões próximas e que acabaram se tornando rivais. A rivalidade de gangues era fomentada pela delimitação de territórios e que os transformava em cenários de guerra. Os jovens envolvidos eram, em sua maioria, negros, do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos (BEATO, 2003).

Após o diagnóstico foram planejadas as ações de gerenciamento das atividades policiais e de controle em nível local. Para organização das ações propostas, foram utilizadas as tipologias de estratégias de intervenção proposta por Spergel e Curry (1932):

Tais estratégias podem orientar-se para a: (1) Supressão, composta pela utilização de medidas típicas de polícia e justiça criminal tais como prisões e vigilância (...) (2) Intervenção social, embora seja bastante comum nos EUA, é novidade entre nós, e consiste em intervenção em crises tais como guerras e conflitos entre gangues, tratamento das famílias e jovens e emprego de serviços sociais (...) (3) Oportunidades sociais, especialmente educação e emprego. Para isto seria necessária a articulação entre empresas do setor privado para a oferta de ocupações (...) (4) cooperação inter-agencial, e articulação entre as diversas agências (...) (5) Mudanças organizacionais nas agências encarregadas de lidar com o problema. No caso presente, é importante destacar as mudanças que estão sendo efetuadas pela DCCV (Delegacia de Crimes Contra a Vida), que designará um delegado para cada um dos aglomerados abordados, e pela PMMG, que estará criando uma unidade especial para lidar com o problema da violência entre os jovens (BEATO et al, 2003, p.13).

Ao mesmo tempo em que o projeto passava a mensagem ‘tráfico, mas não mata’, também trazia explícitas as regras básicas de convivência baseadas na repressão: não matar, não traficar ou consumir drogas em público e não utilizar armas de fogo. Uma vez descumpridas, originariam duras sanções, porque a presença da Polícia Militar visava à garantia da segurança à população ordeira (SILVEIRA, 2007).

Logo nas primeiras reuniões para planejamento e execução das ações apareceram as divergências entre os profissionais das diversas áreas, sobre as concepções de jovens envolvidos com a criminalidade violenta. Assim, disputavam de um lado os técnicos dos serviços sociais da PMBH (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte), que percebiam os jovens como sujeitos de direitos e defendiam ações de assistência social. E do outro lado os profissionais do sistema de justiça que viam os jovens como marginais e ladrões; e preconizavam medidas de controle e repressão. Foram propostas, então duas frentes de trabalho. Uma frente era da repressão e

prevenção ao crime, para ser implementada pelas polícias e demais agências da área de justiça criminal, com a função de articulação entre as agências do sistema de justiça, para torná-lo mais rápido, desde a apuração das provas até a prisão das pessoas infratores. E a outra frente de mobilização comunitária e proteção social, com a função de mobilização da comunidade e articulação de uma rede para encaminhamento de jovens que tivessem dispostos a deixar as gangues (SILVEIRA, 2007; ALVES, 2008).

As ações de mobilização comunitária incentivavam a comunidade a não tolerar os criminosos e traficantes que espalhavam o terror na localidade, encorajando-a a denunciar os avessos a lei e a ordem. A rede de proteção social foi articulada especificamente para atender os jovens que quisessem sair das gangues ou estivessem vulneráveis à entrada nelas. As campanhas de comunicação tinham como objetivos conscientizar os jovens acerca dos perigos da violência associada às gangues de traficantes. Tratava-se de um trabalho de desfazer a glamourização das lideranças do tráfico ensejada pela mídia, mostrando as prisões e mortes destes líderes. Beato e Souza, (2003) destacam que uma das contribuições mais importantes desta ação foi enfatizar as consequências da entrada dos jovens nas gangues do tráfico de drogas.

Silveira (2007) verificou que muitas das ações propostas não se efetivaram. Uma delas foi a delação de lideranças do tráfico. A comunidade não se propôs a delatar as lideranças do tráfico, por medo dessas lideranças, por serem amigos e/ou parentes ou por desconfiança das ações da Polícia Militar. Outras ações foram interrompidas porque tiveram desfechos desastrosos, como as palestras nas escolas. Nesta palestras eram exibidos os rostos dos criminosos procurados pela polícia, para uma plateia, em que se encontravam filhos, ex-professores, primos e vizinhos dos procurados.

Frente ao contexto de escalada da criminalidade violenta em Minas Gerais, o Governo do Estado precisava produzir respostas rápidas para população. Então, o programa foi visto como uma boa iniciativa e uma esperança de melhorar a segurança pública, revertendo os índices de homicídios. Em 2003, o programa foi institucionalizado, para atender jovens<sup>7</sup> de 12 a 24 anos idade, tendo como principal

---

<sup>7</sup> No Brasil de acordo com o Estatuto da Juventude, considera-se jovem a pessoa que possui 15 a 29 anos de idade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se adolescente a pessoa com idade entre 12 a 18 anos. A Ementa Constitucional 65 promulgada em julho de 2010 alterou o Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal de 1988 art. 227, que incluiu o cuidado com a juventude. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Considerando esta necessidade

objetivo controlar e prevenir os homicídios nas regiões mais violentas do estado, passando a ser executado pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS/MG) criada recente.

Nesta época as ações da intervenção estratégica já tinham sido pensadas, executadas e testadas. Todavia, as ações de mobilização comunitária ainda eram consideradas muito tímidas e precisavam ser reconstruídas junto com a comunidade e principalmente com os jovens. Algumas ações já haviam sido iniciadas, mas o atendimento aos jovens ainda necessitava ser planejado. O trabalho de rede era tido como importante, mas pensado na lógica de uma ocupação do tempo livre. A preocupação era com o tempo ocioso do jovem que ainda não havia sido cooptado pelas gangues ou para aqueles que desejassem sair.

Apesar das divergências conceituais entre os profissionais, o que sobressaía no projeto piloto era as ações da intervenção estratégica, fortalecendo o conceito de jovem delinquente e desviante da ordem social. O objetivo era acabar com as gangues criminosas, utilizando os instrumentos de mobilização comunitária e intervenção estratégica. As ações visavam à desestabilização das gangues por meio da prisão de seus membros, da desistência dos jovens em permanecer nessas gangues e da prevenção da entrada de novos jovens. Dava-se grande ênfase a atuação do sistema de justiça sobre os criminosos, homicidas contumazes, principalmente os que eram ligados às gangues (BEATO, 2003). Para melhor desenvolver este trabalho era necessário classificar os jovens para encaixá-los em instituições específicas.

Podemos perceber que a intervenção tinha como estratégia de guerra o seguinte lema: não toleraremos mais homicídios. Caso ocorram, a polícia ocupará a comunidade e permanecerá até prender todos os envolvidos. Um trabalho baseado na lógica da repressão, medo e vigilância, empregando a tática de guerra e do uso exclusivo da força para a solução dos conflitos. A ideia de combate trazia em si uma conotação de guerra às gangues e de uma socialização baseada na sociologia funcionalista, que enxerga os jovens como sujeitos inadaptados e desviantes, que necessitam de intervenções para se adaptarem à sociedade

A proteção social necessitava planejar ações que fizessem outros efeitos. Foi imprescindível utilizar outras concepções de jovens e de política de segurança pública,

---

de inclusão dos jovens como prioridade nas políticas públicas, o programa não faz uma distinção entre adolescentes e jovens.

buscar outros referenciais que pudessem ajudar a construir propostas mais democráticas, que respeitassem todos os jovens como cidadãos de direitos, independentes de sua condição. Como determinado pela Constituição da República Federativa do Brasil: “a todos os brasileiros é garantida a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (art.5º, CF/88). E foi com objetivo de garantir o direito à segurança e à vida dos jovens pobres, moradores da periferia que o programa se institucionalizou.

O Decreto 43334/03 institucionalizou o programa trazendo a expressão redução ao invés de controle de homicídios como objetivo principal, delineando uma nova forma de trabalho a ser desenvolvido.

Reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante ações de prevenção e repressão, nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade violenta o justifiquem, contando, para sua execução, com a ação integrada dos executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral (MINAS GERAIS, 2003, p.2).

Neste mesmo ano, a SEDS se estruturou, criando a Diretoria de Promoção Social da Juventude (DPSJ)<sup>8</sup> dentro da Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC), com a finalidade de executá-lo. No entanto, o governo mineiro não tinha, na ocasião, recursos financeiros para implantar um programa desta magnitude. Uma equipe elaborou um projeto e o enviou ao Ministério da Justiça, solicitando financiamento, via Fundo Nacional de Segurança Pública. Este projeto traçou algumas diretrizes para o trabalho com os jovens e a comunidade local, adotando as recomendações do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Este relatório propõe o modelo ecológico para análise da violência, considerando que não existe um fator único que seja capaz de explicar suas causas, que são múltiplas e resultantes da complexa interação de fatores individuais, relacionais, sociais e culturais. O relatório faz menção às formas de prevenção tradicionalmente utilizadas pela saúde: prevenção primária, secundária e

---

<sup>8</sup> Esta diretoria foi inicialmente denominada Diretoria de Prevenção à Delinquência Juvenil, mas logo recebeu do profissionais a nomeação de Diretoria de Promoção Social da Juventude. Em 2011 a Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC) foi transformada em Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (CPEC) e a diretoria que executa o Fica Vivo! finalmente mudou para Diretoria de Promoção Social de Juventude.



terciária. Além disso, sugere uma definição com grupos alvos de interesse com intervenções universais, selecionadas e indicadas (KRUG et al., 2002).

No final de 2003, o projeto foi aprovado pelo Ministério da Justiça, garantindo recursos da ordem de cinco milhões de reais para serem gastos em um ano. Foram pensadas duas figuras importantes para trabalhar diretamente com os jovens. Os oficinairos, que são lideranças da comunidade. E a equipe técnica composta por profissionais das áreas de ciências humanas (pedagogia, psicologia, ciências sociais, história e serviço social)<sup>9</sup>.

Em janeiro de 2004, o programa iniciou suas atividades com sede própria nas seguintes localidades de Belo Horizonte: Morro das Pedras, Ribeiro de Abreu, Taquaril, Pedreira Prado Lopes e Cabana do Pai Tomás. Nestes locais foram instalados os Núcleos de Referência, denominados atualmente de Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC). Atualmente, o programa possui 30 Centros de Prevenção à Criminalidade em Belo Horizonte, região metropolitana e no interior do estado de Minas Gerais.

A partir deste momento, as atividades foram ganhando corpo e adotando o seguinte modelo de intervenção: Intervenções Universais voltadas para todos os jovens da comunidade, através das oficinas; Intervenções Escolhidas para alguns grupos de jovens, como projetos locais e eventos; Intervenções Indicadas voltadas para os jovens com envolvimento direto com a criminalidade violenta, por meio dos atendimentos individuais (SEDS, 2003, 2004, 2006).

Após a institucionalização o programa começou a mudar seu foco de atuação. A preocupação passou a ser com a proteção social de todos os jovens envolvidos com a criminalidade, sejam vítimas ou infratores. A aposta era de que seria possível fazer um trabalho com a maioria dos jovens que se encontrava envolvido com a criminalidade sem retirá-los da comunidade. Eram eles que estavam matando e morrendo e o programa precisava recebê-los de forma acolhedora, utilizando instrumentos que valorizassem o diálogo e desta forma, chamar atenção deles para responsabilidade de sua segurança. Como afirma Faria (2006), uma forma de trabalhar com o jovem “a céu

---

<sup>9</sup> Além das capacitações periódicas, a equipe técnica tem um encontro semanal, ocasião pela qual é possível a troca de experiências entre os diferentes profissionais sobre o desenvolvimento dos trabalhos com os jovens.

aberto”<sup>10</sup> introduzindo a lógica da responsabilidade dos sujeitos e buscando outras formas de condução do trabalho, na tentativa de mantê-los vivos e em liberdade.

Mas o programa precisava de outras linguagens que não fossem a do medo e a da repressão. Verificando o projeto desde o início, podemos perceber que estas linguagens já começavam a ser introduzidas em sua criação, através de sua logomarca. Nesta época, as lideranças comunitárias sugeriram a mudança de nome, por entender que um projeto com o nome de Controle de Homicídios seria ruim para a comunidade, pois a identificaria diretamente com a criminalidade, causando mais estigmas para uma população que já carregava a marca da exclusão. O publicitário que ajudou a criar o nome e a logomarca do programa era sensível à necessidade de uma comunicação que pudesse, de forma positiva, chamar a atenção, para uma nova forma de trabalhar com a segurança pública como um direito de todos os cidadãos brasileiros. Fica Vivo! é uma convocação à vida. Como informa o criador da logomarca Evilázio Gonzaga em entrevista para a revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

O que me motivou a bolar voluntariamente um nome e uma logomarca para o programa foi não apenas a crença na prevenção, mas o desafio criativo de pensar numa comunicação eficaz e adequada para os propósitos da segurança pública – a comunicação atual dá medo, não convence, não atrai (LIMA, 2010, p. 50).

E foi com este chamado à vida que o programa passou a trabalhar com os jovens, a rede institucional e a comunidade local. A nomenclatura gangue, carregada de sentido negativo, passou a ser uma nomeação secundária ou substituída por grupos de jovens envolvidos com a criminalidade, uma preocupação com a proteção de todos os jovens vítimas ou infratores de crimes.

Outros especialistas da sociologia foram convocados e através de leituras ou diálogos diretos com os profissionais da proteção social, ajudaram a construir intervenções mais democráticas que considerasse a liberdade do jovem. Um deles foi Luiz Eduardo Soares, com suas ideias libertárias e uma enorme sensibilidade para entender a situação da juventude brasileira envolvida com a criminalidade violenta. As leituras e discussões psicanalíticas trouxeram a questão do não saber e a valorização do encontro com os jovens para uma escuta atenciosa e qualificada. O serviço social

---

<sup>10</sup> Expressão utilizada por Faria (2006) para designar liberdade.

contribuindo com a problematização sobre os contextos e as instituições que não favoreciam o acesso dos jovens aos direitos sociais básicos. E por fim, a entrada de profissionais de várias áreas para trabalhar no programa, que contribuiu para a construção de um trabalho onde os saberes dos profissionais se articulam entre si e com os saberes dos jovens, permitindo, desta forma, não apenas uma transversalidade, mas um entrelaçamento de saberes.

A função das ações da proteção social passou a ser a de ofertar aos jovens novas possibilidades, acolher e atender nas diversas atividades do programa, encaminhando-os quando necessário para os serviços da rede e cuidando para que progressivamente este jovem pudesse fazer a mudança da rede ilícita para a rede de proteção social. É um trabalho muito difícil, porque nesta trajetória o jovem precisa confiar para fazer mudanças, sendo o início incerto. É no momento de transição da rede ilícita que o jovem encontra-se mais vulnerável, porque este meio oferece proteção, ainda que o preço seja a própria vida. Esta passagem também depende da acolhida do jovem nos serviços públicos ofertados. Assim, os técnicos procuram problematizar com os profissionais das instituições encarregadas pela implementação das políticas públicas, acerca da necessidade de acolher os jovens que cometem crimes nesses serviços (SEDS, 2009).

Diante do desafio de atender os jovens, foram feitas várias reflexões para a construção do trabalho: quem são estes adolescentes e jovens que cometem homicídios? Eles são escutados? São sujeitos de direitos? Como conhecê-los? Em qual contexto eles vivem? O que os técnicos precisam conhecer desses jovens? Como fazer deste conhecimento uma ferramenta de trabalho, sem cair na classificação que resulta na construção de um panóptico moderno para a vigilância e controle social dos jovens pobres das periferias?

E para entrar com outra lógica que não fosse a prisão, era necessário escutar os jovens, conhecer as dinâmicas sociais das violências e da criminalidade local para entender como eles estão inseridos neste meio. Assim, o programa passou a enfatizar o entendimento das culturas locais, suas formas de resolução dos conflitos e as relações violentas, como algo presente nas periferias, mas também produto de toda a sociedade brasileira. Desta forma, agir sobre os atos dos jovens de forma repressiva podia trazer como consequências o agravamento do problema. Como afirma Arroyo (2004), os jovens não podem ser condenados por suas condutas, porque aprendemos padrões e comportamentos exercendo nossa liberdade de fazer escolhas. É refletindo sobre suas

experiências de fazer escolhas que os seres humanos vão se formando como sujeitos.

### **3 O desafio das oficinas: dialogar, refletir, agir**

As oficinas são estratégias de aproximação, de discussões e de intervenções voltadas para todos os jovens de 12 a 24 anos, moradores das regiões onde os Centros de Prevenção à Criminalidade são implantados. Há uma preocupação para que o jovem participante das atividades do programa não seja rotulado como um jovem envolvido com a criminalidade, sob o risco de gerar estigmatização. Portanto, algumas das atividades como as oficinas, são voltadas para todos os jovens da área de abrangência, independente de seu envolvimento com a criminalidade violenta.

A oficina tem como principais objetivos prevenir a criminalidade, promover circulação dos jovens na comunidade, estimular a integração entre os jovens e a solução pacífica de conflitos entre eles, fortalecer as identidades e a autoestima por meio da valorização de talentos adquiridos ou aprendidos e ampliar a capacidade de construção de projetos pessoais e sociais. Osicineiros precisam ficar atentos para as discussões que surgem no grupo, sobre os contextos nos quais os jovens vivem e como eles se colocam nestas situações, possibilitando desta forma uma discussão de temas como violência, criminalidade, drogas, sexualidade, cidadania, agressividade, responsabilidade e solidariedade, estimulando a reflexão e provocando uma mudança de atitude dos jovens (SOUZA, 2008; LEITE, 2009).

As oficinas são estratégias de aproximação e atendimento aos jovens articuladas às características das áreas atendidas, tais como: aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos. São implantadas em diferentes locais das áreas de abrangência do Núcleo de Prevenção à Criminalidade articulando aspectos da singularidade do jovem e o acesso aos direitos sociais (SEDS, 2009, p.13).

De acordo com a metodologia do programa (SEDS, 2009), osicineiros devem morar na comunidade, saber um ofício e saber dialogar com os jovens. A princípio a forma encontrada para a contratação do serviço doicineiro foi por meio de ONG's (Organizações Não Governamentais) e Associações Comunitárias. Mas, atualmente a

contratação ocorre por meio da figura do MEI (Micro Empreendedor Individual), que presta serviços para o Instituto Elo, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que executa o programa em parceria com o estado. Acredita-se que estas formas de contratação permitirão uma liberdade para flexibilização do trabalho do oficineiro. Entende-se que eles precisam ter a responsabilidade de contribuir para a execução de uma política pública, mas também não podem perder sua característica de ser uma pessoa da comunidade e de ser identificado como tal. Portanto, os oficineiros não devem ser institucionalizados, justamente para que eles possam fazer o elo entre comunidade e as estruturas de Estado.

Segundo Bauman (2004), a sociedade alternativa, que se rebela contra o Estado, o avesso da sociedade coercitiva, foi o que sobressaiu do pensamento dos anarquistas. Contudo, algo deste pensamento que foi negligenciado é de grande importância para vida moderna. Trata-se de dois modelos de relacionamentos justapostos e alternados: *societas* e *communitas*. As pessoas necessitam destes dois modelos de relacionamento: a sociedade como *societas*, um sistema estruturado e a sociedade como *communitas*, desestruturada. E cada uma deles possui lacunas que devem ser preenchidos pelo outro:

São as *societas* com sua rotina e a *communitas* com sua anarquia que, em conjunto, numa cooperação relutante e dominada pelo conflito, fazem a diferença entre a ordem e o caos (...) A tarefa que a institucionalização com seus braços coercitivos realizou de modo deficiente ou deixou de cumprir ficou para ser consertada ou completada pela inventividade espontânea dos seres humanos. Tendo lhe sido negado o conforto da rotina, a criatividade (como apontou Bakunin) tem apenas duas faculdades humanas em que se basear: a habilidade de pensar e a tendência a se rebelar. O exercício de cada uma delas é repleto de riscos e, ao contrário da rotina arraigada e protegida de modo institucional, não se pode fazer muito para minimizar os riscos, muito menos eliminá-los (BAUMAN, 2004, p.94).

O oficineiro deve agir de acordo com as leis vigentes, mas idealmente deve estar atento e capturar o movimento que é próprio da comunidade. Desta forma, o programa traz a marca do Estado, com suas diretrizes institucionalizadas, mas deixa algo em aberto, a ser preenchido pela criatividade e inventividade da equipe local, juntamente com os oficineiros e os jovens. Partindo desse pressuposto, a oficina é um espaço

alternativo entre o institucionalizado e o comunitário<sup>11</sup>.

O trabalho desenvolvido pelos oficinairos, figuras importantes no programa, em termos do acesso ao jovem e conexão do mesmo à política de prevenção, reflete as mudanças que as políticas públicas vêm passando no Brasil, orientadas por uma nova concepção de Estado e sua relação com a sociedade. Esta nova configuração exige das instituições um reordenamento que repercute nas funções dos profissionais. Eles passam a serem parceiros institucionais, fato que implica no entendimento e no comprometimento político com as ações institucionais (SOUZA e OLIVEIRA, 2008).

A função do oficinairo não é transmitir um ofício desconectado da realidade dos jovens, levando um conhecimento pronto e acabado, muito menos transformar o espaço da oficina em lazer ou treino de um ofício. Seu trabalho deve ser pautado por uma socialização que se preocupa com a realidade dos jovens (SEDS, 2009).

Como apontado por Gregori (2000), se as atividades das instituições não tiverem nenhuma relação com a vida real de seu público para implicá-los na mudança de seu modo de vida, elas podem contribuir tão somente para alimentar e perpetuar a realidade, na qual eles vivem como demonstrou sua pesquisa com os meninos na rua, na cidade de São Paulo. É sobre a realidade na qual os jovens se encontram que os profissionais do programa estão preocupados. Porém, não para saber de seus crimes e suas aventuras que este envolvimento propicia, mas para construir com eles outras formas de vida. Por isso, não há uma classificação dos jovens, no sentido de distinguir quem são as vítimas, os infratores, os bons, os maldosos, os que merecem ou não viver. As ações visam transformar informação em conhecimento com a finalidade de compreender seus atos, dentro do contexto no qual eles estão inseridos, para ajudá-los a construir ferramentas que poderão ser utilizadas nas situações que vivenciam no cotidiano.

As oficinas são ofertadas de acordo com a dinâmica social das violências, da criminalidade local e demandas dos jovens. Elas podem ser realizadas nos locais institucionalizados, em praças e ruas, trazendo dos movimentos culturais o conceito da rua e dos espaços públicos das cidades como locais de encontros, lazer e de liberdade de expressão, fazendo um contraponto com a representação destes espaços como lugares de perigo e de ameaça aos jovens. Desta forma, o programa não pretende tirar os jovens da rua, mas contribuir também para que a ruas sejam espaço importantes de convivências

---

<sup>11</sup> Bauman (2004) se refere ao termo comunitário como um movimento que é próprio da vida, fazendo um contraponto à lei que é rígida e indiferente aos contextos. A lei é universalizada, mas cada pessoa se serve dela a seu modo.

entre eles. Elas são pedagógicas, mas uma pedagogia que comporta a transgressão, o erro, a desordem e o caos. O importante não é organizar uma turma para repassar um ofício, mas através do ofício, perceber como os jovens constroem suas relações, suas formas de resolução de conflitos, tentando intervir nestas relações. As regras das oficinas são construídas democraticamente com os jovens, incentivando-os a utilizar no seu cotidiano os códigos da sociedade democrática de direitos. Com elas osicineiros têm a oportunidade de trabalhar uma socialização que valoriza o diálogo na resolução dos conflitos, fazendo um contraponto com a sociabilidade violenta que os jovens vivenciam no seu cotidiano. Apostar noicineiro como um mediador de conflito é acreditar que a própria comunidade é capaz de resolver muitos dos conflitos gerados por ela (JANKOWSKI, 1997).

#### **4 Rede de proteção: os direitos dos jovens em questão**

Na proposta do trabalho em rede há também grandes mudanças entre o projeto piloto e o programa institucionalizado. A rede de serviços era mobilizada em torno de uma proposta para os jovens que desejassem sair ou que ainda não tinham entrado na criminalidade, trazendo o pressuposto de que é possível fazer um trabalho somente se o jovem escolhesse sair ou não entrar nas gangues. E aqui um impasse: se o jovem que está envolvido e ainda não vislumbra nenhum desejo de sair? Partindo do pressuposto que o programa Fica Vivo! é uma política de segurança pública e que o direito à vida deve ser garantido a todos os cidadãos, o programa assume sua responsabilidade na proteção destes jovens. Foi proposto um trabalho em rede capaz de considerar o contexto em que os jovens estão inseridos. Com isto houve uma mudança de foco no jovem como um problema, para focalizar o contexto onde o jovem reside e como ele se coloca nesta realidade. São sugeridas duas principais frentes de trabalho: a oferta de atividade dentro do próprio programa para atender os jovens e a criação de redes locais de proteção social.

O Programa compõe a estrutura de atendimento público, e a partir de um trabalho em rede problematiza a importância da construção de uma rede de proteção social que se implique na discussão de segurança pública e que se

responsabilize, de acordo com sua área de atuação, pelo atendimento e acompanhamento de jovens envolvidos diretamente com a criminalidade (SEDS, 2009, p.20).

Os técnicos devem fazer um trabalho com os jovens para que eles desfrutem dos serviços públicos que são de direito, com as instituições da rede, que na maioria das vezes não atendem às necessidades dos jovens, principalmente quando se trata de adolescentes que cometeram atos infracionais ou jovens que cometeram crimes. Estas questões são problematizadas nas várias reuniões das redes no âmbito local e municipal, como nas Comissões Locais do Centro de Referência da Assistência Social (COL/CRAS), nas Comissões Locais do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro (COL/PAIR), nos Fóruns da Criança e do Adolescente, nos seminários, nos debates, nas reuniões individuais com os profissionais das instituições, dentre outros.

A proposta é sensibilizar as instituições para que possam acolher o jovem que pratica infrações e crimes, e assim, criar possibilidades para que ele construa uma alternativa de vida que não seja pelas vias da violência. Os jovens das periferias violentas das grandes cidades brasileiras enfrentam muitos problemas que os impedem de exercer sua cidadania. Portanto, a função das políticas públicas é auxiliá-los para que eles possam vencer os obstáculos e usufruir dos seus direitos de cidadãos.

As instituições que integram a intervenção estratégica ajudam a compor a rede de serviços do programa, tendo como função ajudar a conter as ações criminosas por meio da repressão qualificada. Na política o termo prevenção foi muitas vezes compreendido como sinônimo de assistência ou como antônimo da repressão. Mas entendemos que a prevenção ao adquirir uma conotação de prevenção, sou seja, de ofertar algo para que o sujeito não se envolva com a criminalidade, toma de antemão, o jovem como possível infrator. E como paradoxo da repressão dificulta o diálogo entre os profissionais da proteção social e da intervenção estratégica. Podemos perceber que ao longo dos anos a expressão prevenção está se tornando obsoleta e sendo, portanto, substituída pelo termo proteção que é mais apropriado para a lógica dos direitos. Na ótica dos direitos estas instituições assumem a função de complementaridade e não de paradoxo.



Segundo Soares (2012), na ótica dos direitos, as ações do sistema de justiça criminal se integram à rede de serviços de proteção e funcionam como complemento e não como paradoxo. Devemos entender que as:

Instituições que usam a força, deveriam usar a força de forma comedida, em benefício da cidadania, para impedir que o cidadãos sofram violações em seus direitos, em suas liberdades, você entenderia a dimensão positiva da repressão, uma palavra maldita em nosso vocabulário, equivocadamente maldita. Compreende-se a sua maldição evidentemente pelo histórico ao qual ela está associada. Mas se imaginarmos que uma criança nasceu e será violada, e que nos lançamos contra o violador pra proteger a criança, nós não diremos que estamos reprimindo o desejo desse indivíduo, diremos que estamos defendendo a vida, a integridade física, a integridade moral da pessoa (Soares, 2012).

No Estado democrático de direito, é função das polícias proverem segurança aos cidadãos, protegendo seus direitos e liberdade contra eventuais transgressões que possam violá-los (SOARES, 2012). Deste modo, as ações de repressão estão a serviço da proteção da vida e devem ser utilizadas pelo Estado como última alternativa para garantir a segurança dos direitos dos jovens, que podem passar de algoz à vítima, num curto espaço de tempo.

## **5 Atendimento psicossocial: qual é ponto?**

O atendimento psicossocial<sup>12</sup> realizado pela equipe técnica do programa Fica Vivo! é uma ação indicada aos jovens envolvidos com a criminalidade ou que de alguma forma sofrem as interferências da dinâmica social das violências e da criminalidade local. Esse atendimento deve considerar o que o jovem “endereça ao programa e que ao ser acolhido e interrogado pode possibilitar a construção de alternativas.” (SEDS, 2009, p.18). O técnico deve ficar atento ao que cada sujeito nomeia como motivo de comportamento de risco. Deve-se interrogar o jovem, fazendo-o pensar sobre sua responsabilidade diante das situações com as quais ele se envolve.

---

<sup>12</sup>Alguns profissionais preferem utilizar o termo atendimento individual ao invés de atendimento psicossocial, mas mantive o termo porque utilizei como referência a metodologia vigente.

É uma ação que permite acolher e escutar o sujeito na sua singularidade. Compreender sua maneira de ser e viver no contexto de criminalidade e, assim, permitir a partir de uma leitura qualificada sobre este sujeito, sua interferência no cenário que vai se delineando, mediante os atendimentos. Desse modo, será possível fazer uma intervenção cuidadosa sobre seu modo de vida.

A princípio pensou-se que os atendimentos psicossociais deveriam ser realizados no CPC. Com o passar do tempo foi possível perceber que os jovens, principalmente os mais envolvidos, não compareciam nos dias e horários marcados e às vezes passavam por lá em momentos distintos e outros não iam porque não podiam circular na comunidade. A equipe técnica os encontrava nas oficinas, mas não existia nas proximidades um espaço que pudesse dar uma formalidade para esses encontros. Com isso, as equipes passaram a conversar com os jovens em outros espaços, onde se encontrassem. O principal ponto de encontro dos técnicos com os jovens atualmente é nas oficinas, mas também nas andanças pela comunidade, nas rodas de conversas, nos pontos de ônibus, dentre outros.

Para registros das informações dos atendimentos aos jovens pelos oficinairos ou pela equipe técnica, foi proposto em 2003 o banco de cadastro que começou a ser implantado no ano de 2005 pela PRODEMG<sup>13</sup>, mas até hoje não funciona como deveria. A equipe técnica tem muita dificuldade, tanto para alimentá-lo com as informações, bem como para buscar nele as informações necessárias para o trabalho cotidiano. Os registros em funcionamento são feitos através dos relatórios mensais e anuais. Estes instrumentos viabilizam o registro, mas dificultam o arquivamento e possivelmente a busca de informações neles contidas para os acompanhamentos da trajetória dos jovens.

## **6 Participação e apropriação da cidade**

O programa criou frentes de trabalho para incentivar os oficinairos e técnicos sociais a ofertarem aos jovens espaços de participação. Dentre elas as mais

---

<sup>13</sup> Empresa de Tecnologia de Informação do Estado de Minas Gerais, que presta serviços a outros órgãos do estado, como criação e manutenção de sistemas e sites, visando à modernização do setor público e a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

significativas são Jovens Multiplicadores, que é uma atividade voltada para o “jovem se destaca em uma determinada oficina, seja pela habilidade de realizar e transmitir o ofício e/ou pela capacidade de discutir as temáticas de segurança pública”, com o objetivo de detectar jovens que participam do programa e possuem potenciais de lideranças (SEDS, 2009, p.20). E Grupo de Jovens, que é destinado a todos os jovens da região do programa, com objetivo de promover encontros entre os jovens, incentivando a participação em espaços de discussão de seu interesse (SEDS, 2009).

A maioria dos jovens das periferias não circula pelas cidades onde residem e quando se trata de jovens com trajetória de criminalidade, esta circulação é bem mais limitada. Alguns jovens atendidos têm a circulação restrita em uma pequena área, região, bairro ou até mesmo a rua onde moram. Só ali entre os conhecidos eles se sentem confiantes e confortáveis. E como nos alerta Bauman (2004), cidades são lugares onde estranhos se encontram. Para trabalhar este desafio de promover o encontro entre os estranhos, foram criados os projetos institucionais e locais, com objetivo de construir ações coletivas que possibilitem incentivos e encorajam os jovens a circularem na comunidade e na cidade.

Os projetos institucionais são elaborados pela diretoria do programa e executado pelos profissionais da diretoria, técnicos, gestores locais e oficinairos. A olimpíada Fica Vivo! é o projeto institucional mais fortalecido. Há uma expectativa entre os oficinairos e jovens que frequentam as oficinas de esportes, de todo ano participarem desta atividade. A equipe técnica também atribui grande importância ao evento, pela possibilidade de aproximação e construção de laços sociais com os jovens. Já os projetos locais são planejados e executados pela equipe técnica, oficinairos e jovens do Centro de Prevenção à Criminalidade, de acordo com a demanda local (SEDS, 2009).

Todas estas oportunidades são maneiras de incentivar os jovens a participarem das atividades promovidas pelo programa e das outras políticas públicas. Além disso, contribui para encorajá-los a construir seus próprios espaços de participação e circulação, seja no seu território, no bairro ou em outras partes da cidade.

## **6 A arte de praticar a liberdade e fazer escolhas**

A obrigação de frequentar as oficinas ou voltar para a escola, bem como outros serviços que lhe são de direito, deixaram de constituir exigência para participar do programa, evitando-se assim, operar por meio das formas tradicionais de estabelecimento de condicionalidades. Percebeu-se que se o programa trabalhasse com a obrigatoriedade, principalmente com relação à escola, os jovens mentiam que estavam na escola ou deixavam de frequentar as atividades do programa. O Fica Vivo! está mais preocupado com a liberdade de escolha do jovem e o que ele faz mediante esta liberdade, procurando trabalhar com ele a violação de seus direitos, do ponto de vista de sua realidade e de sua trajetória nas instituições que executam estes serviços.

É importante considerar a demanda dos jovens e a liberdade de escolha para participar das atividades. Porém, muitas crenças ainda são de que a infância e a juventude não são fases de fazer escolhas, porque estes sujeitos ainda estão se preparando para fazê-las na fase adulta, quando seu juízo moral está formado. A aproximação dos jovens com sensibilidade para seus percursos morais exige dos profissionais novas crenças, capacidades e novos saberes para entender como eles fazem as escolhas que os formam e os deformam. É a partir deste entendimento que os profissionais poderão contribuir na construção de alguns instrumentos que os ajudem a mudar de trajetória em suas difíceis caminhadas (ARROYO, 2004). Os jovens também aprendem com suas experiências:

Aprendem no convívio cotidiano a usar as operações mentais, as ferramentas da cultura e seus significados, os sistemas simbólicos que lhes transmitimos às vezes sem sabê-lo. A caixa de ferramentas culturais com que construir a realidade social e com que se adaptar ao mundo ou contribuir para mudá-lo (ARROYO, 2000, p.184).

Ainda é muito forte em nossa sociedade o pensamento de que os jovens que entraram para as atividades criminosas têm consciência do que fazem. Portanto, podem ser julgados como tal, o que justifica, por exemplo, a redução da idade penal e outras medidas mais severas. Existe também, o pensamento que considera estes jovens incapazes de fazer escolhas. Logo, devem ser constantemente supervisionados ou vigiados para que não façam escolhas erradas. Mas o que devemos compreender é que dado o contexto em que vivem as crianças, os adolescentes e jovens das periferias, são obrigados a fazerem suas escolhas muito cedo. E as escolhas certas ou erradas do sujeito

surgem da mesma condição, ou seja, da natureza humana. Portanto, o que devemos fazer é valorizar suas escolhas, ao invés de condenar suas condutas (BAUMAN, 2004; ARROYO, 2004). Não podemos nos esquecer de que as escolhas dos sujeitos são enviesadas de valores e emoções, sustentadas em uma determinada cultura:

Sem se preparar para a possibilidade de fazer escolhas erradas, é difícil haver uma forma de perseverar na busca da escolha certa. Longe de ser uma grande ameaça à moral (e logo abominável para os filósofos éticos), a incerteza é a terra natal da pessoa ética e o único solo em que a moral pode florescer (BAUMAN, 2004, p.115).

Na nossa sociedade, os jovens inseridos nas redes locais do tráfico são cifras descartáveis. É comum a morte destes jovens, principalmente quando se trata de dívidas para comprar drogas ou confrontos com a polícia. A guerra é entre os jovens e os bárbaros. Nós, os civilizados, não temos nada a ver com este movimento, porque somos pessoas de bem e a guerra é entre eles que são os “bandidos”.

Elias (1939), analisando o livro de *Hausbusch*, sobre gravuras da década de 1475 a 1480, detecta estas mesmas visões entre os aristocratas e os pobres que os rodeia:

No primeiro plano, trabalhadores discutem prestes a se engalfinharem e esfaquearem. O senhor do castelo, não muito distante deles, chama a atenção da esposa para a turbulenta cena. A completa calma do senhor e da esposa contrasta nitidamente com os gestos violentos dos querelantes. A ralé briga, o senhor nada tem a ver com isto. Ele vive em outra esfera (ELIAS, 1939, p.206).

Esta vida de contrastes não chocava os nobres. Pelo contrário, aguçava neles a alegria de viver (ELIAS, 1939). Quase seiscentos anos depois das gravuras de *Hausbusch*, ainda assistimos cenas que separam nitidamente os dois mundos: dos civilizados e dos bárbaros. Este pensamento dicotômico e hegemônico da sociedade ocidental ajuda a reproduzir a violência nas periferias, contribuindo para o extermínio destes jovens. Diante das cenas cruéis de violência, há pessoas que tendem a pensar que precisamos aumentar as proibições, na tentativa de restaurar a lei da moral e voltarmos à

calma da civilização. No entanto, as proibições, sem apontamentos de possibilidades, podem ser auto-destruidoras (LAURENT, 2007).

Temos que criar as crianças de uma maneira tal que logrem apreciar-se a si mesmas, que tenham um lugar, e que não seja um lugar de desperdício. Na economia global atual, o único trabalho que pode inscrever-se é um de alta qualificação (...) Há crianças que não vão entrar e, apesar disso, têm que ter um lugar na nossa civilização. Não se deve abandoná-las. E este é o desafio mais importante que temos, o dever que nós temos diante delas. Conceber um discurso que possa alojá-los dentro da economia global. (LAURENT, 2007, p.01).

É nesta naturalidade que o programa busca intervir na tentativa de instaurar uma nova lógica. Se importar com a vida dos jovens inseridos nas redes do tráfico de drogas. E esse é um preceito caro ao programa, o de garantir a segurança para um público, em que a opinião da maioria ainda considera que não merece viver, muito menos viver em liberdade. Estes jovens moradores das periferias dos grandes centros urbanos são majoritariamente do sexo masculino, negros, pobres e com baixa escolaridade, estigmatizados e sem perspectivas de acesso a bens e serviços públicos.

As leis do tráfico são muito rígidas, mediadas pela racionalidade e pelo cálculo, sendo que os jovens vão aprendendo a agir desta forma. Portanto, entrar com mais uma lei, mesmo que essa seja regida pelo sistema democrático de direitos, não basta. Diante deste contexto, o programa procura instaurar uma nova lógica, através da flexibilidade, paixão, desejo e amor. São estes sentimentos que nos tiram de nossas certezas, que nos fazem sair do comodismo, nos desconcertam, nos fazem mudar os rumos de nossa caminhada. Logo, não se trata de questão de racionalidade, mas de ética. As pessoas precisam saber que não são cifras descartáveis, desconsideradas ou casos sem esperança. Quando as pessoas são ouvidas com atenção, com interesse pelo que fazem, elas se mobilizam para responder por algo que as incomoda. E quando são respeitadas, acreditam que podem oferecer algo de bom para os outros, porque alguém se importa com elas. É isto que as tornam objeto legítimo do amor próprio, sabendo que são singulares e que podem ter uma vida digna (BAUMAN, 2004).

Acolher esses jovens com seus movimentos, suas agressividades, suas infrações, e seus crimes, sabendo que mesmo frequentando as atividades do programa, estes jovens podem continuar tendo atitudes transgressoras, não significa ser condescendente

com seus atos. Significa acolher o sujeito de acordo com sua maneira e acreditar que a política possa fazer algum efeito sobre ele.

## **7 Considerações finais**

O Fica Vivo! trabalha com a oferta de atividades, deslocando a questão focada no jovem enquanto um problema e situando-a no contexto onde o jovem reside, permitindo, assim, intervir nos processos de criminalização da pobreza e brutalização das relações que culminam nos homicídios. A proposta é criar possibilidades para que os jovens construam alternativas de vida que não seja pelas vias da violência. No entanto, devido à articulação do programa entre a proteção social e a intervenção estratégica, podemos perceber certa resistência dos profissionais de instituições parceiras em reconhecer o programa como uma política direcionada aos jovens que vivem em regiões com altos índices de homicídios. Além disso, pelo fato do programa ter iniciado tendo como objetivo o combate às gangues inseridas no tráfico de drogas, também pode ter colaborado para aumentar a resistência dos parceiros deste programa.

Outra dificuldade é dos profissionais dos serviços da rede de proteção social enxergar os jovens envolvidos com a criminalidade como sujeitos de direitos. Este olhar preconceituoso dos profissionais sobre estes jovens é um ponto que fragiliza a rede de proteção social, mostrando que os direitos destes indivíduos não são garantidos. Quando estes jovens forem, de fato, acolhidos nas políticas básicas de educação, lazer, esporte, saúde, trabalho e renda, eles terão a chance de serem sujeitos sociais. A vida dos jovens não pode ser garantida apenas para manutenção de seu ser biológico, ou seja, é direito desses sujeitos a garantia de sua vida social. Este pressuposto depende não somente do desejo destes indivíduos, mas também das oportunidades que o contexto lhe oferece.

Apesar dos desafios que ainda são enfrentados, o programa vem demonstrando bons resultados na diminuição da criminalidade violenta nos territórios onde foram implantados os Centros de Prevenção à Criminalidade. Este êxito é creditado nas ações que explicitam uma forma de conceber a segurança pública como direito de todos, ou seja, como um direito universalizado. Esta mudança de concepção do programa institucionalizado foi fundamental para a aproximação, acolhimento e diálogo com os jovens, permitindo a construção de conhecimentos alternativos.

Verificamos que o rumo da política do programa mudava a cada entrada de novos atores, que traziam seus saberes e modificava algo na política. Encontramos algumas fronteiras, em que foi possível verificar com mais clareza os impactos causados por este entrelaçamento de saberes em suas ações. O primeiro impacto foi quando a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos convidou o CRISP para participar juntamente de um grupo, para pensar sobre o aumento da criminalidade em Minas Gerais. Nesta fase, o saber da academia contribuiu com as pesquisas sobre a situação. O segundo, foi quando o CRISP chamou algumas instituições para formar um grupo de trabalho envolvendo profissionais de diversas políticas e campos de saberes, com o objetivo de construir uma proposta de trabalho. O terceiro, foi quando começou a execução do projeto piloto e a comunidade estranhou algumas funções que lhes são dirigidas e fez recuar propostas até pensadas como eficientes e planejar outras, juntamente com a comunidade local. E o quarto, foi quando aconteceu a institucionalização do programa, com os atendimentos aos jovens. Estes sujeitos passaram a fazer parte da política e a serem incluídos, não como aqueles que receberiam a ação, mas como sujeitos capazes de participar ativamente de todas as etapas do processo. Isto contribuiu para a consolidação do programa como uma política de segurança pública para proteção da vida dos jovens das periferias dos centros urbanos de Minas Gerais.



## Referências

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social; Rev. Social*. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129 – 153, 2000.

ALVES, Márcia Cristina. **Programas de prevenção à criminalidade**: dos processos sociais à inovação da Política Pública. A experiência do Fica Vivo!. 185f. Dissertação em Políticas Públicas - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de Mestre**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Violência nas Escolas: uma disputa entre imaginários de infância e de docência? In: Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas. Brasília. 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEATO, Claudio Chaves.; SOUZA, Robson Sávio Reis. Controle de Homicídios: a experiência de Belo Horizonte. In: Segurança Cidadã e Polícia na Democracia. **Cadernos Adenauer**, Ano IV, n. 3, 2003.

BEATO, Claudio Chaves et al. Solucionando os problemas: o controle de homicídios em Belo Horizonte. In: Seminário da Anpocs, 2003. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4534&Itemid=317](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4534&Itemid=317)>. Acessado em: 12 fev. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: a história dos costumes. Apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 1939.

FARIA, Ludmilla Féres. Uma política de defesa social a céu aberto. **Curinga**, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 22, p. 183-187, jun. 2006.

KRUG, Etienne G. et al. Relatório mundial sobre violência e saúde. **Organização Mundial de Saúde**, Genebra, 2002.

JANKOWSKI, Martín Sanches. As gangues e a imprensa, a produção de um mito. **Revista Brasileira de Educação**, maio-dez. 1997, n. 5 e 6. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05\\_6/rbde05\\_6\\_16\\_martin\\_sanchez-jankowski.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_16_martin_sanchez-jankowski.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2013.

LEITE, Fabiana de Lima et al. **Prevenção social à criminalidade**: a experiência de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

LIMA, Renato Sérgio. **Revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2010.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 43.295**. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Defesa Social do Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, jun., 2003.

MINAS GERAIS. **Decreto 43.334**. Cria o Programa de Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais. Diário do Executivo, Belo Horizonte, maio, 2003.

SEDS. **Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**. Belo Horizonte, jun., 2003.

SEDS. **Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!** A experiência do Morro das Pedras. Belo Horizonte, jun., 2004.

SEDS. **Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!** Sistematização da Metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Belo Horizonte, jun., 2009.

SEDS. **Relatório do programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! do CPC Cabana**. Belo Horizonte, 2006.

SEJDH. **Programa Mineiro de Direitos Humanos**, 2001. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos. Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdf/pedh\\_mg.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pedh_mg.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2012.

SILVEIRA, Andrea Maria. **Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo!** no Morro das Pedras em Belo Horizonte. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. Entrevista com Luiz Eduardo Soares. Entrevistadores: Cesar Kiraly e Raphael Millet. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, Maio, 2012.

SOUZA, Ângela Maria Dias Nogueira; OLIVEIRA, Liliane Maria Viegas. **O papel dos oficinairos do programa Fica Vivo!**. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 2008.

SOUZA, Ângela Maria Dias Nogueira. **Oficineiros do programa Fica Vivo!:** que ofício é este? Texto apresentado no 1º Encontro de Oficinairos do Programa Fica Vivo!. Belo Horizonte, 2008.

## **TEXTO III - ENTRELAÇAMENTO DE SABERES: AS ALTERNATIVAS CONSTRUÍDAS PELOS JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA FICA VIVO!**

### **1 Introdução**

Desde a década de 1980 presenciamos no Brasil um aumento da criminalidade violenta. No entanto, nos últimos anos houve certa estabilização, mas a situação ainda é preocupante, devido ao número considerável de vítimas e, principalmente, porque a maioria dos homicídios é de jovens de 15 a 29 anos de idade, do sexo masculino, negros, pobres e com baixa escolaridade. Diante desta realidade, alguns setores da sociedade defendem políticas públicas autoritárias, aumentando ainda mais a criminalização e vitimização dos jovens moradores das periferias das grandes cidades. É neste contexto que esta pesquisa se insere.

Segundo Charlot (2000), um pesquisador deve dialogar com diferentes áreas do conhecimento que perpassam seu objeto de estudo, visto que nenhuma pesquisa pode ter a pretensão de esgotar toda a discussão sobre a temática trabalhada. Isto nos faz considerar de grande importância alguns estudos que abordam a temática dos jovens envolvidos com a criminalidade violenta (SILVA, 2008; SANTOS 2011; ROCHA 2013<sup>14</sup>).

---

<sup>14</sup> Santos (2011), acompanhando a trajetória de jovens que praticaram crimes de homicídios, demonstrou que as identificações construídas pelos jovens na infância são fundamentais para sua entrada na criminalidade violenta. Outra questão reveladora na sua pesquisa é a desmistificação da ideia de que os jovens que matam não pensam porque são movidos pela paixão. Ele conseguiu verificar que os jovens conseguem calcular, planejar e executar minuciosamente os planos para se livrar de seus rivais. Rocha (2013), estudando sobre socialização e permanência dos jovens nas guerras, verificou que estas guerras entre os grupos se estruturam de tal forma, que se mantêm durante anos, mesmo que uma parcela de seus membros seja presa ou morta. Silva (2008), estudando as formas de regulação de um determinado território, detectou que as mudanças estruturais têm impactos no contexto e interferem tanto positivamente quanto negativamente nos conflitos locais.

A população estudada consistiu de jovens pertencentes a grupo de jovens, que participam ou já participaram das atividades do Programa de Controle de Homicídios, denominado Fica Vivo!, localizado na região do aglomerado da Cabana do Pai Tomás, na cidade de Belo Horizonte -MG. Foram entrevistados cinco jovens, sendo que três deles, com idades entre 18 a 21 anos, participam ativamente de um grupo de vendas de drogas e das atividades do programa. Os outros dois entrevistados têm 27 e 29 anos, já participaram tanto das atividades do programa quanto de ações criminosas e, atualmente não participam de nenhuma dessas atividades. Entrevistar estes jovens mais velhos foi fundamental para entender como o programa ofertou as atividades aos jovens e como eles se mobilizaram para inserir nestas atividades.

As entrevistas foram orientadas por roteiro que explorou a socialização dos jovens no contexto da criminalidade violenta, suas relações com a criminalidade e a comunidade local. Foi também investigado como esses jovens interagem com as ações do programa Fica Vivo!, tentando identificar se estas ações propiciam a construção de saídas para que eles preservem suas vidas. Vale ressaltar que o enfoque desta pesquisa é no trabalho de atendimento aos jovens proposto pela proteção social, que é um dos eixos do programa.

Na coleta de dados foi utilizada a análise documental sobre o programa e entrevistas semiestruturadas. Todos os jovens entrevistados participaram dos atendimentos psicossociais realizados pelos técnicos sociais do programa. Mas não pretendemos analisar a eficiência dos atendimentos psicossociais. Nosso objetivo é compreender como os jovens são acolhidos com suas demandas e como eles constroem seus saberes a partir das intervenções que são realizadas pelo programa ou pelos serviços da rede da proteção social. Para os fins desta pesquisa, estes jovens serão denominados como jovens inseridos nas redes locais do tráfico de drogas.

Quando se discute a entrada dos jovens na criminalidade, muito se fala ou escreve sobre a influência dos amigos de forma negativa. Contudo, esta influência dos amigos sobre seus pares, também pode ser positiva. Sena (2006) verificou que os amigos são pontos importantes da rede para a entrada do jovem no programa Fica Vivo!. Os amigos trazem um estímulo para a permanência dos jovens nas atividades, apontando para um aspecto central na vida deles, que são os valores formados nas redes de amizades. No entanto, a dimensão interligada de amizades, entretenimento e lazer, se

constituem como valores que integram os jovens de forma positiva e negativa. O programa tem explorado bastante as saídas individuais que os jovens constroem para fugirem da criminalidade. Assim, consideramos pertinente verificarmos as alternativas coletivas construídas pelos jovens, já que estamos tratando de socialização.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que a entrevista é considerada uma das diversas formas de abordagem técnica do trabalho de campo. Para analisar o material, optamos por trabalhar com a análise do discurso, que permite avaliar os processos sociais. Discurso não é apenas uma fala, mas um conjunto de enunciados, uma prática social que depende do contexto em que se dá sua construção e, como tal, é possível definir as condições de sua produção (IÑIGUEZ, 2004).

## **2 Informações preliminares sobre os jovens entrevistados**

Os jovens desta pesquisa ganharam maior visibilidade no programa em 2009, devido às informações levadas por alguns destes jovens que participavam dos atendimentos psicossociais no CPC, sobre uma casa onde se reuniam para realizar festas, namorar e usar drogas. A equipe sabia que esses jovens já haviam se envolvido em atos de criminalidade. Alguns frequentavam a oficina de futebol, outros fizeram cursos e receberam encaminhamentos para o mercado de trabalho, outros apenas frequentavam eventualmente o CPC e endereçavam algumas demandas à equipe técnica. Posteriormente, os jovens disseram para os oficinairos que haviam montado um ponto de vendas de drogas. Esta informação soou como um alarme seguido de impasses e questionamentos: O que estas oficinas têm trabalhado com os jovens? O que os oficinairos sabem sobre este grupo? A oficina propiciou um espaço para formação de um grupo criminoso? Devemos intervir? Como intervir? Os atendimentos psicossociais são instrumentos para uma intervenção? Diante de informações tão impactantes, era necessária uma pausa, um tempo para compreender melhor o que estava acontecendo com este grupo. Era importante conversar com os oficinairos e com os jovens, para colher mais informações que pudessem ajudar a fazer um diagnóstico mais elaborado e planejar ações com estes jovens. Alguns dos jovens continuaram com os atendimentos psicossociais no CPC. Isto permitiu aos técnicos fazerem escutas sobre envolvimento deles com a criminalidade e com as violências. Em seguida, surgiram mais informações:

os jovens disseram que são diferentes dos outros e se orgulham de não matar. Outra situação foi levada por uma oficinaira: após uma festa promovida pelo grupo, a comunidade solicitou-lhe que conversasse com os jovens sobre o barulho durante a noite e o lixo deixado por eles no chão. Os jovens disseram o seguinte: “já paramos de matar, vocês querem mais o quê?” Estas informações possibilitavam à equipe elaborar novas estratégias para introduzir novas questões com este grupo. A fala do jovem também orientava as ações, afinal eles tinham aprendido o básico do programa: tinham que ficar Vivos (SEDS, 2010).

Para fins desta pesquisa dividimos estes jovens em dois grupos: Grupo Ativo, composto pelos jovens que atualmente estão inseridos nas redes locais do tráfico de drogas; Grupo Extinto, composto por jovens mais velhos desta mesma localidade que participaram das atividades do programa, e hoje não participam por não terem mais a idade exigida, que é um dos critérios de participação. Os jovens deste território foram selecionados pelo alto número de atendimentos psicossociais registrados pela equipe técnica no Centro de Prevenção à Criminalidade. Porém, as mudanças na equipe técnica e as prisões dos jovens durante esta fase da pesquisa, dificultaram o contato com os jovens, mas não inviabilizou a pesquisa.

### **3 Entrelaçando saberes, construindo saídas**

O que estamos chamando de saberes? Saberes são caixas de ferramentas culturais que lançamos mão para construir uma compreensão da realidade social, para se adaptar ao mundo ou contribuir para mudá-lo. Os jovens vão aprendendo com o convívio a usar a mente em situações diversas. O que ficará dos aprendizados são as ferramentas e os significados acumulados pela cultura. Eles “entrarão para o mundo do trabalho e da participação política com a totalidade de ferramentas e significados da cultura, aprendidos em sua trajetória de vida.” (ARROYO, 2000, p.183). “O Saber é construído em uma história coletiva que é da mente humana e das atividades do homem e está submetido a processos seletivos de validação, capitalização e transmissão.” (CHARLOT, 2000, p.63).

Com o intuito de compreendermos as formas de sociabilidade dos jovens na criminalidade violenta, trataremos alguns apontamentos sobre a socialização dos sujeitos

na sociedade atual e a prisionização dos pobres neste contexto. Segundo Bauman (2004), a socialização da sociedade moderna pode ser dividida em duas fases: da produção e do consumo. A fase da produção se dava como uma linha de montagem. O corpo deveria ser educado para o trabalho e as escolas deveriam cumprir esta função socializadora. Os indivíduos eram inseridos nas instituições responsáveis pela educação, devendo sair apto para o mercado de trabalho. Aqueles que não se encaixavam neste molde eram chamados de problemáticos. Assim, eram necessárias outras formas de trabalho com estas crianças e jovens, categorizados como desviantes, para fazê-los encaixar nas estruturas rígidas daquela sociedade. Os hábitos disciplinadores serviam para ensinar os futuros funcionários das fábricas se comportarem como trabalhadores dóceis e obedientes às ordens. Todavia, para aqueles que não chegaram a frequentar os bancos escolares e não aprenderam, na prática através do ofício, os valores do trabalho, restava uma última forma de encaixe, as prisões. As prisões surgiram como casas de correção moral, moldando o comportamento através de suas rotinas, como última tentativa de introjetar nos indivíduos os valores éticos do trabalho. A indisposição para o trabalho era vista como o principal obstáculo para a ascensão social e um entrave ao desenvolvimento econômico (BAUMAN, 1999).

Na era do consumo, a sociedade não precisa mais de trabalhadores dóceis, mas de consumidores flutuantes, inseridos em estruturas líquidas. As sinalizações desapareceram e os laços sociais tornaram-se mais frágeis, exigindo outras formas de encaixe do sujeito. Os cidadãos precisam ser incessantemente expostos a novas tentações, porque o mercado exige consumidores que queiram ser seduzidos. É uma forma fragmentada, porém constantemente alimentada pelo mercado, que lança sempre novos produtos cada vez mais atraentes, mantendo assim, os indivíduos dispostos a comprar. O resultado deste processo é uma geração líquida moderna, lidando o tempo todo com o transitório, movida pelo impulso. São relações desprovidas de amor, desejo e paixão. O desejo precisa de tempo, cultivo e preparo, ou seja, tempo de germinar, crescer e amadurecer. As pessoas estão sempre abertas a novas possibilidades e ao mesmo tempo precisam de um porto seguro para se manter do jeito que são. As relações de bolso são guardadas e lançadas quando necessárias. São relações conscientes e sóbrias, para que a pessoa tenha segurança de continuar o relacionamento. Assim, quanto menos investimento, menos inseguro ficará diante das flutuações de suas emoções. É necessário observar as mudanças para que elas não se desvincilhem das amarras do cálculo. É preciso estar no controle, ter segurança para acreditar na certeza



do êxito, tranquilidade e cálculo para ser assertivo. Sem estas garantias, não é possível se prender às novas relações, porque as emoções tiram do prumo, desconcertam, podem levar ao fracasso. E fracassar nas tentativas e prosseguir tentando é humano, “demasiadamente humano” (BAUMAN, 2004, p. 37).

No início da modernidade, quando a sociedade tinha suas estruturas rígidas, fazia sentido tentar encaixar o sujeito nestas estruturas. As regras eram elaboradas de cima para baixo e seu cumprimento era garantido através da coerção, mas o processo no qual as pressões coercitivas faziam sentido foi rompido. Os processos sublimatórios não têm orientação fixa, são difusos, dispersos e guiados pela sedução dos objetos ofertados (BAUMAN, 1998, 2005). Os pobres são seduzidos a participarem da sociedade, mas sem perspectiva e privados dos meios legitimados como legais, tendem a se rebelar comportando com violência ou lançando mão das drogas como meio de alcance aos bens de consumo, que são os valores supremos da vida moderna agradável. Desta forma a sociedade vai incriminando os problemas sociais mal resolvidos. Os problemas passam a serem as pessoas que não conseguem responder aos apelos atrativos do mercado consumidor (BAUMAN, 1998). Como os jovens pobres das periferias se inserem neste contexto? Como eles constroem suas relações e seus saberes que são necessários para vida comunitária?

#### **4 Fica Vivo! na Cabana do Pai Tomás: da Guerra ao conflito**

Os jovens relataram que, em 2004, quando o Fica Vivo! iniciou suas atividades na comunidade da Cabana do Pai Tomás o cenário era de guerra. A proposta inicial do programa era de que a Polícia Militar entrasse nestes locais dominados pelo tráfico, prendesse as principais lideranças e os homicidas contumazes, para que posteriormente, a equipe da proteção social entrasse com as ações sociais. Entretanto, não foi possível utilizar esta estratégia no CPC da Cabana do Pai Tomás. O diagnóstico do CRISP apontava a região como uma das mais violentas de Belo Horizonte em 2002, com o registro de 36 homicídios naquele ano. A Cabana carregava ainda, um histórico de violência perpetrada pela Polícia Militar. A comunidade dizia: “nós não queremos o Fica Vivo! Aqui; “O Fica Vivo! é um programa de polícia” (BEATO, 2004, p.11). No

relatório de Estudos Técnicos do CRISP de 2004<sup>15</sup>, a polícia considerava a comunidade fechada, com uma visão da polícia como corrupta e violenta, dificultando o relacionamento entre os envolvidos neste cenário. A situação indicava que não seria possível uma parceria conjunta entre Polícia Militar e equipe técnica. Por conseguinte, a proteção Social precisava entrar de outra forma (SEDS, 2006).

A equipe técnica fez uma leitura do contexto local para planejar as ações. Percebeu-se que os jovens morriam pelos conflitos internos aos grupos, pelas guerras nas disputas de territórios entre grupos rivais e nos confrontos com a polícia militar. Uma guerra que causava grande número de homicídios com armas de fogo. Os jovens aderiram a uma disputa, em que desconheciam a origem, mas que se tornou o motivo para eles se agruparem. Tratava-se de identidades construídas na lógica da guerra. Como afirma Zaluar (1997), a droga é apenas um objeto que se insere no contexto violento. No entanto, este objeto pode ser substituído por outro, como a bola e a religião, por exemplo. Todo objeto que se inserir no conjunto de relações violentas, utilizando dos mesmos instrumentos para sobreviver, contribui para perpetuar essas relações construídas pelas vias da violência. Os jovens desenvolvem um Ethos<sup>16</sup> guerreiro, sendo que aprender a brigar é não fraquejar, sendo esta a disposição mais importante que passam a incorporar na adolescência. As metáforas da guerra são muitas das vezes criticadas e ao mesmo tempo reforçadas nas interpretações veiculadas pelos meios de comunicação e por algumas políticas públicas, contribuindo para transformar o cotidiano das comunidades na lógica da guerra (ZALUAR, 1997). Os grupos se constituíram e se localizaram a partir da polarização de um conflito com outros grupos. Havia (03) três desafios a serem enfrentados: a relação entre comunidade e polícia; a divisão territorial das gangues, que restringia a circulação das pessoas no aglomerado e a relação violenta entre os jovens. Para reduzir os homicídios não era necessário reprimir o tráfico, mas mediar os conflitos internos e entre as gangues<sup>17</sup> (SEDS, 2006).

O Centro de Prevenção à Criminalidade foi instalado entre as duas regiões de maiores conflitos. Os técnicos do programa começaram suas ações conversando, primeiramente, com os jovens inseridos nas redes do tráfico de drogas, se colocando à

---

<sup>15</sup> Os Estudos Técnicos constituíam uma modalidade de capacitação para agentes de segurança pública oferecida pelo CRISP/UFMG, principalmente, para policiais militares e civis, que participavam das ações de intervenção estratégica realizadas nas áreas onde era implementado o programa Fica Vivo!.

<sup>16</sup> Ethos significa o modo de ser de uma pessoa ou um determinado grupo.

<sup>17</sup> Mantive este termo utilizado pela equipe, mas depois de um tempo os profissionais do programa começaram a repensar esta expressão, na tentativa de substituí-la. Assim, o termo grupo de jovens passou a ser utilizado, inclusive na metodologia escrita em 2009.

disposição para escutar suas demandas e atendê-las, inclusive àquelas que exigiam uma aproximação dos jovens com as instituições públicas. As instituições mais demandadas foram a escola e a polícia (SEDS, 2006).

Os técnicos sociais afirmavam que o programa não tinha o objetivo de tirar os jovens da criminalidade, nem do tráfico, mas aliviar ao máximo a sua condição de acordo com suas demandas, pois a decisão de saída dependia do jovem. Além da implantação das oficinas e promoção de alguns eventos, vale destacar outros exemplos de trabalhos demandados pelos jovens, que foram de fundamental importância. Os jovens demandaram um policiamento menos violento. A construção das ações se iniciou no fórum comunitário<sup>18</sup>, no qual o tenente Comandante do Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) foi chamado para discutir com a comunidade e os jovens sobre a atuação da polícia na Região da Cabana. Na ocasião, o Tenente ouviu atentamente os jovens e prometeu uma atuação da polícia que respeitasse o direito de todas as pessoas daquela comunidade (SEDS, 2006).

Os jovens também queriam estudar, mas não podiam ir à escola mais próxima, porque estavam ameaçados pelos grupos rivais. A equipe técnica orientou os jovens a fazerem um abaixo assinado com os nomes daqueles que desejavam estudar e solicitou à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH) que elaborasse uma estratégia junto com os jovens. Foram várias reuniões dos profissionais SMED/BH com os jovens e profissionais do Fica Vivo!. Então, foi implantado o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Associação Comunitária, permitindo desta forma o acesso daqueles jovens que não podiam circular. Outra demanda muito trabalhada pela equipe técnica foi a ameaça de morte. Os jovens que estavam ameaçados e sobre os quais a informação chegava ao CPC antes da consumação, eram encaminhados para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), no intuito de proteger suas vidas (SEDS, 2006). Também houve alguns encaminhamentos para cursos profissionalizantes e empregos. Os técnicos e oficinairos planejavam as atividades juntamente com os jovens, permitindo que eles se sentissem parte da política e, portanto, responsáveis pela efetividade das ações.

Apesar de todo este trabalho, eram poucos os jovens envolvidos com a criminalidade que aderiram às atividades do programa e as guerras entre eles ainda eram constantes. Toda vez que os técnicos ficavam sabendo que os conflitos estavam mais

---

<sup>18</sup> Fórum comunitário é um instrumento da política aberto a toda a comunidade e instituições parceiras, para discutir sobre os problemas que afetam a segurança pública local e propor soluções.

acirrados, com iminência de uma guerra, eles encontravam com os jovens para conversar e insistiam na necessidade de dialogar. No início as conversas com a equipe técnica eram muito mais difíceis. Com o passar do tempo, os jovens passaram a confiar, mas foi preciso algumas estratégias para que eles aderissem ao programa.

As oficinas foram colocadas nos locais de fácil acesso para os jovens que participavam ativamente das guerras. Porém, naquela época eram impossíveis as conversas entre os grupos rivais da região da Cabana. Assim, para a instalação das primeiras oficinas, os técnicos fizeram um acordo com os jovens, em que o espaço da oficina deveria ser neutro. Um espaço público onde todos os jovens pudessem participar e, para isto, era necessária a suspensão da guerra nesses locais.

Foi na oficina que o jovem entrevistado conheceu jovens de outros locais e percebeu que eles eram boas pessoas, mudando sua visão. Esses espaços foram fundamentais para o encontro entre os jovens de territórios inimigos:

Melhorou porque envolve jovens de tudo quanto é lado, antes não envolvia. Envolve até no negócio que eles fazem. Aí todo mundo tem que ir, né. Aí você vai vendo um aqui, outro ali de todas as partes. E antes não era. Então nisso aí, o Fica Vivo! ajudou muito (Jovem, 21 anos).

Oicineiro falava que os jovens estavam lá para participar da atividade, deixando claro que não era local de confrontos. O icineiro dizia sempre aos jovens que eles estavam naquele local para jogar bola, com a finalidade de reforçar uma orientação do programa. Desse modo, os adolescentes tiveram garantido o direito de ir e vir, ao lazer e a um espaço de diálogo, ainda que precariamente. Vale ressaltar, que mesmo diante dos acordos, os jovens no início andavam armados, inclusive nas oficinas. Aos poucos e depois de muita conversa, foi possível recolher as armas em prol da participação nas atividades. Com isto algumas fronteiras foram aos poucos sendo ultrapassadas. A divisão de territórios começou a se relativizar e passou a ser possível a circulação das pessoas, com exceção de jovens muito envolvidos no tráfico, sendo que alguns destes jovens começaram a ultrapassar as barreiras até então intransponíveis. Tudo que carregava o nome do programa se tornou motivo para tréguas negociadas entre jovens rivais. Com esta estratégia, a circulação dos jovens entre regiões com grandes rivalidades foi estimulada. No entanto, se um jovem do Programa não estava

com a camisa, muitas vezes ele era barrado em certas fronteiras e considerado como suspeita (SEDS, 2006).

Em 2005, mesmo diante de relatos de uma maior sensação de segurança dos jovens, dos oficinairos e da comunidade, a equipe técnica ainda estava muito preocupada com os altos números de homicídios. Assim, tentavam colher informações que pudessem ajudar a fazer uma análise mais aprofundada sobre as motivações dos homicídios. A resposta dos policiais, da comunidade e dos oficinairos era que aquela situação era normal, não fazia sentido. Os técnicos perceberam que havia alguns sinais que anunciavam os homicídios, ou seja, a ocorrência de um homicídio não é tão silenciosa como parece. E são nestes indícios que os oficinairos e equipe técnica tentavam atuar, porque acreditavam que entre o desencadeamento do ato e o próprio ato, os jovens faziam alguns apelos, anúncio ou cena. Os técnicos compreenderam que havia um pacto de morte na comunidade. A comunidade chamava a polícia para casos menos graves, como barulho, som alto, dentre outros. Mas quando aconteciam os homicídios ou os tiroteios, a comunidade silenciava (SEDS, 2006). Os jovens entrevistados acrescentam ainda que a própria comunidade dos jovens rivais, quando queria se livrar deles, passava informações importantes via telefone, que os ajudavam a matá-los.

Os técnicos entendiam que este comportamento dos moradores era uma forma de prevenir conflitos com os jovens que participavam das guerras. Porém, estas atitudes geravam sérias consequências, porque selava um pacto de morte entre a comunidade e os jovens. Neste sentido, a comunidade fazia parte de uma engenharia que produzia o extermínio dos jovens inseridos na rede local do tráfico de drogas. De acordo com Bauman (1998) e Arendt (2000), a história tem nos mostrado que a racionalização da vida moderna não contribuiu para diminuição da violência, apenas introduziu uma hierarquia de tarefas, que retirou dos sujeitos suas responsabilidades diante dos fatos. Nesta engenharia, agressores e vítimas podem se tornar peças importantes de uma mesma engrenagem: “Cabia, portanto, ao programa subverter o silêncio e o assentimento da comunidade frente à violência” (SEDS, 2006, p.6).

A preocupação dos técnicos era de não levar nada pronto, mas que se abrisse um espaço para construção conjunta, toda vez que fosse necessário uma intervenção solicitada pelos jovens, oficinairos ou equipe técnica (SEDS, 2004).

A função dos oficinairos é conhecer a história dos jovens, detectar e mediar os conflitos:

O papel que é oferecido ao oficinairo pelo programa Fica Vivo! é singular. Ser morador da comunidade, ser conhecedor de alguma modalidade que atraia os jovens, ser referência para jovens e comunidade local, ter interesse pelas situações de conflitos locais e mediá-las, ter o compromisso de trabalhar visando à redução do número de homicídios (SEDS, 2006, p. 39).

Sendo moradores, os oficinairos conhecem a realidade local e são referências para os jovens e comunidade. Eles podem presenciar situações em que, principalmente os jovens, se encontrem em conflito e assumam a função de mediadores. E são essas situações de conflito que muitas vezes, inesperadamente ou até de forma anunciada, convocam os oficinairos a ocuparem um lugar específico de responsáveis por resolvê-los, com o compromisso de manter o foco do programa, que é a redução dos homicídios na região (SEDS, 2006).

Os técnicos sociais procuraram fazer um trabalho pautado na autonomia dos jovens, na tentativa de tirá-los do lugar de vítimas ou criminosos. Eles tinham uma responsabilidade naquela situação e, deste modo, dependia deles mudar a lógica da guerra da sobrevivência para a lógica da convivência. Os técnicos faziam perguntas com a intenção de tirar os jovens de suas certezas e instalar a dúvida. Dizer que aquela vida podia ser diferente. As conversas eram com os jovens que estavam na guerra. De acordo com um deles:

Os técnicos perguntavam, tem que ser assim mesmo? Não tem outro jeito de viver sem a guerra, não?... Mas deve ter uma maneira de acabar com a guerra... Naquela época isto era impossível e eu pensava: este rapaz é louco; não sabe o que tá falando (Jovem, 27 anos).

Em uma das entrevistas, um jovem disse que, quando o programa chegou na região não existia conflito: “não tinha conversa, era chegar e matar” (Jovem, 21 anos). A fala deste jovem evidencia a importância da introdução do termo ‘conflito’ através do Programa. Outro jovem afirma: “Eram eles mesmo que resolviam. Eles não conversavam não; era um pra cá, outro pra lá memo. Não tinha isto de resolver os conflitos. Quem pegasse o outro pegava e resolvia; era assim.” (Jovem, 19 anos). A lógica da guerra é a sobrevivência aos outros, aos mais fracos. Somente o mais forte tem direito. Viver nestas circunstâncias significa sobreviver. Logo, quem ataca primeiro,

sobrevive. Isto se chama racionalidade (BAUMAN, 2004). Ao transformar a guerra em conflito o programa apontou uma nova forma de resolver as disputas e desavenças entre os jovens.

Além das atividades do programa, dois jovens relataram as mudanças estruturais promovidas pela PBH na região e disseram que foram boas para a comunidade. Em 2010, os técnicos estavam preocupados com estas mudanças que ocorriam na região e acompanhavam a fluidez da movimentação dos jovens neste contexto. A comunidade ainda colhia os efeitos das mudanças estruturais, como a abertura de ruas e a construção de conjuntos habitacionais. A equipe participava dos encontros comunitários do Plano Global Específico, organizado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), via Campanha Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), com o objetivo de acompanhar os impactos desses processos na vida dos jovens e da comunidade daquela região. Apesar da redução dos números de tiroteios, das tentativas de homicídios e homicídios, um fator até então desconhecido se mostrava motivo de preocupação: o grande número homens, mulheres e crianças de variadas faixas etárias, que eram usuários de drogas. As festas de pagodes e bailes funks realizados pelos jovens inseridos nas redes do tráfico de drogas foram apontadas no relatório como responsáveis pela propagação desses usuários, trazendo uma nova configuração na dinâmica da criminalidade e das violências na comunidade (SEDS, 2010).

Os jovens disseram que as festas só contribuíram para dar visibilidade a algo que acontecia, mas ninguém enxergava. Além disto, se os jovens não tivessem as festas para alguns momentos de lazer, eles ficariam em casa ou nos becos usando drogas. “Eles podem ficar sem as festas, mas não ficam sem a droga” (Jovem, 19 anos). Vale ressaltar também que os usuários apontados pela equipe técnica no relatório não são apenas jovens.

Verificamos nos relatórios do Centro de Prevenção que a queda dos números de homicídios na região da Cabana foi gradativa ao longo dos anos, passando de 37 no ano de 2004 a 11 em 2012, sendo que os jovens desta pesquisa eram os que mais matavam e morriam. Neste último ano houve apenas dois homicídios envolvendo os jovens deste grupo. Outro fato importante registrado é que a sensação de segurança veio à tona antes da queda da criminalidade violenta.

## **5 Os jovens e seus grupos: a luta por uma identidade**

Apesar de encontrarmos registros no CPC de que os jovens que participavam das atividades do programa haviam montado uma boca, os jovens relatam que não montaram um ponto de venda de drogas. Eles foram chamados a participarem do grupo, mas alguns deles já participavam de outro que havia fechado. Todavia, eles já estavam socializados na criminalidade violenta, como apontam:

Novato daqui, né, mais já era envolvido no crime desde novo. Era mais amigo mesmo. Já cresceu mais junto já sabia mais ou menos. Cresceu mais junto no meio deles. Tinha alguns que era do grupo... que cresceu junto com nós. Aí você já sabia mais ou menos. Então já chamava nós que já sabia assim mais ou menos (Jovem, 21 anos).

Nota-se que alguns jovens que já estavam inseridos na rede do tráfico, no Grupo Extinto, foram influenciando os outros mais novos para a entrada no Grupo Ativo. O que facilitou esta influência foi o fato de os jovens serem amigos desde a infância, ou seja, cresceram juntos.

Os jovens que participaram das atividades do programa tiveram grande contribuição na mudança de perfil do Grupo Ativo, no qual foram inseridos. Eles aprenderam nas oficinas e nos atendimentos psicossociais que o diálogo era a melhor forma de resolver os conflitos. As situações de perdas sofridas por eles também os levaram a refletir sobre suas vivências na guerra. Eles aprenderam com a experiência dos outros que a guerra levaria à prisão, morte dos seus membros, a fuga para outro território ou o fim do grupo: “Porque isto gera nada não sô. Violência só gera violência. Aí é melhor para todo mundo, para nós para os moradores, para polícia, também. Bom para todo mundo, né (Jovem 21 anos).”

A curiosidade sobre a execução das atividades do tráfico de drogas começou na infância, presenciando os parentes e amigos envolvidos, ou mesmo ouvindo os pais dizerem sobre a criminalidade violenta na comunidade. Na adolescência quando eles passaram a conviver mais tempo com os amigos é que aconteceu a entrada para a rede local do tráfico de drogas. Mas eles não perceberam quando se envolveram, porque pensaram que estavam apenas ganhando um dinheiro para determinadas tarefas.



Somente entenderam que estavam envolvidos quando as relações começaram a se complicar.

Você sabe, mas não acha que é. Quanto mais você vai ficando mais dentro você vai vendo o que é mesmo. No começo você acha que é mil maravilhas. Depois quando você vai vê, passando os tempos você vai vendo os perigos que é. No início pra você é tudo tranquilo; só vê o dinheiro, normal, você não perde nada. Depois um rouba você, você tem que pagar. Depois você vai vendo os riscos que você corre (Jovem, 21 anos).

Agente aprende é na lei da favela, junto com os mais velhos. Já sabia que neste lado errado a gente tem sempre que andar certo. Primeiramente certo ter humildade. Só né. Tem que respeitar os moradores. Respeitar todo mundo pra você ser respeitando. Saber entrar e sair também. Né (Jovem, 19 anos).

Começa como olheiro. A gente começa primeiro olhando depois a gente pega e vai... frequentando os mesmos lugares, fazendo as coisas. É isso aí (Jovem, 21 anos).

Ninguém convidou, não. Vai das amizades que você frequenta, né. Na época de escola, um sai pra um lado outro sai pra outro. Comecei na escola; depois também saí da escola. Fui fazendo outras amizades. Isto influencia também (Jovem, 19 anos).

Em 2009, quando foram chamados a participarem de uma nova boca, houve um consenso através do diálogo de que eles não poderiam matar uns aos outros. Diante das desavenças, eles reuniam um grupo para discutir e encontrar uma solução que seja razoável.

Só conversando né. Se lá tiver uma discussão entre eu e o outro. A gente chama todo mundo pra conversa, todo mundo reúne. Todo mundo que tá junto. Chama todo mundo. E igual se for pra sai, sair sai os dois, se um só tiver errado sai, só um. Toma balão. E isso aí entre nós nunca pode rolar morte não. A gente tá junto aí (Jovem, 19 anos).

Fica evidente que o acordo de não matar foi construído pelos jovens, mas o acordo de paz<sup>19</sup> entre os grupos da região da Cabana veio de algumas das lideranças rivais do tráfico, que estavam na prisão. Os jovens gostaram do acordo de paz e em

---

<sup>19</sup> O acordo de paz é uma suspensão da guerra, um acordo para não matar. Os jovens dizem que o acordo foi planejado entre duas lideranças rivais - que eles chamam 'os mais velhos', que estavam na mesma prisão -, para que os jovens por eles liderados não matassem entre eles.

determinado momento viram as festas promovidas por eles como um instrumento de divulgação desse acordo entre todos os jovens da região da Cabana e adjacências.

Não podemos afirmar, nem assegurar que os jovens se importam com os outros, no sentido da responsabilidade moral descrita por Bauman (2004). Estamos somente constando que se importa com eles e que este é um passo importante para que passem a se importar com a vida dos outros. Não nos cabe garantir que eles façam desta forma, como afirma Bauman (1997). Não podemos garantir que os seres humanos agirão com responsabilidade moral, nem em contextos bem planejados, em função da ação humana. “Precisamos aprender a viver sem estas garantias” e conscientes de que estas garantias nunca virão (BAUMAN, 1997, p.16).

A orientação da proteção social é para não se repetir a lógica que vigora no senso comum, segundo a qual a única prevenção com chances de sucesso deve ocorrer antes de o jovem entrar para a criminalidade. As ações visam não condenar a conduta dos jovens, nem transformá-lo em vítima, mas interferir no contexto local, nas relações sociais estabelecidas naquela comunidade, sendo esta uma mudança de cultura, que é um trabalho conseguido ao longo prazo (SEDS, 2006).

Segundo os relatórios CPC, datado de 2010, era visível o aumento do uso de drogas na comunidade e a presença de muitos jovens usuários trabalhando para o tráfico. Há pessoas que fazem alguns trabalhos esporádicos para o grupo, mas não são considerados pelos jovens como membros do grupo. As jovens que também aparecem nos relatórios fazendo alguns trabalhos para o grupo não são citadas como membros do grupo. A organização do tráfico se modificou, a comercialização das drogas tem sido à vista, o que evita assassinatos por dívidas de drogas e, conseqüentemente, a presença da polícia (SEDS, 2010). Os jovens inventaram formas diferentes de comercialização da droga, como uma prevenção para não matar e para isto foram formuladas algumas regras: não vender fiado, resolver os problemas conversando e punições para a aqueles que descumprirem os acordos que pode chegar a expulsão do grupo ou do território.

Estes jovens não entraram para a criminalidade para afirmar uma identidade, até porque não se identificam como um grupo criminoso. Esta identificação é atribuída a eles. Paralelamente às atividades que exercem no tráfico eles tentam construir outras formas de identificação e gostavam de serem identificados como aqueles que se divertem e promovem as festas para toda a comunidade. Com a proibição das festas, restou-lhes a identidade de um grupo criminoso. No entanto, os jovens resistem em

aceitar esta identidade estigmatizante, mas sabem que o uso da arma lhes dá poder como diz um jovem no atendimento psicossocial:

Quando está no baile funk armado as meninas se aproximam mais; que ao dançar com as meninas armado elas não se afastam... Fala sobre a tensão que andar armado causa; que quando se está assim qualquer briga pode virar homicídio; mas que a arma é uma defesa, um mal necessário; que para quem está no tráfico uma hora vai ter que se armar; que se não usar arma as pessoas questionam: mas você é bandido e não tem arma? (SEDS, 2010).

Nas regiões marcadas pela forte presença do tráfico de drogas, o mundo do crime se entrelaça com o mundo social, integrando como uma de suas partes (FELTRAM, 2008). E como nos adverte Carrano (2007), as identidades não são determinantes, são múltiplas, principalmente quando se trata de jovens. Eles não se adaptam às categorias que a ciência moderna tenta construir para encaixá-los, estigmatizá-los e excluí-los. Os seres humanos são contraditórios e indivisíveis. São infratores, vítimas, trabalhadores, pais, filhos, jovens, pobres, estudantes, negros, amigos, dentre outros. Enquanto vivemos o impacto de um modelo de sociedade que se torna obsoleto, o jovem está vivendo um mundo novo e inteligível, que não se adapta nas categorias de análise da sociologia clássica (PERALVA, 1997).

A mudança de identidade não é dada, nem tão pouca linear. Faz parte de um processo que é construído aos poucos, com muitas contradições e retrocessos, através das investidas e recaídas que dependem da maneira como constroem suas relações, do contexto e de sua acolhida nas instituições. Por isso o jovem precisa ser acompanhado. Porém, este acompanhamento não pode ser confundido com supervisão para controle do jovem, tendo em vista à manutenção da ordem social vigente.

Há pessoas que podem escolher suas identidades, mas outras são obrigadas a conviverem com identidades impostas que trazem ressentimentos e da qual não conseguem se despir. Portanto, a identificação pode ser um fator de estratificação social. Todavia, há um grupo de pessoas denominadas subclasse que não tem direito a uma identidade, porque não tem um lugar legítimo na sociedade. Logo, qualquer identidade

que desejar será negada. É um grupo de pessoas que tiveram o seu bios<sup>20</sup>, vida política, reduzido a zoe, vida animal (BAUMAN, 2005).

O significado da identidade de subclasse é a ausência de identidade, a abolição ou negação da individualidade, do rosto- esse objeto de dever ético e da preocupação moral. Você é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refugadas (Bauman, 2005, p.46).

Bauman (2005) critica não somente as sociedades formadas através das identidades, mas também as comunidades locais e a sociedade dos contratos, que tecem suas relações através da reciprocidade mútua, deixando em desamparo aqueles que não aderem às propostas de inclusão que lhes são propostas.

Sobre as saídas do tráfico, eles dizem que podem sair quando quiserem, mas sabem que a falta de escolaridade e formação profissional dificultam na hora de conseguir um emprego para manter o padrão de consumo garantido pelo tráfico. Foi perguntado a um dos jovens, o que aconteceria se ele não vendesse a droga: “O patrão fala, então me dá aí minha droga e meu dinheiro, que eu ponho outro pra vender pra mim, você não quer dinheiro outro quer (Jovem, 18 anos).” Diante da fala deste jovem de que era fácil sair, pergunto se ele já procurou por um emprego. Ele sorri e diz: “Com esta escolaridade vou arrumar o quê?”<sup>21</sup> Diante do contexto vivenciado atualmente no território, da interrupção das guerras, das atitudes dos jovens desse grupo ser menos violentas e do paradoxo fácil e difícil, parece-nos que parar de trabalhar no tráfico é fácil. Difícil é a inserção em outras redes sociais.

Um dos jovens que disse não ser mais envolvido com o tráfico de drogas, fala sobre como ser jovem envolvido. Ele afirma que esteve indiretamente envolvido com o tráfico. Percebemos que a introdução do termo ‘indiretamente envolvido’, apesar de abrir um leque enorme de possibilidades, se insere em outra lógica, diferente da tentativa do enquadramento do sujeito em certas categorias de classificação, que serve tão somente para estigmatizar, como ‘se está junto é porque é envolvido’ e ‘você é bandido ou é pessoa de bem’. Tais expressões adquirem outras formas, abrindo novas

---

<sup>20</sup> A vida como zoé é vista como mero fato de viver e a vida enquanto bios é o modo de viver.

<sup>21</sup> O jovem havia parado de estudar no 6º ano do Ensino Fundamental.

possibilidades de diálogo com os jovens. Contudo, é importante que os profissionais do programa atentem para o significado que este termo tem para cada jovem. Um dos jovens ao dizer que seu envolvimento era indireto, relatou que era aviãozinho, guardava armas e drogas em sua casa. Estas ações caracterizam o jovem como diretamente envolvido. Porém, para aquele jovem ser diretamente envolvido era participar ativamente da guerra e suas ações eram somente de apoio.

Um dos jovens relatou que a sua maior dificuldade para sair foi ter andado armado pelas ruas. Depois que ele saiu percebeu que a comunidade não confiava nele e conquistar esta confiança da comunidade foi muito difícil.

Sobre os saberes que aprenderam e que hoje não são importantes em suas vidas, somente um deles disse saber usar drogas. Outro disse que aprendeu muita coisa com o grupo, mas não precisou usar drogas e nunca entrou na guerra. Ele e outros amigos que não topavam a guerra eram chamados de Zé Ninguém. Agora eles estão vivos e os amigos que participavam da guerra estão mortos ou presos (Jovem, 29 anos).

Um dos jovens que disse não estar mais envolvido no tráfico tem um olhar diferente dos jovens inseridos nesse meio de drogas, fazendo um contraponto com os mais jovens de anos anteriores que cometiam homicídios: “Eles não são bandidos perigosos. Eles só querem vender a droga” (jovem, 29 anos). É interessante notar que ele não disse que os jovens deixaram de cometer crimes, mas que deixaram de ser bandidos perigosos. A partir do momento em que os jovens pararam de matar, eles contribuíram para a que a comunidade construísse outra imagem sobre eles. E já que eles não são perigosos, não precisam ser presos, ou seja, merecem outras formas de intervenção das políticas públicas.

Estes jovens encontraram no tráfico uma maneira de se inserir na sociedade capitalista. O dinheiro permite a compra de bens que o mercado de consumo oferta aos cidadãos consumidores. Os jovens das gangues não rejeitam a cultura econômica dominante, mas aceitam seus princípios e adaptam suas estratégias às oportunidades que o mercado lhes oferece (JANKOWSKI, 2012). Os jovens parecem satisfeitos com a situação em que vivem. Carvalho (2002) chama este efeito de Perversidade do Consumismo, que pode silenciar ou eliminar a militância política, minando os avanços do sistema democrático.

Mostrar os jovens destes locais como eles realmente são, é tomar consciência da estratificação da sociedade e da pobreza em que estas organizações encontram sua

fonte. Portanto, o problema deve ser tratado com outras políticas sociais, porque as políticas penais só fazem agravar o problema (JANKOWSKI, 1997).

Desde o surgimento das gangues, elas foram estigmatizadas como um problema social. São vistas como desorganizadas, incontroladas e violentas. Dado o caos instaurado por elas, ninguém no seu meio sabe como restaurar a ordem. Logo, a única intervenção possível é a repressão da polícia. A mensagem passada é que sem esta força que vem de fora a comunidade se mergulharia no caos profundo. A imagem suscitada por estes recortes é de que as gangues e seus vizinhos vivem em um universo profundamente imoral, em ruptura com o restante da sociedade. A mídia tem uma parcela de contribuição na produção social desse fenômeno. Há um jogo nessa parceria: se a mídia passa a imagem seletiva e deformada das gangues ora diabólica, ora de fascínio sobre seus líderes, as gangues usam destas imagens para se manterem vivas. Porém, enquanto estamos tratando o problema sob este prisma da violência e do combate ou do extermínio de seus membros, não nos atentamos para o fato de estes grupos e seus membros serem embalados pelos mesmos desejos de sucesso material e social, como qualquer cidadão da sociedade moderna. Sendo assim, elas não diferem de outras organizações mercantis (JANKOWSKI, 1997).

## **6 Obediência: a relação com os mais velhos**

A lealdade e hierarquia são muito fortes entre os jovens. Todos dão extrema importância ao respeito, à obediência aos mais velhos, à lealdade e às amizades que vão formando no grupo. Percebemos uma diferença destas formas de respeito. Quando se referem ao grupo, eles falam de uma reciprocidade: respeitar para ser respeitado. No entanto, quando se trata da relação com os mais velhos, que estão na hierarquia superior, é obediência e simplesmente obedecem. A relação de lealdade e prestação de contas aos mais velhos atravessa todas as atividades dos jovens, incluindo aquelas vinculadas à participação no Fica Vivo!. Os líderes precisam saber o que os jovens fazem no programa, as atividades que frequentam e o que eles conversam com os técnicos ou com os oficinairos. A fala dos jovens sugere que as lideranças estão preocupadas em saber se o programa quer tirar o jovem do tráfico.

Um jovem nos conta que lado errado tem que andar certo. Esta afirmativa nos

chama atenção pela certeza que os jovens têm, de que as regras do tráfico devem ser seguidas sem questionamentos. É uma forma de convivência baseada na crença da tradição, aprendida antes da entrada no grupo. E na tradição como afirma Bauman (1997), não existe a liberdade de escolha. Tem que evitar a escolha seguindo o modo costumeiro da vida. Este modo de vida mudará somente se houver um afrouxamento da tradição. Às vezes é necessário transgredir, mas só transgredimos quando temos liberdade de escolha (BAUMAN, 1997; ARROYO, 2000). Neste sentido, vemos que é necessário um trabalho contínuo de reafirmação de que o sujeito é livre para fazer suas escolhas, mesmo diante das raras possibilidades, na tentativa de fazer os jovens refletirem sobre suas tomadas de decisões e se libertarem do estado de heteronomia no qual se encontram. E os atendimentos psicossociais<sup>22</sup> foram muito importantes para a equipe técnica interrogar estes jovens e fazer vacilar suas certezas, como nos mostra um relato da equipe técnica.

O jovem pergunta se a polícia nos avisa quando os jovens são presos ou soltos. A técnica responde que ficamos sabendo desses fatos pelos próprios jovens e comunidade sabemos porque vocês nos contam. O jovem interpela: mas vocês não trabalham junto com a polícia, na mesma secretaria? Achava que vocês conversavam sobre isso. A técnica explicou que talvez fosse mesmo interessante se os dois eixos: Proteção Social e Intervenção Estratégica do programa pudessem dialogar mais, mas que nem sempre isso é possível; e que o diálogo acontecia mais com os profissionais das medidas socioeducativas. O jovem comenta: ah, os menores né? Tá certo, vocês tem que acompanhar os menores mesmo; eles têm mais chance de se recuperar, maior sabe o que tá fazendo. Ainda sobre o programa o jovem pergunta o que aconteceria com o Fica Vivo! se o governador Anastasia não se elegeisse. O jovem diz não acreditar que os moradores tenham alguma força diante das ações do tráfico. A técnica pontua que apesar da importância do programa Fica Vivo! na comunidade, era preciso contar com a própria organização social dos moradores para a diminuição da criminalidade. A técnica diz que se não fossem os moradores, os jovens e a comunidade se atentarem para a situação em que a Cabana estava, não teria sido possível reduzir o número de homicídios no local. O jovem responde: o que você acha é só uma opinião; o que o patrão manda é uma ordem (SEDS, 2010).

Em outro atendimento psicossocial é possível perceber uma mudança na postura do jovem frente aos fatos. Ao se comparar com os jovens de outra boca afirmou:

---

<sup>22</sup> Os atendimentos psicossociais analisados através dos relatórios das equipes técnicas não são dos mesmos jovens entrevistados, mas de outros que fazem parte do Grupo Ativo.

Nós somos diferentes; quando o patrão manda a gente matar alguém a gente pergunta: mas por quê? O que aconteceu, o que o cara fez? Às vezes até arrumamos outra solução e deixamos passar batido. A técnica pontua: Então é possível não obedecer à ordem do patrão? É possível fazer outra coisa diferente do que o patrão manda? E o jovem finaliza: Até um limite, chega uma hora que não dá mais, que tem que responder àquilo. É o que vai acontecer aqui (SEDS, 2010).

A equipe técnica continuou os atendimentos psicossociais com esses jovens, mas devido às mudanças dos técnicos e do oficineiro que atendia os jovens, o acompanhamento mais qualificado da trajetória deste grupo ficou prejudicado. No entanto, os técnicos atuais encontravam com os jovens nas oficinas e chegavam informações através dos oficineiros sobre as prisões de alguns membros do Grupo Ativo.

## **7 Transitando na rede**

Sobre os encaminhamentos para a rede da proteção social, somente dois jovens que se dizem não envolvidos aderiram às atividades de instituições profissionalizantes, para as quais foram encaminhados pela equipe técnica. Somente um se matriculou no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e concluiu o Ensino Fundamental. Nenhum jovem aderiu aos encaminhamentos para as instituições de atenção às pessoas que usam drogas. Esta falta de adesão às políticas públicas, nos mostra a dificuldade dos jovens que participam das redes do tráfico de inserirem nos serviços públicos que lhes são de direito.

É impactante perceber como os jovens se referem à escola. Eles são capazes de contar uma trajetória inteira sem citar uma contribuição desta instituição em suas vidas, mesmo quando a pergunta é sobre o que ele aprendeu na escola. Um dos jovens depois de pensar um pouco, foi categórico, afirmando que aprendeu coisas só para fazer os deveres mesmo. A fala desse jovem é importante para entendermos como a escola, na visão deles, se encerra nela mesma. Outros citam a importância dos espaços coletivos de socialização entre os colegas, dizendo que não aprenderam nada e que iam para a escola



para fazer bagunça ou trabalhos em grupo. Alguns jovens somente passam pela escola, mas ela não faz parte de suas vidas, porque não é capaz de ajudá-los a lidar com as situações cotidianas da vida. A importância dessa instituição é localizada no espaço de encontro entre os jovens, como também observou Charlot (2001).

Os jovens constroem algumas saídas para lidar com a escola que depende de como eles enxergam a articulação entre o mundo escolar e o mundo da vida. Quando os dois mundos são concorrentes, os jovens precisam optar por um deles, como ter uma boa reputação na escola e no bairro. Quando há continuidade sem ruptura, ele pode se adaptar às regras da escola, mesmo que sejam arbitrárias no seu ponto de vista. É a lógica da sobrevivência para ter uma boa profissão no futuro. Quando há uma dialética entre continuidade e ruptura, os jovens sabem que os dois mundos são diferentes e conseguem tirar proveito desta tensão, encontrando sentido e prazer nestes dois mundos tão distantes, porque um ajuda a compreender o outro. Esta via é mais difícil para os jovens das periferias, não somente pelas próprias condições nas quais eles vivem, mas também porque a escola não contribui para que eles construam esta saída (CHARLOT, 2001). Estes jovens fizeram suas escolhas. Abandonaram a escola, provavelmente porque a ruptura entre estes dois mundos é enorme. São dois mundos de lados opostos concorrendo entre si. E qualquer tentativa de trabalho entre escola e estes jovens deve considerar este percurso para ajudá-los a encontrarem algumas saídas.

Sobre as instituições do sistema de justiça e medidas socioeducativas, os jovens demonstram pouco conhecimento. Aqueles que possuem a experiência nestas instituições têm a preocupação de falar para os outros as regras que funcionam nesses espaços. Eles não distinguem muito o sistema socioeducativo do sistema de justiça adulto. Esta diferença aparece mais pelo tempo em que ficam apreendidos ou presos, e não pela diferença no tratamento recebido. Não dão importância às medidas de meio aberto, sendo que até os jovens que já cumpriram essas medidas, apresentam dificuldade para discorrer sobre elas. Eles se referem a elas dizendo que: “já caí no sistema e fui lá cumpri na instituição (Jovem, 19 anos)”, se referindo à Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Entretanto, não conseguem dizer a função de tal medida. Sobre o sistema fechado, os jovens estão mais preocupados em saber se relacionar com os colegas destas instituições, porque sua sobrevivência depende dessa habilidade. Um dos jovens que nunca passou pelo sistema socioeducativo ou penitenciário traz o mesmo conhecimento e as mesmas preocupações dos colegas que já estiveram em um desses sistemas:

(...) Lá até um cara, mesmo se for muito respeitado do lado de fora, fizer coisa errada paga do mesmo jeito como qualquer outro e lá paga mesmo. É bem mais rígido de que na rua... Isto nós já foi aprendendo até aqui na rua mesmo; nós foi aprendendo. Os mais velhos já vão falando como que é quando volta já vai falando assim, assim, assim. Não pode fazer isto, isto (Jovem, 21 anos).

Sobre a relação com a polícia, disseram que mudou muito e para melhor. Falam que a polícia está fazendo o trabalho dela, mas guardam certo distanciamento porque sabem que alguns policiais são corruptos e outros estão a fim de prendê-los. Um dos jovens, o mais novo do grupo, ao ser indagado de como ele faz para se safar da polícia, afirma: “Tem como não. Tem vez que dá pra correr, tem vez que não dá. Às vezes eles dão tiro... só correndo mesmo, não tem jeito não você vai matar a polícia? Tá doido; é só sair correndo” (Jovem, 18 anos). Este jovem não vivenciou o aglomerado da Cabana na época da guerra, quando os jovens enfrentavam os policiais. Isto indica uma grande mudança na relação entre os jovens e a polícia deste a entrada do programa.

Alguns jovens disseram que no início tinham medo de frequentar as atividades do Fica Vivo! por causa de sua ligação com a polícia, mas depois perceberam que não era um programa de polícia. Como já fora registrado, muitos dos jovens selecionados para participar da pesquisa foram aprendidos no período de realização das entrevistas. Como afirma Bauman (1999), os jovens pobres são os mais afetados pelo sistema prisional, porque a sociedade tende a dar o significado de crime aos atos que são vistos como indesejados e com penas muito duras. Para que isto aconteça de forma aceitável são construídas categorias legalmente definidas. Utilizando das teorias Thomas Mathiesen (1997), Bauman, (1999), afirma que o sistema de justiça atinge as bases e não o topo da sociedade. Há um conjunto de ações que contribuem para esta criminalização dos indivíduos mais pobres da sociedade. Os roubos e assaltos são mais fáceis de serem tipificados que os crimes empresariais e do calorinho branco, por isso as ações dos mais pobres tem mais chance de aparecer no código penal. O olhar ideológico dos legisladores pode fazer com que as tipificações sejam diferentes para uma determinada ação. Quanto cometido pelas pessoas simples, uma ação pode ser caracterizada como roubo. No entanto, se for praticada por pessoas que estão no topo, que roubam de famílias, comunidades ou nações, serão chamadas de promoção do livre

comércio, racionalização ou enxugamento. Além disso, o trabalho da justiça para o desvendamento das atividades criminosas incide sobre a população desigualmente. É muito mais difícil desvendar as atividades ilegais praticadas por pessoas que estão no topo, dada à rede de transações envolvidas, a organização, a cumplicidade entre os membros do grupo, a imprecisão entre o proibido e permitido que exija investigações aprofundadas com profissionais extremamente competentes, por isso são raros os casos de crimes empresariais como os praticados por fraudadores e autores de desfalques que são levados aos tribunais e tornado público (Bauman, 1999).

A ordem é local, mas a lei é global. Portanto, se há um conflito entre os guardiões e a elite local, há sempre a possibilidade de mudar os conceitos e as regras do jogo. Mas se o conflito for com os pobres, certamente a punição se efetivará. O conjunto dessas ações converge para um efeito comum, que é a identificação do crime com os pobres, provocando a criminalização da pobreza. Na prisão, os pobres sofrem outro efeito perverso do sistema o do confinamento. Bauman (1999) cita Donald Clemmer (1940), que afirma ser a prisionização uma escola do crime. Esta reflexão é importante, para compreendermos as relações do sistema de justiça e o tráfico de drogas. Contribui também para entendermos porque as prisões no Brasil estão cheias de pessoas jovens, que praticaram crimes de tráfico de drogas nas atividades varejistas, enquanto os chefes, que estão no topo da pirâmide, conseguem ficar fora da lista das pessoas apreendidas e na maioria das vezes, nem se quer são investigadas. Os jovens inseridos nas redes locais do tráfico de drogas são pessoas que moram no próprio bairro e suas ações são explícitas. Toda a comunidade sabe quem são eles e o que eles fazem. Já os que estão no comando são invisíveis aos olhos da comunidade e do sistema de justiça. Os jovens estão sujeitos ao mínimo cumprimento da lei:

Todo o processo policial/judicial que culmina na prisão é, em certo sentido, um longo ritual rigidamente estruturado de rejeição simbólica e exclusão física. A rejeição e a exclusão são humilhantes e pretendem a isso; visam a fazer o rejeitado/ excluído aceitar sua imperfeição e inferioridade social. Não admira que as vítimas ergam uma defesa. Em vez de aceitarem docilmente a sua rejeição e converter a rejeição oficial em auto-rejeição, elas preferem rejeitar quem as rejeitam (BAUMAN, 1999, p. 134).

A representação da violência como um mal ilude as pessoas a localizá-la, para combatê-la. E as periferias das grandes cidades passam a serem vistas como o local

demonizado da violência e da droga. Esta representação nos impede de enxergar a circulação das drogas em outros espaços das cidades e as pessoas extraterritoriais que ganham muito dinheiro com o mercado do crime globalizado. Outra questão que recai sobre os moradores de áreas mais fragilizadas é o olhar seletivo dos legisladores, que tendem a enxergar com muito mais facilidade os crimes cometidos pelos moradores da periferia, como os ladrões de carros e residência, assaltantes e violentadores. É importante lembrar que o clamor do povo se volta hora contra esta população visível ou contra os legisladores, guardiães da lei e da ordem, que são considerados frouxos ou tolerantes por não colocarem estes indivíduos nas prisões. As pessoas mais punidas são pobres porque elas são consideradas uma ameaça à ordem social. Assim, a prisão funciona como uma tentativa de neutralizar ou pelo ao menos acalmar a ansiedade da população (BAUMAN, 1998). Desta forma, uma parte da sociedade vai incriminando os problemas sociais mal resolvidos, ou seja, vão criminalizando a pobreza, pois os problemas passam a serem as pessoas que não conseguem responder aos apelos atrativos do mercado consumidor. Outra parte da população enxerga os pobres como vítimas das estruturas sociais vigentes, que determinam suas ações. Porém, como nos alertam alguns pensadores, transformar o sujeito em vítima não ajuda na sua humanização (ARENDRT, 2000, CHARLOT, 2001; ARROYO, 2004; BAUMAN, 2004).

No mundo globalizado, o crime organizado tem estruturas complexas, movimenta um grande volume de dinheiro e não pode mais ser desconsiderado como uma força importante, ao lado dos estados nacionais, igrejas, partidos políticos, empresas multinacionais, etc. Contudo, temos ainda no Brasil um Sistema de Justiça voltado para os crimes individuais e desaparelhado para investigar os meandros e grupos mais importantes do crime organizado. As políticas de enfrentamento ao tráfico de drogas desconsideraram as complexas relações do crime organizado com o mundo legal dos negócios. Portanto, não temos a dimensão de seu impacto nas instituições e na sociedade (ZALUAR, 1997). E sem os instrumentos para dismantelar as redes complexas globalizadas, as políticas acabam incidindo sobre os jovens pobres localizados nas periferias e inseridos nas redes locais do tráfico de drogas (BAUMN, 1999).

As representações e os olhares da sociedade, dos legisladores e dos operadores da justiça incidem sobre os jovens pobres. Os jovens de classe média que praticam de crimes são invisíveis. Eles não são vistos como autores dos crimes, logo, não são

tratados como tal pela família, estado, sociedade e mídia. Isto contribui ainda mais para a criminalização da pobreza e reafirmação do Estado penal sobre os pobres (TEIXEIRA, 2010).

Centralizar nas atitudes dos jovens e não na criminalidade violenta como um produto da sociedade contemporânea pode reforçar os estereótipos de que os delinquentes estão nas vilas e favelas e que é necessário e legítimo entrar de forma indiscriminada nestes locais, com o objetivo de capturá-los. E a profecia de fato acontece, ou seja, a prisão reforça este estereótipo, que reforça o ato criminal, que, por sua vez, reforça a prisão, fechando o ciclo da criminalização da pobreza.

Para escaparem desta lógica que os levam para o sistema de justiça, os jovens tomam alguns cuidados com os guardiões da lei e da ordem. Eles procuram não dar pistas que possam servir de suspeitas ou que possam servir como flagrante, por exemplo, andar com dinheiro, com objetos que tenham alguma relação com a droga ou objetos caros quando estão em atividade<sup>23</sup>. Quando são surpreendidos em flagrante os jovens ainda podem aderir às propostas dos policiais de pagarem propina para não serem presos. Os jovens têm muito medo de serem presos, porque podem passar muitos anos da prisão. Esse medo não os impulsionam a deixar a vida do crime, mas sim a tomarem cuidados para não serem presos.

Bauman (1999), não acredita que em algum momento as prisões cumpriram seu objetivo de reabilitação ou reforma moral. Pelo contrário, as prisões são obstáculos à integração do sujeito na sociedade. Sua única função é prisonizar os internos. Atualmente as prisões são apenas um meio de confinamento das pessoas que não possuem trabalho. Não importa o que eles fazem, mas que simplesmente fiquem presos.

## **8 Família: amparo e proteção**

A relação com a família é um misto de confiança, medo e cheia de contratempos. Geralmente, ela é a última a ter informações sobre o envolvimento do jovem na criminalidade. Se a família de um jovem desconfiar e perguntar pelo seu

---

<sup>23</sup> Os jovens se referem aos termos atividade e movimento, quando eles estão exercendo suas funções para o tráfico.

envolvimento, ele irá mentir. Se os familiares perguntarem<sup>24</sup> para os colegas, eles também mentirão, confirmando a fala do colega. Estes jovens montam um esquema de blindagem conjunta. São sempre os colegas que são envolvidos, nunca os filhos de quem pergunta. E mesmo diante de todas as evidências, eles não admitem para a família e tomam muito cuidado para não serem surpreendidos vendendo ou usando drogas na vista deles. As famílias não têm muitos instrumentos para lidar com as situações de envolvimento dos filhos com a criminalidade. E como medidas de prevenção, os filhos são levados para outros locais ou simplesmente recebem conselhos sobre os perigos da vida na criminalidade. Mas eles não parecem dar muita atenção a estas falas e se referem a elas como falatório na cabeça. Quando eles adquirem a maioridade, os conselhos que recebem mudam, porque passam a serem responsáveis pelas suas ações: “Ela fala para eu ficar de olho né, porque já sou maior de idade. Porque já tenho um filho para criar, também” (Jovem, 19 anos). Pode-se compreender que o jovem e a sua família acreditam mais nas possibilidades de saídas quando ainda se é adolescente. Eles falam que depois dos 18 anos têm menos chances, ou seja, depois da maioridade o jovem fez a sua escolha e não tem mais jeito. Um deles comentou que a mãe não concorda com a vida que os filhos levam. Caso sejam presos, ela não os visitará na cadeia. Seu irmão mais velho está preso e somente sua irmã e as mães de seus filhos o visitaram na prisão. Ele pede às pessoas que o visitam para não dizerem à mãe como é dura a vida na prisão, para não fazê-la sofrer.

Dois jovens relataram que o fato de terem filhos é que os levaram a refletir sobre a vida na criminalidade. Não o nascimento do filho em si, mas o fato deles se verem como responsáveis pela educação de uma criança e necessitarem ter clareza dos valores que vão passá-los. Diante do rosto dos filhos, estes jovens se sentiram moralmente responsabilizados e tomaram uma decisão de sair da vida do crime. De acordo com Bauman (1997), é o rosto gratuito do outro que nos convoca à responsabilidade moral.

Apesar das famílias não terem muitos dispositivos para lidar com os problemas de violência, os jovens têm dificuldades de citar outras referências que foram importantes na construção de seus saberes. Somente um deles, que não está mais envolvido com a criminalidade, citou além da mãe, o pai e os amigos, incluindo entre os

---

<sup>24</sup> Geralmente quem pergunta é a mãe. Mas também foram citadas outras mulheres que cumprem o papel da mãe, avó e madrinha. Nenhum deles citou os irmãos como referência ou alguém com quem eles possam contar.

amigos, osicineiros. Os jovens também citam a importância de participarem das atividades do programa e a influência dos amigos na vida deles. Como afirma Gonçalves (2003), a ausência do poder público na rua, coloca as famílias desamparadas diante da educação dos filhos, porque elas não sabem a quem recorrer. Às vezes a religião tem preenchido este espaço, somente para aqueles já inseridos nela. Isto é, não é um instrumento de ordenamento do espaço público. As mães são as referências mais citadas. Charlot (2001) observou em seus estudos em vários países, a importância dos saberes dos jovens aprendidos na família, mais especificamente com a mãe. Percebemos que o programa Fica Vivo! tem conseguido se fazer presente na vida dos jovens, mas ainda é um instrumento frágil.

## **9 Espaços públicos: participação e regulação**

A ausência de regulação dos espaços coletivos pelo poder público fica evidente quando os jovens falam dos espaços das festas de funk, promovidas por eles na comunidade, mas que foram fechadas pelo poder público. Como aponta Jankowski (1977) e Santos (2012), nestes locais o poder público ao invés de regular os espaços coletivos, prefere fechá-los. É melhor reprimir e criminalizar os jovens, culpando-os de serem incapazes de conviver em espaços coletivos. São incivilizados porque não conseguem agir de acordo com os pressupostos do estado democrático de direito. Esta é uma maneira do sistema democrático negar a alguns grupos a lógica da regulação e da emancipação, criando dentro da democracia certas categorias para distinguir as pessoas que não merecem ser tratadas como humanos. Para estes sobram a repressão e a violência. Estas ilhas de exceção são criadas e convivem naturalmente dentro do estado democrático de direito (SANTOS, 2012).

A política hegemônica vigente no país prioriza o combate ao tráfico através do enfretamento das pessoas que participam dos grupos criminosos, criando nas periferias a lógica da sobrevivência ao mais fraco, à custa da morte, humilhação ou negação da dignidade humana. A vida dos jovens das redes locais do tráfico de drogas não vale nada. Por isso eles podem morrer no confronto com a polícia ou entre eles. Além da tática de guerra que, por si já causa danos pelo número de mortes ou feridos, esta lógica solicita sempre novos membros para compensar as perdas causadas pelas mortes ou a

prisão dos membros dos grupos. O tráfico continua se fortalecendo, sobre esta lógica de guerra (JANKOWSKI, 1997; SOARES, 2012).

Bauman (2004) cita Logstrup (1968), que afirma ser a confiança algo característico dos seres humanos. Em circunstâncias normais, as pessoas confiam nos estranhos e somente em situações especiais desconfiam. Pensando nisso, a mídia atualmente apresenta espetáculos televisivos, com mensagens contrárias a de Logstrup, ou seja, não confie nos estranhos, porque os seres humanos são descartáveis, não têm compaixão e confiança. Não há clemência no jogo da sobrevivência. E sabemos que os setores mais estigmatizados pelos meios de comunicação são os jovens pobres das periferias.

Se a comunidade se utiliza de ferramentas violentas para a solução de seus problemas, geralmente, o estado quando é chamado, também entra com estas mesmas ferramentas, que é a repressão e a violência. O uso da força ainda é uma das principais formas de resolução de conflitos e um princípio organizador das relações sociais no Brasil (SILVA, 2004). Todavia, agir sobre os atos dos jovens de forma repressiva pode trazer consequências, como o agravamento do problema. Assim, os técnicos enfatizam que as culturas locais dos jovens, suas formas de resolução dos conflitos e as relações violentas, não como fatos isolados das periferias, mas como produtos de toda a sociedade brasileira.

Quando o programa entrou com a regulação e o diálogo, houve um estranhamento por parte dos jovens. No entanto, com o passar do tempo eles acabaram aderindo à proposta e reconhecem que a participação nas ações do Fica Vivo! ajudaram na construção de ferramentas, que foram úteis para a melhoria das relações comunitárias. Os jovens aprenderam que podiam circular na comunidade e todos falam da importância das atividades do Fica Vivo! para encorajá-los nessa mudança. Eles falam que antes havia espaços, como os campos de futebol, que eles não frequentavam porque não podiam circular fora do território delimitado. E os jovens que podiam circular nestas áreas marcadas, os pais não deixavam. Os jovens ficavam nas ruas próximas de suas casas, de acordo com um deles:

Antes tinha o campo, mas ninguém ia jogar bola. Não tinha nada pra você fazer mesmo, só na rua que você brincava, só assim mesmo. Não tinha nada aí a tendência é seguir pro caminho errado. Hoje não, hoje tem muitas coisas pra você fazer. Antes era muita brincadeira, mas não dava pra brincar muito,



não tinha muita coisa pra brincar, tinha muita guerra. Hoje tem muita coisa pra brincar aqui, antes tinha só guerra (Jovem, 21 anos).

Os oficinairos são profissionais importantes, quando se trata de questões de criminalidade violenta nestes locais. São pessoas da comunidade, que ao seguirem uma orientação metodológica, conseguiram restabelecer as regras de convivência social juntamente com os jovens. Isto demonstra que é possível a regulação dos espaços públicos nestas localidades através dos mecanismos democráticos, deixando de utilizar os instrumentos de repressão e de uso da força.

É importante se atentar para a preocupação dos técnicos sociais no ano de 2006, ao relatarem que as pessoas passaram a ter uma sensação maior de segurança, mas os números de homicídios ainda eram muito altos. Isto indica que a sensação de segurança facilitou e encorajou a comunidade para uma mudança efetiva. Antes da circulação dos jovens, ocorre a circulação da palavra, que leva a informação para todos e questiona o terror da lei do silêncio que reinava nestes espaços. O medo vai se desfazendo aos poucos, encorajando os jovens a circularem pelos espaços antes proibidos.

Os cidadãos da modernidade líquida<sup>25</sup> convivem com duas experiências opostas dentro de si. A mixofobia, que é o medo de se misturar com outras pessoas. E a mixofilia, que é justamente o contrário, isto é, a vontade de participar das experiências coletivas. A mixofobia se nutre da separação territorial e ao mesmo tempo que alimenta, faz aumentar a segregação e a exclusão das pessoas nas grandes cidades. Por conseguinte, viver a experiência da cidade é experimentar sentimentos ambivalentes de atração e repulsão que geram medo. É necessário alimentar a mixofilia, aumentando os espaços públicos que incentivam o diálogo, a negociação e o compartilhamento das experiências. “A difusão de espaços públicos, convidativos, acolhedores que todo o tipo de cidadão teria vontade de frequentar assiduamente e compartilhar de bom grado” pode fazer um contraponto com o medo gerado pela violência (BAUMAN, 2009, p.50). Percebemos que convocando os jovens à participação nos espaços públicos, os profissionais do programa foram aos poucos conseguindo, lentamente, desfazer a lógica do medo generalizado que fora instalado na comunidade.

---

<sup>25</sup> Bauman (2003), utilizou a termo modernidade líquida para designar a sociedade onde os sujeitos são ativos, questionadores, com a capacidade refletirem sobre as ações e porquês das coisas; fazendo um contraponto com a sociedade sólida, tradicional, impregnada de um certo totalitarismo.

Apesar dos jovens dizerem da importância das atividades do programa e dos atendimentos psicossociais, os mais novos afirmam que a oficina representa somente um espaço de lazer e momentos para ficar fora da criminalidade. Ela contribui como um espaço de descontração, fazendo um contraponto com a vida dura das atividades do tráfico de drogas: “Ajuda a distrair a mente. Isto é bom. Só. Ajuda afastar do crime naquelas horas que eles estão jogando bola” (Jovem, 19 anos). Os espaços de lazer são importantes para os jovens. Consideramos que os jovens têm o direito ao lazer, mas este direito não pode ser efetivado pela segurança pública, fazendo-se necessário uma compreensão crítica de como as políticas de esporte e lazer estão presentes nestes locais.

O maior desafio dosicineiros é manter as oficinas como espaços permanentes de discussão sobre o contexto no qual os jovens vivem, contribuindo para a construção de ferramentas que serão úteis no cotidiano. Isso posto, percebemos que esta oficina ainda não cumpre sua função de discussão sobre as questões da segurança pública conectadas à realidade dos jovens, como assegurado pela metodologia. Porém, entendemos que a mudança de oficina pode ter prejudicado o trabalho e, mesmo que precariamente, ela cumpre uma função importante de manutenção de diálogo entre os jovens de diversos grupos e regiões.

Podemos notar que o programa precisa investir em instrumentos que façam outros efeitos, para além das oficinas. Os eventos locais são os mais citados pelos jovens como importantes, porque eles ajudaram em seu planejamento e execução, permitindo a aproximação, o diálogo e a criação de laços sociais com outros jovens, oficinairos e equipe técnica.

Os jovens construíram regras mais pacíficas para a resolução de conflitos, não somente para participar das atividades do programa, mas para a utilização em outras situações cotidianas. As festas organizadas por eles são exemplos deste aprendizado, porque elas facilitaram os encontros entre todos os jovens da Cabana do Pai Tomás. Assim, podemos afirmar que os oficinairos e os técnicos orientados por uma política pública conseguiram junto com os jovens uma regulação dos espaços, permitindo uma melhoria da convivência naquela comunidade. Estas festas foram fundamentais para o acordo de paz entre os jovens. Mas atualmente todos estes espaços foram fechados pela Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC<sup>26</sup>). A justificativa é a ilegalidade que impera nestes espaços onde são

---

<sup>26</sup> A COMOVEEC é uma comissão criada em 15 de julho de 2003 com o objetivo de incentivar a integração dos órgãos responsáveis pela segurança e contribuir para a diminuição de atos de vandalismo e

realizados os bailes funk, o pagode e o axé. Logo, resta uma pergunta: porque o poder público não tem conseguido regularizar esses espaços de lazer, que são de grande importância para os jovens das periferias?

Os acordos de paz são ainda muito frágeis e o panorama ainda é muito preocupante. Contudo, é necessário voltar no tempo para perceber os efeitos do programa, pois o cenário hoje é outro. Os jovens mudaram suas formas de atuar no tráfico, pararam de matar e com isso houve uma redução da criminalidade violenta. Os jovens estão vivos e apesar de não podermos pensar que isto é suficiente, podemos afirmar que o programa provocou nestes locais outras formas de sociabilidade menos violentas. Entretanto, os jovens continuam inseridos nas redes do tráfico de drogas no varejo e o trabalho de rede de proteção social proposto pelo programa tem sido insuficiente para retirá-los desta situação. Apesar de detectarmos mudanças significativas na vida dos jovens, a criação de laços sociais, seja através dos oficinas e técnicos, ainda é muito frágil para garantir a entrada e permanência deles nas redes da proteção social.

É necessário debater seriamente a sobre política de atenção às pessoas que fazem uso de drogas, refletir com os jovens sobre o significado da venda e do uso das drogas nesta sociedade do consumo excessivo e reforçar o trabalho da rede da proteção social, para encontrar estratégias possíveis, porque a prisão<sup>27</sup> não pode ser a única possibilidade para aqueles que se envolvem com este tipo de criminalidade.

Sugerimos que os parceiros para esta frente de trabalho, principalmente as políticas de atenção aos jovens que fazem uso de drogas, devem ter uma política condizente com a proposta do programa. Que trate do sujeito no seu meio, sua família, sua comunidade e que o considere capaz de fazer suas escolhas, mesmo diante de poucas possibilidades. Como detectamos nesta pesquisa, quando os jovens foram chamados a ocupar um lugar central na política pública, eles tiveram muito a contribuir.

---

violência, antes, durante e após a realização de eventos culturais e esportivos. É Coordenada pela Superintendência de Integração do Sistema de Defesa Social (SISD). É composta por representantes de órgãos públicos da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude e por representantes da sociedade civil. Integram ainda a Comissão as polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, a Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal, torcidas organizadas e representantes dos clubes de futebol, Associação Mineira de Cronistas Esportivos e a Federação Mineira de Futebol, Associação dos Barraqueiros, ADEMG, AMCE, DER, FDCE, SINTRAM, SETRA BH, Juizado Especial Criminal, entre outros.

<sup>27</sup> Estamos nos referindo a prisão tanto para os encaminhamentos ao sistema prisional, quanto para o tratamento nas instituições fechadas, as comunidades terapêuticas, mediante internação involuntária tomando como justificativa a incapacidade do sujeito pensar e tomar suas decisões.

Esta forma de envolver o sujeito para encontrar saídas é um conceito de redução de danos, metodologia da saúde que está sendo difundida para outras áreas. Um conceito que traz a ideia de envolver o sujeito na construção das alternativas e de respeito ao processo que depende do tempo, do sujeito para o qual ela é destinada e não somente da política (PASSOS e SOUZA, 2011). Por isso, consideramos que atualmente as ações do programa estão mais distantes dos conceitos de repressão, controle e tolerância zero. Ao contrário, estão mais próximas do conceito de redução de danos. É uma política com uma proposta aberta, que não comporta um caminho único, permitindo aos jovens se inserirem e encontrarem suas direções de vida, sobre as quais vão traçando seus próprios saberes e encontrando possibilidades possíveis.

## **10 Considerações finais**

O programa Fica Vivo! é uma política social de segurança pública para garantir o direito à vida dos jovens moradores das periferias, sejam eles incluídos ou não nos grupos, galeras, bandos, turmas, quadrilhas, gangues ou outras formas de organização. A equipe técnica não trabalhou com classificações rígidas entre legal/ ilegal, certo/errado, vítima/ infrator e vendedor/ usuário. As categorias trabalhadas pelo programa são flexíveis e dependem de como o sujeito se nomeia ao endereçar ao programa e do percurso que ele faz na política, considerando os processos e os retrocessos que são inerentes às construções das alternativas.

Os jovens inseridos nas redes do tráfico de drogas foram chamados a participar das atividades, tratados com dignidade e considerados no processo de construção de saídas. Para isto, os técnicos do programa precisaram de um entendimento muito claro da política e uma leitura muito precisa do contexto territorial. Assim, perceberam que para reduzir o número de homicídios, não se tratava de colocar os jovens que praticavam crimes nas prisões, mas mudar o contexto no qual eles estavam inseridos, enfatizando as relações sociais e as posturas dos jovens frente a tais circunstâncias. A estratégia do programa não foi de combater os grupos de jovens ligados às gangues. A ideia era mudar a lógica da guerra instalada naquele território, reduzindo, assim, os homicídios e a violência culturalmente construída nas relações comunitárias. A atenção

se voltou para encontrar uma maneira de atuar e mudar a lógica da sociabilidade violenta existente nas relações sociais. E como detectamos, para não reforçar a lógica da repressão foi necessário agir de outra forma. As estratégias do acolhimento, da escuta e do diálogo foram fundamentais para a mudança dos jovens na forma de lidar e solucionar os conflitos, diferente do pacifismo pregado pelos adeptos das políticas repressoras, que é a garantia de paz a qualquer preço. Foi possível perceber que os jovens compreenderam e se apropriaram das informações, dos conceitos e dos saberes trabalhados pelo programa, transformando-os em ferramentas importantes na construção de suas alternativas para que pudessem se manter vivos.

Os atendimentos psicossociais foram muito importantes para acolher, dialogar e fazer vacilar as certezas sobre a racionalidade da competição e sobrevivência de guerra dos jovens. É este momento de vacilar das certezas que permitiu a entrada de outra lógica de funcionamento, baseada na cooperação e na convivência comunitária, em que não precisam necessariamente existir ganhadores e perdedores, mas pessoas tentando viver juntas, colhendo todos os ônus e bônus gerados pela complexidade da coabitação humana.

Os jovens participaram dos saberes que foram construídos conjuntamente com todos os envolvidos no trabalho do programa Fica Vivo!, sem hierarquia. Uma produção democrática que foi construída, modificada e reconstruída, mais que uma complementaridade, um entrelaçamento de saberes.

## Referências

ARENDDT, Hanna. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de Mestre**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Violência nas Escolas: uma disputa entre imaginários de infância e de docência? In: Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas. Brasília. 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli; Revisão técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2009.

BEATO, Claudio Chaves. **Diagnóstico das Condições Sócio-Econômicas e Padrões de Criminalidade no Aglomerado Cabana do Pai Tomás**, 2004.

CARRANO, Paulo Cesar. **Juventudes**: as identidades múltiplas. São Paulo 2007. Disponível em: <[http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave\\_artigo.asp?cod\\_artigo=1086](http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1086)>. Acesso em: 02 fev. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, Bernard. (Org.). **Os jovens e o saber**: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FELTRAN, Gabriel Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 363 f. Tese Doutorado em Ciência Sociais - Universidade Federal de São Carlos, Campinas, 2008.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Infância e Violência no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, FAPERJ, 2003.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração**: experiência de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Tradução Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

JANKOWSKI, Martín Sanchez. As gangues e a imprensa, a produção de um mito. **Revista Brasileira de Educação**, maio-dez., n. 5 e 6, 1997. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. Disponível em:

<[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05\\_6/rbde05\\_6\\_16\\_martin\\_sanchez-jankowski.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_16_martin_sanchez-jankowski.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2013.

SEDS. **Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!** Sistematização da Metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Belo Horizonte, 2009.

SEDS. **Relatório do programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! do CPC Cabana**, 2004.

SEDS. **Relatório do programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! do CPC Cabana**, 2006.

SEDS. **Relatório do programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!! do CPC Cabana**, 2010.

SEDS. **Relatório do programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!! do CPC Cabana**, 2012.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. **A guerra nunca acaba**: uma análise das relações de rivalidade violenta entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. 150 f. Dissertação Mestrado em Sociologia, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SANTOS, Alessandro Pereira. **Porque matarás?** Sobre o processo de subjetivação de jovens membros de gangues que cometem o crime de homicídio doloso. 131f. Dissertação Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2012. p. 23-71.

SENA, Lúcia Lamounier. **Monitoramento do Programa Fica Vivo!**. Relatório Final das Atividades de monitoramento dos Núcleos Cabana do Pai Tomás e Ribeiro de Abreu. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.

SILVA, Luiz Antônio Machado. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea. In: RIBEIRO, L. C. Q. **Metrópolis**: entre a coesão e a



fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Fase, 2004.p. 291-315.

SILVA, Michele Duarte. **Vida e morte na Beira Linha**: um estudo sobre formas de convivência e regulação. 90 f. Dissertação Mestrado em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **Palestra de Abertura da Conferência que celebra 58 anos da FIOCRUZ**. 2012. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=1017>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de Guerra às drogas. **Psicologia e sociedade**. v. 23, n. 1, p. 154-162. 2011.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a17v23n1.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

PERALVA, Angelina. O Jovem como Modelo Cultural. **Revista Brasileira de Educação**, maio-dez., n 5 e 6, 1997. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. Disponível em:

[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_04\\_ANGELINA\\_PERALVA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_04_ANGELINA_PERALVA.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2012.

TEIXEIRA, Fátima do Amaral. **A (in)visibilidade do jovem de classe média autor de crimes no município de Espírito Santo**. 223 f. Dissertação (Mestrado em Política Social - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php/lng\\_pt](http://www.scielo.br/scielo.php/lng_pt)>. Acesso em: 12 jan. 2012.

## **CONCLUSÕES FINAIS**

Trabalhar com a temática da juventude, da criminalidade e da violência, articulada à saúde coletiva dos jovens, não foi uma tarefa fácil. O esforço constante nesta pesquisa foi se libertar dos conceitos e das representações introjetados, para conseguir fazer uma leitura do fenômeno a ser estudado. As primeiras conversas com os jovens foram importantes para percebermos o quanto nossa metodologia estava pautada pelo pensamento dicotômico, procurando encaixar os jovens nas categorias dentro e fora da criminalidade e assim nos atentarmos para o que acontece nas fronteiras. E como o programa não trabalha com categorias estanques, ele não se encaixa na sociologia clássica. Neste sentido, foi fundamental as contribuições de Charlot(2001), Bauman (1997, 1999, 2004, 2005, 2009), Boaventura (2010) e Jankowski (1997), para a elaboração de uma metodologia que considerasse as inovações da política e permitisse um olhar que pudesse compreender a realidade e captar as alternativas construídas pelos jovens. Jovens que não se encaixam nas estruturas que são construídas para moldá-los e não seguem os caminhos propostos pela sociologia clássica. Eles traçam seus próprios projetos e constroem alternativas, ou melhor, trilhas sobre os caminhos que são traçados para eles nas políticas públicas.

Nossas reflexões trouxeram mais dúvidas que certezas. Como nos alerta Bauman (1997), as certezas das ciências são apenas promessas. Neste jogo mortífero em que nos encontramos, não há instituição ou tecnologia que encontre soluções para o fenômeno analisado. E para não sermos todos perdedores e cúmplices da lógica da guerra e da sobrevivência, é necessário trabalhar com as dúvidas, ao invés de tentarmos colocar certezas onde elas já não existem. Neste sentido, entendemos que o programa Fica Vivo! trabalha seguindo esta lógica alternativa, entrando na contramão das políticas hegemônicas de combate ao tráfico de drogas e propondo, junto com os jovens, uma diminuição da sociabilidade violenta que o tráfico de drogas tem ajudado a reproduzir nas periferias. Ao promover uma socialização que coloca o diálogo como fundamental na resolução dos conflitos, o programa contribuiu para germinar formas de sociabilidade menos violenta entre os jovens e a comunidade. E ao sustentar que nenhum jovem podia morrer, o programa garantiu a valorização da vida do jovem envolvido com a criminalidade violenta; afirmando o princípio da igualdade e da segurança pública como um direito a ser universalizado.

Apesar do programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! fazer parte de uma política pública de segurança em um estado que tem defendido a prisão como solução para os problemas da criminalidade, ele não tem como objetivo a prisão dos jovens envolvidos nas redes locais do tráfico de drogas, mas tão somente das grandes lideranças e dos homicidas contumazes. Acreditamos que esta é uma decisão muito importante, porque é uma tentativa de mudar a lógica de prioridade no sistema de justiça, valorizando a vida e não o patrimônio.

Não obstante, ter como foco desta pesquisa as ações de proteção social, possibilitou avaliar que as prisões efetivadas pelas ações da intervenção estratégica interferem nas ações da proteção social. E dado o grande número de jovens que foram aprendidos desde a chegada do programa na região da Cabana do Pai Tomás, podemos verificar que não são grandes lideranças que estão sendo presas, mas jovens que trabalham no varejo e pequenas lideranças locais. Estas prisões localizadas de jovens podem nos levar a concluir que o programa está dando conta de resolver apenas os problemas locais. Esta é uma tendência mundial, como observa Bauman (1999). São políticas que encontram soluções locais, mas não resolvem as questões globalizadas, porque as ferramentas para lidar com estas questões ocasionadas pela globalização, ainda estão para serem construídas (BAUMAN, 1999).

Não sabemos se as prisões de jovens nas áreas do programa ocorrem em menor

número que em outras regiões. Por isso, apesar dos resultados efetivos que obtemos, não podemos afirmar que o programa está conseguindo fazer um contraponto com o sistema hegemônico de encarceramento vigente no Estado de Minas Gerais. Faz-se necessário ficar atento nas consequências destas prisões e indagar como estes jovens que foram presos e ficaram no sistema penitenciário por um longo tempo saem da prisão. Vale ressaltar, que não são necessariamente prisões arbitrárias, mas legitimadas pelo sistema de justiça. Cabe, portanto, manter sempre as críticas sobre as leis e as estruturas que legitimam o sistema de justiça brasileiro.

Por fim, esta pesquisa só foi possível porque tivemos acesso a ótimos relatórios produzidos pela equipe técnica. Os profissionais que por lá passaram tiveram a capacidade técnica e muita habilidade para acolher as demandas dos jovens, oficinairos e lideranças comunitárias, com o cuidado que a política exige. Fizeram uma leitura do cenário, definiram as prioridades, elaboraram e executaram as ações com o objetivo de intervir no contexto que se delineava diante deles. Mas preciso deixar registrado que a dificuldade de encontrar os relatórios foi enorme, sendo que apesar do empenho da equipe técnica atual, alguns nem foram localizados. Esta é uma questão que merece mais atenção dos gestores da política, principalmente, quando se trata de mudanças da equipe técnica, porque os registros dos atendimentos são muito importantes para acompanhamento do percurso dos jovens. Por isso, é necessário colocar em funcionamento uma forma de registro que facilite o trabalho dos profissionais, tanto no momento dos registros, quanto nas possíveis consultas, permitindo um acompanhamento mais sistemático da vida dos jovens atendidos pelo programa.

## **Anexo<sup>28</sup> I: Consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Faculdade de Medicina**

Prezado jovem,

Você está sendo convidado a participar como voluntário deste estudo.

Esta pesquisa intitulada “*As alternativas construídas pelos jovens do Programa Fica Vivo!*”, é realizada pela pesquisadora Ângela Maria Dias Nogueira Souza, mestranda em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e orientada pela Prof<sup>a</sup>. Andréa Maria Silveira da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais; e tem como principal objetivo compreender como se dá a construção dos saberes dos jovens envolvidos com a criminalidade violenta na Cabana do Pai Tomás, região da periferia de Belo Horizonte - MG.

Procedimentos: Esta pesquisa terá duração de 24 meses e foi autorizada pela instituição. Durante este período os jovens do Programa Fica Vivo! serão convidados a participar de uma entrevista sobre seus saberes. Estas conversas serão realizadas em local e horário a ser definido juntamente com os jovens. Desde que autorizadas por eles, as conversas serão gravadas. A PESQUISA NÃO REVELARÁ A IDENTIDADE DAS PESSOAS QUE PARTICIPAREM DA ENTREVISTA.

Riscos e desconfortos dos procedimentos ou da participação na pesquisa: A participação na pesquisa é voluntária. Durante a realização das entrevistas as sugestões dos participantes serão gravadas. Todas as informações prestadas pelo participante são sigilosas e serão utilizadas somente para a pesquisa. A pesquisa não revelará a identidade dos participantes. A divulgação das informações será através da dissertação de fim de curso e um artigo para publicação em revista científica.

---

<sup>28</sup> O título inicial do projeto é *As alternativas construídas pelos jovens do Programa Fica Vivo!*. Depois de trabalhar um pouco o projeto foi me sugerido mudar o nome, que ficou: *Saberes Juvenis atravessados pela criminalidade: O que dizem os jovens do Programa Fica Vivo!*. Quando iniciei minha pesquisa de campo percebi que os jovens se sentiram desconfiados com o termo ‘*atravessados pela criminalidade*’, então voltei para o título anterior, mas sem mudar o enfoque da pesquisa.

Benefícios esperados: Espera-se que este trabalho verifique a percepção dos jovens do Programa Fica Vivo! sobre seus saberes cotidianos. Os resultados desta pesquisa poderão servir para o aperfeiçoamento do Programa Fica Vivo! e das políticas de prevenção à violência dirigida à juventude.

Confidencialidade e Voluntariedade: O participante é livre para se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer penalidade. O participante não terá qualquer tipo de despesa ou será remunerado por sua participação nesta pesquisa. Todas as gravações realizadas serão mantidas sobre a guarda dos pesquisadores, pelo prazo de cinco anos após o término dos trabalhos.

Diante dessas informações, se for de sua vontade participar deste estudo, por favor, preencha o consentimento abaixo:

Declaro que li a informação contida acima e que todas as dúvidas foram esclarecidas. Desta forma, eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar como voluntário desta pesquisa.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do voluntário: \_\_\_\_\_

Assinatura da responsável pela pesquisa: \_\_\_\_\_

Ângela Maria Dias Nogueira Souza

\_\_\_\_\_  
Andréa Maria Silveira

<b>CONTATO PESQUISADORES E DO COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMG</b>	
---	--

<b>Andréa Maria Silveira</b>	<b>Ângela Maria Dias Nogueira Souza</b>
------------------------------	---

<b>Orientadora:</b> silveira@medicina.ufmg.br	<b>Pesquisadora:</b> angelamdns@yahoo.com.br
---	--

Fone: 3409379 ou 87090640.	Fone: 34984107 ou 84142924
----------------------------	----------------------------

Faculdade de Medicina da UFMG	Faculdade de Medicina da UFMG
-------------------------------	-------------------------------

Av: Alfredo Balena, 190, 7º andar, sala 703, Santa Efigênia, CEP 30130100	Av: Alfredo Balena, 190, 7º andar, sala 703, Santa Efigênia, CEP 30130100.
--	---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA  
VIOLÊNCIA**

**UFMG**  
■

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Entrelaçamento de Saberes: as alternativas construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo.**

### **ANGELA MARIA DIAS NOGUEIRA SOUZA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, área de concentração PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.

Aprovada em 28 de junho de 2013, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Andrea Maria Silveira - Orientadora  
Faculdade de Medicina da UFMG

Prof(a). Walter Ernesto Ude Marques  
FAE/UFMG

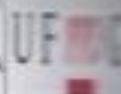
Prof(a). Eduardo Cerqueira Baitucci  
Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 28 de junho de 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA



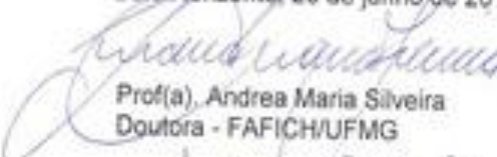
## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ANGELA MARIA DIAS NOGUEIRA SOUZA - 2011715754

Realizou-se, no dia 28 de junho de 2013, às 14:00 horas, Faculdade de Medicina – sala171, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Entrelaçamento de Saberes: as alternativas construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo*, apresentada por ANGELA MARIA DIAS NOGUEIRA SOUZA, graduada no curso de PEDAGOGIA/DIURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andrea Maria Silveira - Orientador (Faculdade de Medicina da UFMG), Prof(a). Walter Ernesto Ude Marques (FAE/UFMG), Prof(a). Eduardo Cerqueira Batitucci (Fundação João Pinheiro).

A Comissão considerou a dissertação:

- Aprovada
- Aprovada condicionalmente, sujeita a alterações, conforme folha de modificações, anexa
- Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.  
Belo Horizonte, 28 de junho de 2013.

  
Prof(a). Andrea Maria Silveira  
Doutora - FAFICH/UFMG

  
Prof(a). Walter Ernesto Ude Marques  
Doutor - UNB

  
Prof(a). Eduardo Cerqueira Batitucci  
Doutor - FAFICH/UFMG